



**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL INSTITUTO SUPERIOR DE
CIÊNCIAS POLICIAIS**

ANÁLISE COMPORTAMENTAL NAS OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA

Autor: CAD Matheus Garcia Brandão
Orientador: TC QOPM Waldicharbel Gomes Moreira – Mestre
Coorientador: MAJ QOPM Márcio Júlio da Silva Mattos – Doutor

Brasília/DF
2021



MATHEUS GARCIA BRANDÃO

ANÁLISE COMPORTAMENTAL NAS OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Policiais.

Orientador: Me. Waldicharbel Gomes Moreira (Tenente Coronel PMDF)

Coorientador: Dr. Márcio Júlio da Silva Mattos (Major PMDF)

MATHEUS GARCIA BRANDÃO

ANÁLISE COMPORTAMENTAL NAS OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Policiais.

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador: Me. Waldicharbel Gomes Moreira (Tenente Coronel PMDF)

Professor Coorientador: Dr. Márcio Julio da Silva Mattos (Major PMDF)

Examinador Externo: Me. Layla Maria de Sousa Santos (Major PMDF)

Dedico este trabalho à minha noiva, Carol,
e aos meus pais e irmãos.
Vocês foram a força que me sustentou neste caminho.
A conquista é para vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por oportunizar conciliar um tema de paixão com os interesses da minha profissão: o segredo para a felicidade e sucesso.

A todos os policiais militares do Distrito Federal que participaram desta pesquisa pela contribuição fundamental.

Especialmente, ao Tenente Coronel QOPM Waldicharbel Gomes Moreira, pelas ideias discutidas, pelos livros emprestados, pela paixão aos estudos que renovam os ânimos e, sobretudo, pelo precioso tempo dispendido nesta pesquisa.

E ao Major QOPM Márcio Júlio da Silva Mattos, que abriu as portas à pesquisa científica em um cenário totalmente novo e mostrou os caminhos a serem percorridos nesta empreitada.

Aos especialistas entrevistados nesta pesquisa: Sérgio Senna Pires, Ana Paula Alves Ferreira Botelho e Maurício Viegas Pinto. A honra foi toda minha.

Aos irmãos de farda da 23ª Turma do Curso de Formação de Oficiais, pela oportunidade de ombrear lado a lado durante longos três anos, com honra e resiliência.

À minha noiva, Carol, meus pais e meus irmãos, por suportarem pacientemente a minha ausência, mas sendo sempre o meu antro de amor e refúgio.

ANÁLISE COMPORTAMENTAL NAS OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA

Matheus Garcia Brandão

RESUMO

O presente trabalho tem o escopo de investigar o nível de afinidade e de domínio dos policiais militares da Polícia Militar do Distrito Federal (mais especificamente da Academia de Polícia Militar de Brasília e do Centro de Inteligência) com técnicas de Análise Comportamental, as necessidades institucionais do Centro de Inteligência no tocante ao assunto, bem como avaliar o quão importante se mostra a capacitação dos profissionais de Inteligência de Segurança Pública em metodologias específicas de análise da veracidade e credibilidade por meio da Análise Comportamental. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, na qual na parte qualitativa foi realizada uma vasta revisão bibliográfica a fim de se elaborar uma fundamentação teórica a partir de um construto lógico, bem como foram realizadas entrevistas com especialistas nos assuntos abordados. Na revisão bibliográfica, foram consultados inúmeros artigos e obras a fim de se relacionar as áreas afetas à Análise Comportamental ao contexto da Atividade de Inteligência. Para isso, foram apresentadas algumas técnicas de Entrevista, como Ação de Busca, associando-as às diversas teorias de Ekman – como o FACS –, bem como a um protocolo de análise multicanal especificamente designado para situações que envolvam decisões de alto risco em um espaço de tempo limitado: Análise dos Seis Canais de Comunicação em Tempo Real (SCAnR) desenvolvido por Dawn Archer e Cliff Lansley. Na abordagem quantitativa, aplicou-se um questionário-teste a 106 policiais militares da PMDF a fim de avaliar, dentre outros quesitos, a capacidade dos participantes em reconhecerem emoções a partir de expressões faciais. Dos resultados obtidos, percebeu-se que os policiais militares não atingiram uma pontuação média expressivamente maior do que a população de forma geral (6,5), que a maioria dos policiais respondentes se julga capaz de identificar uma mentira (91,5%) e que 98,1% dos participantes acreditam na importância da instituição fornecer um curso sobre o assunto. Além disso, a pesquisa apontou outros indícios importantes, que corroboram pesquisas anteriores, como no sentido de que mulheres possuem uma habilidades aprimoradas no reconhecimento

de expressões faciais sutis quando em comparação aos homens, por exemplo. Por fim, foi verificada a importância e a necessidade da qualificação do profissional de ISP em técnicas de Análise Comportamental, bem como – por se tratar de uma pesquisa aplicada – foi feita uma estruturação lógica e teórica a fim de subsidiar a eventual implementação do curso de Análise Comportamental nas Operações de Inteligência na PMDF.

Palavras-chave: Inteligência Policial Militar; Inteligência de Fontes Humanas; Análise Comportamental; Análise de Veracidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de Unidades de Ação (AU).....	42
Figura 2 - Tristeza	43
Figura 3 - Raiva	44
Figura 4 - Surpresa	45
Figura 5 - Medo	46
Figura 6 - Nojo.....	47
Figura 7 - Desprezo.....	48
Figura 8 - Alegria.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lotação dos Participantes	70
Tabela 2 – Tempo de Serviço na PMDF	72
Tabela 3 – Gênero dos Participantes	73
Tabela 4 – Participantes por Faixa Etária	74
Tabela 5 – Relevância do assunto	74
Tabela 6 – Motivos dos Erros.....	75
Tabela 7 – Saber reconhecer mentiras	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI	Agência de Inteligência
AC	Análise Comportamental
AV	Análise de Veracidade
CI	Centro de Inteligência
CPC	Ciclo da Produção de Conhecimento
DISPERJ	Doutrina de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro
DNISP	Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública
ELO	Elementos de Operações
FACS	<i>Facial Action Coding System</i>
ISP	Inteligência de Segurança Pública
MCN	Matriz Curricular Nacional
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
PIN	Ponto de Interesse
PNI	Política Nacional de Inteligência
PNISP	Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública
SCAnS	<i>Six Channel Analysis System</i>
SCAnR	<i>Six Channel Analysis System in Real Time</i>
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SISP	Subsistema de Inteligência de Segurança Pública
TOI	Técnicas Operacionais de Inteligência de Segurança Pública

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1	INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR, HUMINT E QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ISP.....	14
2.2	BUSCA E TOI: ENTREVISTA E ANÁLISE DA VERACIDADE	24
2.3	COMUNICAÇÃO NÃO-VERBAL, EMOÇÕES E “DETECÇÃO DE MENTIRAS”	38
2.4	ANÁLISE COMPORTAMENTAL NAS OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA E OS SEIS CANAIS DA COMUNICAÇÃO (SCAnR).....	55
3	METODOLOGIA	60
3.1	NATUREZA DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ...	60
3.2	QUESTIONÁRIO-TESTE E ENTREVISTA	64
3.2.1	Teste Piloto	64
3.2.2	Participantes	65
3.2.3	Fontes Documentais	66
3.2.4	Instrumento e Procedimento de Coleta de Dados	66
3.2.5	Procedimento de Análise dos Dados.....	68
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	69
5	RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO-TESTE	70
5.1	RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.....	77
5.1.1	Entrevista Nº 1	77
5.1.2	Entrevista Nº 2	81
5.1.3	Entrevista Nº 3	82
5.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6	DO PLANO DE ENSINO E EMENTA DO CURSO	86
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICE A – ROTEIROS: QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA	97
	APÊNDICE B – PLANO DE ENSINO	99
	APÊNDICE C – EMENTA DO CURSO	101

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, conforme se depreende do Plano Anual de Educação (PAE/2021) da PMDF, o Centro de Inteligência oferece seis cursos, sendo um curso de nível superior, a Pós-graduação *Lato Sensu* em Inteligência de Segurança Pública, e os outros cinco de nível misto, a saber: Curso de Entrevista (CE), Curso de Inteligência Policial (CIP), Curso de Operações de Inteligência (COI), Curso de Produção de Conhecimento (CPC) e Curso de Segurança Orgânica (Segor). (PMDF, 2021, p. 5).

Ressalta-se que, atualmente, a Análise Comportamental é ministrada brevemente aos operadores de inteligência, dentro de alguns cursos acima mencionados, uma vez que a referida área de estudo é relativamente nova, sendo que os conhecimentos embrionários da Análise Comportamental, com especial foco na cinésica, remontam ao século XIX, com os estudos de Charles Darwin, mais especificamente em *A Expressão das Emoções nos Homens e nos Animais*, e atualmente – desde a década de 70 –, esses conhecimentos são detalhados e aprofundados sobretudo pelo psicólogo americano *Paul Ekman*. (EKMAN, 2003, 2009, 2013; EKMAN; FRIESEN, 2003).

Verifica-se que o campo da Análise Comportamental envolve o estudo de diversas subáreas que exigem aprofundamento, caso o domínio de tais conhecimentos seja buscado com vistas à sua aplicação prática como técnica operacional de inteligência (Análise de Veracidade), como por exemplo, o estudo da Comunicação Verbal e Não Verbal (que abarca o estudo da aparência física do comunicador; estudo da proxêmica, como o estudo da utilização e da percepção do espaço social e pessoal; estudo da cronêmica, como o estudo do tempo pelo comunicador; estudo do comportamento cinestésico, que inclui o estudo dos gestos – independentes e relacionados à fala –, da postura, do comportamento tátil, das expressões e microexpressões faciais e do comportamento ocular; e estudo da paralinguagem ou dos sinais vocais não-verbais). (KNAPP; HALL, 1999, p. 24-28). Em síntese, o estudo dos seis canais da comunicação.

É importante frisar que o domínio de técnicas de análise comportamental abordadas dentro dos assuntos acima expostos aliado a técnicas de entrevistas voltadas sobretudo à avaliação da veracidade e credibilidade de uma mensagem – como o Método BASIC (MEYER, 2017, p. 157), Método SUE, técnicas PEACE e

Scharff ou ainda Entrevista Cognitiva – favorece ainda mais o trabalho de um profissional de inteligência na obtenção de dados em um cenário de Operações de Inteligência.

Hoje em dia, a fim de capacitar os policiais integrantes do SIPOM e buscar um aprofundamento nos assuntos atinentes à Análise Comportamental, a Polícia Militar do Distrito Federal recorre a outros órgãos ou instituições coirmãs, como por exemplo o Departamento Penitenciário Nacional, o que implica maior onerosidade (caso produzisse tal conhecimento internamente) e em limitação do acesso à informação, seja por limitação física, burocrática, de pessoal, de disponibilidade ou do próprio conhecimento em si.

Contudo, atualmente o Centro de Inteligência vem desenvolvendo projetos para a propositura do Curso de Operações Psicológicas na PMDF, o que corrobora ainda mais o comprometimento e o interesse deste Centro na formação e na especialização dos policiais militares integrantes do SIPOM, mormente no que tange às técnicas operacionais de inteligência, e a valorização da Instituição através da produção de conhecimento *interna corporis*. Assim, consoante ao art. 93, inciso I, do Regulamento Geral de Ensino (RGE), a propositura de um Plano de Ensino de Análise Comportamental satisfaz seu preceito, na medida em que resta demonstrada a necessidade institucional de capacitação específica. (PMDF, 2019, p. 16). Por fim, é importante lembrar que o Plano Estratégico da PMDF (2011-2022) também instituiu como visão institucional da Corporação “Ser reconhecida como instituição policial moderna e de referência nacional [...] pautada [...] na qualidade profissional de seus integrantes”. (PMDF, 2015, p. 21)

Sendo assim, a oferta de um Curso de Análise Comportamental/Análise de Veracidade como Técnica Operacional de Inteligência pelo CI/PMDF, em paralelo ao Curso de Entrevista (CE) já existente, elevará o patamar da qualidade profissional dos integrantes da Corporação e alçará a PMDF como instituição policial moderna e de referência nacional uma vez que figurará como uma das pioneiras, dentre as demais Polícias Militares do Brasil, no assunto, bem como contribuirá para a redução de gastos da Corporação, visto que, com o tempo, não mais precisará se valer inteiramente de fontes externas fornecedoras de tal conhecimento.

Nesse sentido, o presente trabalho visa investigar o nível de afinidade e de domínio dos policiais militares com técnicas de Análise Comportamental, as necessidades institucionais da PMDF, através de seu Centro de Inteligência no

tocante ao assunto, bem como avaliar o quão importante se mostra a capacitação dos policiais do SIPOM no tema. Portanto, propôs-se a: investigar o domínio de técnicas de Análise Comportamental por policiais militares, por meio de teste de identificação das emoções a partir da análise de expressões faciais contidas em fotos; identificar as situações de aplicabilidade de técnicas de Análise Comportamental na atividade policial, sobretudo nas Atividades de Inteligência, bem como a sua importância para a Atividade de Inteligência; e, produzir um levantamento das técnicas de Análise Comportamental de forma a estruturá-las para uma maior efetividade na atividade de inteligência policial militar.

Os resultados da pesquisa serão expostos conforme a seguinte organização. O primeiro capítulo – Fundamentação Teórica – faz um breve apanhado acerca do cenário da Inteligência Policial Militar no Brasil atualmente, com o desenvolvimento dos estudos na área e suas dificuldades, perpassando pela importância da Inteligência de fontes humanas (HUMINT), mormente associada às Técnicas Operacionais de Inteligência (TOI) – Análise de Veracidade – e Ações de Busca (Entrevista), e apresenta as teorias acerca da Análise Comportamental, bem como sua aplicabilidade no contexto da Atividade de Inteligência, servindo assim como construto teórico e conseqüência lógica para toda a pesquisa.

No segundo capítulo – Metodologia – apresentam-se os procedimentos e técnicas empregados na pesquisa. Detalhadamente, serão apontados os aspectos formais no tocante aos instrumentos utilizados à coleta de dados – Questionário-Teste e Entrevista, bem como a metodologia de tratamento e análise dos dados.

No terceiro capítulo – Apresentação dos Resultados – exibem-se os resultados tanto do Questionário-Teste, sob uma perspectiva eminentemente quantitativa, quanto das Entrevistas – sob um viés qualitativo. Nas Considerações Finais, apontam-se os resultados de forma a se integrar os resultados obtidos pelos dois instrumentos utilizados na coleta dos dados.

Por fim, no quarto capítulo – Do Plano de Ensino e Ementa do Curso – apresenta-se a proposta final da pesquisa, a estruturação de um curso de Análise Comportamental aplicado às Operações de Inteligência no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal, por meio de seus Plano de Ensino e Ementa do Curso, a fim de que possam futuramente subsidiar uma Proposta de Novo Curso na Corporação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente estudo é conseqüência lógica do enunciado constitucional que disciplina a Segurança Pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo esta exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, e dentre diversos órgãos, pela polícia militar, por meio da polícia ostensiva e da preservação da ordem pública, conforme preceitua o artigo 144, *caput*, e parágrafo 5º, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, p. 15). Apoiando-se neste mesmo dever constitucional a previsão da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (BRASIL, 2014a, p. 17) sobre a Inteligência Policial Militar que subsidia ações para prever, prevenir e neutralizar ilícitos e ameaças que possam afetar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo esta exercida pelas AIs das Polícias Militares. Uma vez que a atividade de ISP é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar, e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública (BRASIL, 2014a, p. 13), a qualificação dos recursos humanos a serem empregados na atividade de ISP é de extrema importância e deve ser realizada através de específicos e sistemáticos programas de formação, de especialização, de aperfeiçoamento continuado e treinamento permanente (BRASIL, 2014a, p. 49-50).

De forma preliminar, esta seção faz um apanhado geral acerca das fundamentações teóricas que permeiam tanto o campo da Inteligência com as suas subáreas que interessam à presente pesquisa, como a Inteligência Policial Militar, o desenvolvimento da HUMINT e as TOI, em especial, a análise da veracidade e a entrevista, quanto o campo da Análise Comportamental, com enfoque na Comunicação Não-Verbal, no reconhecimento das emoções, na análise comportamental e o estudo acerca da veracidade e credibilidade das informações. Uma vez que a presente investigação se propõe a levantar a demanda de profissionais de Inteligência da PMDF no tocante à especialização e aperfeiçoamento na Análise Comportamental, bem como esta ser uma área relativamente recente no tocante às pesquisas, faz-se necessária a construção de um arcabouço teórico sobre os assuntos aqui expostos. Estes postulados teóricos são expostos nesta seção.

2.1 INTELIGÊNCIA POLICIAL MILITAR, HUMINT E QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ISP

Pode-se dizer que a Atividade de Inteligência (AI) é coincidente com a própria origem e início da humanidade, uma vez que a busca incansável pelo conhecimento é uma característica inata ao ser humano. O marco inicial das primeiras instituições perenes e profissionais de inteligência e de segurança remonta ao século XVI, na Europa, e foi de fundamental importância para a afirmação dos Estados nacionais como modelo de predomínio na estruturação da autoridade política moderna. (CEPIK, 2003, p. 86).

A despeito do desenvolvimento histórico embasado em ideias acerca de uma dupla função da inteligência, como descreve Tilly (1996 *apud* CEPIK, 2003, p. 89) – tendo por função primária o provimento de informações e uma segunda natureza, coercitiva –, na sedimentação do Estado moderno, atualmente, tem-se que a inteligência amolda-se principalmente na primeira função citada, especialmente pelo fato de a AI ter-se desenvolvido no mundo contemporâneo sob a égide de um Estado Democrático de Direito, pautado, de forma geral, em princípios que consolidam a dignidade da pessoa humana e a resguarda, inclusive, da própria arbitrariedade do Estado, como a legalidade e a moralidade, por exemplo.

Mesmo em uma definição clássica acerca da Inteligência, como a de Kent, a inteligência é descrita e analisada por três perspectivas distintas, descritas pelo autor como conhecimento, organização e atividade, que podem ser descritas também como produto, organização e processo, respectivamente. Como produto, trata-se do conhecimento produzido, i.e., o resultado final do ciclo ou processo de produção de conhecimento a ser entregue ao tomador de decisão. Como organização, trata-se, grosso modo, da própria Agência de Inteligência, ou seja, a estrutura funcional que tem por finalidade a obtenção e a salvaguarda de dados e informações e a produção de conhecimento. Por fim, como atividade ou processo, a inteligência relaciona-se às técnicas, meios e procedimentos utilizados na coleta ou na busca de dados e informações, especialmente no tocante aos dados protegidos ou negados como já mencionados. (KENT, 1965 *apud* GONÇALVES, 2008, p. 133-134).

Corroborando o desenvolvimento da ideia que permeia a Inteligência, aproximando-a de sua busca e provimento de informação, bem como afastando-a da

concepção de coercibilidade, encontra-se o conceito da AI previsto no Decreto nº 8.793 de 29 junho de 2016, que fixa a Política Nacional de Inteligência (PNI):

Atividade de Inteligência: exercício permanente de ações especializadas, voltadas para a produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento das autoridades governamentais nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas de Estado. A atividade de Inteligência divide-se, fundamentalmente, em dois grandes ramos:

I – Inteligência: atividade que objetiva produzir e difundir conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado;

II – Contrainteligência: atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado.

O conceito trazido à baila pela PNI (BRASIL, 2016) revela, também, alguns dos pressupostos da AI, a saber: obediência à Constituição Federal e às Leis; atividade exclusiva de Estado; atividade de assessoramento oportuno; atividade especializada; conduta Ética; abrangência na atuação a fim de potencializar a persecução de seus objetivos; atividade perene e de caráter permanente.

Evidencia-se, ante o exposto, que mesmo com ideias como a de contra-inteligência ou de “ações encobertas” (*covert actions*) – referenciadas no Brasil, mais comumente, como “operações clandestinas” (GONÇALVES, 2008, p. 135) –, o conceito de AI tem por pano de fundo o seu desenvolvimento com o foco na produção de conhecimento com vistas ao assessoramento do tomador de decisão, em paralelo e em respeito ao desenvolvimento do Estado sob uma ótica de ampliação dos direitos fundamentais e garantias individuais e sob a égide de políticas e normas valorizadoras da pessoa humana. A partir desta noção da AI contextualizada em um Estado Democrático de Direito, sob a égide de uma Constituição e com proteções normatizadas aos direitos e garantias fundamentais, bem como de sua finalidade precípua com vistas à produção do conhecimento necessário ao assessoramento do tomador de decisão é que se torna possível tratar da Inteligência de Segurança Pública (ISP), com o foco específico na Inteligência Policial Militar.

A Inteligência, sobretudo no âmbito da polícia militar, ainda não é muito pesquisada e discutida na seara acadêmica, o que gera empecilhos no desenvolvimento de novos trabalhos na área. Soma-se a isso, a incipiência da pesquisa acadêmico-científica na área da Inteligência como um todo em Nosso País.

Mas para além do estágio embrionário dos estudos na referida área, acrescentam-se diversas outras barreiras, como a falta de um processo estruturado para compilar e avaliar a literatura a fim de torná-la cumulativa ou ainda o secretismo e a desconfiança entre profissionais de Inteligência e acadêmicos ou mesmo entre organismos de Inteligência. (MARTINS, 2015, p. 12-14). Apesar das dificuldades a serem superadas, não é possível escorar-se nelas como pretexto para eximir-se da responsabilidade em avançar com novas pesquisas e estudos, sob o risco de permanecermos sempre “reinventando a roda, sem sair do lugar”.

A importância da Inteligência policial militar como forma de assessoramento na tomada de decisão no âmbito da segurança pública é corroborada hoje por modelos de gestão/gerenciais e filosofias como a do Policiamento Orientado pela Inteligência ou *Intelligence-led Policing*. (PYTLOWANCIV, 2018, p. 25-26). Nesse contexto, insta salientar a particularidade da AI no âmbito da Polícia Militar, ou seja, a Inteligência Policial Militar *per se*, como força motriz do Policiamento Orientado pela Inteligência no âmbito das Polícias Militares.

Antes, contudo, faz-se mister introduzir o conceito, mais abrangente, de inteligência policial, que é definido pelo Manual de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal – Volume I, como:

[...] a atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida por órgão policial, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório deste órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional. (BRASIL, 2011 *apud* ANDRADE, 2012, p. 40).

A parte final do conceito de Inteligência Policial acima se afasta da conceituação de Inteligência, de forma geral, como apresentada desde a sua gênese, uma vez que esta seria voltada a subsidiar a tomada de decisão e ao assessoramento, e aquela, enquanto visar a subsidiar a produção de provas penais, aproxima-se da ideia de investigação policial.

Desfazendo a inevitável confusão que poderia ser causada, caso não se atentasse aos detalhes, entre as diferenças da Inteligência Policial e da investigação policial, Celso Ferro Júnior (2008) precisa o conceito de Inteligência Policial à ideia de Inteligência, genericamente, como:

[...] a atividade que objetiva a obtenção, análise e produção de conhecimentos de interesse da segurança pública no território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência da criminalidade, atuação de organizações criminosas, controle de delitos sociais, assessorando as ações de polícia judiciária e ostensiva por intermédio da análise, compartilhamento e difusão de informações. (FERRO JÚNIOR, 2008 *apud* ANDRADE, 2012, p. 42).

A concepção apresentada aproxima a noção de Inteligência Policial com o conceito em que se funda sua própria gênese, qual seja, o conceito de Inteligência, que tem por finalidade a produção de conhecimento e o assessoramento no âmbito da segurança pública para subsidiar as decisões no combate à criminalidade.

A partir das premissas estabelecidas, é possível, concluir, por inferência lógica, que a Inteligência Policial Militar nada mais é senão a soma das ideias concatenadas anteriormente, i.e., a própria Inteligência Policial ora mencionada, aplicada no âmbito das atividades de polícia ostensiva da Polícia Militar. Nesse sentido, a DNISP (2007) estipula a Inteligência Policial Militar como:

[...] uma atividade especializada, exercida pelas agências de inteligência das Polícias Militares Estaduais de forma permanente e sistemática e com o emprego de ações especializadas. Possui como finalidade a identificação, a avaliação e o acompanhamento de ameaças, sejam elas reais ou potenciais, na esfera de segurança pública, produzindo e salvaguardando dados, informações e/ou conhecimentos necessários ao devido lamento do processo decisório, bem como para planejar, executar e acompanhar quaisquer assuntos de segurança pública e de polícia ostensiva, 'subsidiando ações para prever, prevenir e neutralizar ilícitos e ameaças de qualquer natureza, que possam afetar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio' (DNISP, 2007 *apud* HAMADA; MOREIRA, 2020, p. 178).

Partindo do pressuposto que o mais específico está contido no mais genérico, a Inteligência Policial Militar demanda os mesmos rigores e traquejos, técnicos, éticos e morais, na aplicação dos métodos e técnicas exigidos na Inteligência, de forma generalizada, enquanto a atividade ou processo na produção do conhecimento. Ademais, ressalta-se no conceito de Inteligência Policial Militar a produção e a salvaguarda de dados, informações e/ou conhecimentos, que coadunam-se com as acepções de inteligência apresentadas por Cepik, que em sentido amplo é "toda informação coletada, organizada ou analisada para atender as demandas de um tomador de decisões qualquer" e, em sentido estrito, é "a coleta de informações sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento por parte dos alvos da ação". (CEPIK, 2003, p. 27-28).

O conceito estrito de inteligência apresentado amolda-se, na Atividade de Inteligência, mais especificamente, analisada sob a Teoria das Operações de Inteligência (a qual será melhor detalhada à frente) dentro de uma operação exploratória de inteligência – que visa atender às necessidades imediatas de dados específicos sobre determinado alvo –, na obtenção de dados negados. Um dado negado, por sua vez, é “qualquer dado, de interesse do Órgão de Inteligência (OI), que esteja sendo protegido por quem o detém.” (DYSARZ, 2018, p. 14).

Assim, para a produção de conhecimentos significativos e úteis para subsidiar a tomada de decisões nos níveis político, estratégico, tático e operacional, deve-se partir, primordialmente, da obtenção de dados, seja por meio de ações de coleta ou de ações de busca. Nessa esteira, é forçoso adentrar na Teoria das Operações de Inteligência, a fim de se detalhar as Operações de Inteligência como o conjunto de ações técnicas destinadas à busca do dado negado ou protegido. Ainda no tocante às Operações de Inteligência, é imprescindível abordar as Ações de Busca e as Técnicas operacionais de ISP (TOI), especialmente as que guardam estreita relação com a HUMINT, como a Entrevista e a Análise da Veracidade, respectivamente, por exemplo, as quais serão melhor detalhadas no capítulo 1.2.

As técnicas para a obtenção de dados, quer seja através da observação, detecção, registro e transmissão de notícias/dados sobre condições, situações ou acontecimentos, são definidas por acrônimos que derivam da língua inglesa, como por exemplo: HUMINT (Inteligência oriunda de fontes humanas), SIGINT (Inteligência pela interceptação de sinais de comunicação), IMINT (Inteligência pela obtenção de imagens) e OSINT (Inteligência de fontes abertas, obtida por meio de dados disponíveis ao público em geral). (AFONSO, 2006, p. 53).

Apesar de nos últimos tempos a SIGINT ter assumido o protagonismo como fonte principal na obtenção de dados, em face do advento da globalização nas telecomunicações, histórica e tradicionalmente, a HUMINT se mantém como fonte primária e eficaz, por sua precisão e oportunidade. Contudo, conforme aduz Silva (2019, p. 22), não nos cabe realizar uma análise superficial acerca da preponderância da HUMINT sobre as outras formas de obtenção de dados, uma vez que em conjunto elas podem estabelecer uma relação de sinergia e potencializar os resultados no Ciclo de Produção de Conhecimento (CPC). A despeito da advertência no sentido de se evitar comparações, apenas para ilustrar o valor histórico da HUMINT é possível

recorrer à literatura, na qual Sun Tzu demonstra a aplicação de espões e a sua valorização na obtenção informações em um cenário de guerra:

Assim, tendo optado pela guerra e tendo aliciado e preparado as tropas, emprega os artifícios. Procura obter todas as informações sobre o inimigo. Informa-te exatamente de todas as suas relações, suas ligações e interesses recíproco [...] Mantém espões por toda a parte. Informa-te de tudo, nada negligências do que descobrires. Mas, tendo descoberto algo, sê extremamente discreto. Quando usares algum artifício, não é pela invocação de espíritos nem pelas conjecturas que alcançarás a vitória. Ela virá apenas do conhecimento exato – baseado no relatório fiel dos teus subordinados – da disposição dos inimigos, em relação àquilo que esperas que eles façam. (TZU, 2016, p. 132-133).

Além do valor histórico da HUMINT, como ilustrado na obra de Sun Tzu, atualmente, podemos identificar a valorização dela no âmbito da Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública (PNISP) (BRASIL, 2021), que aduz que, dentre outros instrumentos, a formação, capacitação e o desenvolvimento de profissionais para a atividade de ISP constitui instrumento basilar para a execução da PNISP, assim como o é o próprio Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP).

Demonstrado o valor da HUMINT enquanto ferramenta contributiva para o CPC, ressalta-se o método pelo qual o conhecimento é construído. Nesse sentido, o processo regular e formal da construção do conhecimento na atividade de Inteligência denomina-se Ciclo da Produção de Conhecimento e possui quatro fases (Planejamento, Reunião de Dados, Processamento e Utilização), que podem ser resumidas em dois grandes grupos – coleta (*single sources*) e análise (*all-sources*) – ou detalhadas em até dez passos, como aduz Cepik (2003, p. 32):

As descrições convencionais do ciclo de inteligência chegam a destacar até 10 passos ou etapas principais que caracterizariam a atividade, a saber: 1. Requerimentos informacionais. 2. Planejamento. 3. Gerenciamento dos meios técnicos de coleta. 4. Coleta a partir de fontes singulares. 5. Processamento. 6. Análise das informações obtidas de fontes diversas. 7. Produção de relatórios, informes e estudos. 8. Disseminação dos produtos. 9. Consumo pelos usuários. 10. Avaliação (feedback).

Tendo em vista a complexidade do CPC, inclusive pelo tempo e efetivo despendidos até que o produto chegue ao destinatário final (tomador de decisão), uma vez que a demanda muitas vezes tem em seus passos embrionários o planejamento, perpassando pelo Agente de Inteligência – que trabalhará na coleta e na busca das informações – até o Analista de Inteligência – que analisará as informações obtidas, produzindo relatórios e estudos –, bem como o fato da HUMINT centrar-se no

elemento humano e na sua capacidade de interação, a capacitação do profissional de inteligência (incluindo-se aqui, pelo mesmo motivo, a importância de uma correta seleção e recrutamento) é de extrema relevância para que se minimize as limitações que a HUMINT impõe pela sua própria natureza.

Nesse sentido, Silva (2019, p. 28) identifica algumas limitações que a HUMINT apresenta, como por exemplo: a habilidade interpessoal (a HUMINT depende mais das qualidades individuais inatas ou aprendidas por um sujeito, do que de suas habilidades para operar equipamentos); limitações temporais (a HUMINT nas operações com fontes depende do relacionamento empático e de confiança, o que acarreta maior tempo despendido); fator humano (“Unidades de Informações devem ter em atenção a população local onde são desenvolvidas as atividades HUMINT, nomeadamente no domínio da informação sociológica e cultural”, pois sem essa base de apoio as operações teriam um nível maior de dificuldade). Noutro giro, da mesma forma que o papel do elemento humano acarreta tais limitações à HUMINT, a inevitável preponderância deste papel faz com que se busquem determinados traços característicos ao profissional de inteligência empregado neste contexto, ao qual o Exército Americano (2010 *apud* SILVA, 2019, p. 33) pontua: atenção; paciência e discrição; credibilidade; objetividade e autocontrole; adaptabilidade; perseverança; aparência e comportamento; e iniciativa. A DNISP (BRASIL, 2014a, p. 49-50), da mesma forma, estipula que o profissional de ISP, além da vocação para a atividade, deverá ter perfil profissiográfico preestabelecido e, dentre outros fatores, alguns atributos como a voluntariedade, ética e moral, lealdade, integridade, discrição, profissionalismo, responsabilidade e cooperação; especificando, também, que os analistas deverão se destacar pela objetividade, capacidade intelectual e analítica; por fim, determina que aqueles que se dedicam às Operações de Inteligência deverão possuir ainda “adaptabilidade, flexibilidade, habilidade no trato, iniciativa, criatividade, determinação, dinamismo, coragem, controle emocional, paciência e resistência à tensão”.

A preponderância do papel humano que faz com que sejam buscadas determinadas características inatas ao profissional também faz com que todo o processo contínuo de aperfeiçoamento e especialização do profissional de inteligência seja alçado ao mais alto patamar de valoração, em especial no tocante a conhecimentos relacionados ao próprio ser humano, sua psiquê, sua forma de se comunicar e a relação entre suas emoções e suas manifestações físicas, seja por

meio de falas, gestos, expressões, microexpressões ou atitudes, a fim de que, a partir de um protocolo de análise comportamental, a veracidade e a honestidade das informações prestadas por suas fontes sejam analisadas. Essa ideia fundamenta-se na própria previsão da DNISP (BRASIL, 2014a, p. 50) quanto à qualificação do profissional de ISP na qual tal capacitação deverá ser feita por meio de “específicos e sistemáticos programas de formação, de especialização, de aperfeiçoamento continuado e treinamento permanente”.

Afora pautar-se nos conceitos e princípios da DNISP e levar em consideração o perfil profissiográfico do profissional de ISP – que tem por finalidade auxiliar na determinação de características desejáveis no profissional, suas habilidades cognitivas, técnicas e comportamentais, a qualificação deste profissional deve levar em consideração ainda a Matriz Curricular Nacional (MCN) (BRASIL, 2014b) que orienta as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública no Brasil, com os seus eixos articuladores e áreas temáticas executados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Na MCN (BRASIL, 2014b, p. 41), os eixos articuladores “estruturam o conjunto dos conteúdos de caráter transversal definidos por sua pertinência nas discussões sobre segurança pública e por envolverem problemáticas sociais de abrangência nacional”. São quatro os eixos que compõem a MCN, a saber: Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública; Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública; Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; e Diversidade Étnico-sociocultural, Conflitos e Segurança Pública. Além disso, a MCN estipula que tais eixos “nas atividades curriculares das ações formativas poderão ser desenvolvidos por meio de seminário, palestras, mesa redonda, workshop e outras formas de organização da aprendizagem, em espaços diversos do contexto escolar”.

A MCN (BRASIL, 2014b, p. 20), a partir dos relatórios do Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências elaborados pela SENASP, aponta as competências a serem desenvolvidas nos profissionais de segurança pública, as quais foram classificadas em três grupos, tomando-se como base as dimensões do conhecimento: competências cognitivas, operativas e atitudinais. Dentre as competências cognitivas, nos importa ressaltar a de ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia. Já no que concerne às competências operativas, podemos ressaltar como de extrema importância ao profissional de ISP algumas: capacidade de identificar situações de risco e antever

sua ocorrência; ser capaz de identificar vítimas e suspeitos em potencial; ter capacidade para agir demonstrando conhecimento sobre o perfil e modus operandi do criminoso; ter capacidade de elaborar dados isolados, transformando-os rapidamente em informações úteis, segundo o contexto de atuação e a finalidade; ter capacidade de coletar/analisar dados isolados, transformando-os rapidamente em informações úteis, segundo o contexto de atuação e a finalidade; capacidade de raciocínio abstrato (estabelecer relações em situações novas para as quais se possua pouco conhecimento previamente aprendido); ter raciocínio lógico (saber resolver problemas com objetividade, coerência e rapidez); capacidade de raciocínio verbal (expressar-se com facilidade, ter fluência verbal e escrita); ter raciocínio dedutivo (saber raciocinar por dedução); capacidade de memória visual, fisionômica e/ou auditiva (recordar informações, dados, fatos, conhecimentos percebidos e fisionomia de pessoas, mantendo a lembrança de qualquer coisa ou de alguém); capacidade de observação (reparar ou perceber características ou aspectos que ocorrem com as pessoas, situações, fatos, objetos ou local/ambiente); capacidade de agir com rapidez de raciocínio; capacidade de análise e síntese; Capacidade de persuasão e argumentação (poder de convencimento; capacidade de argumentar e contra-argumentar). Por fim, dentre as competências atitudinais, destacamos como de maior relevância ao profissional de ISP a capacidade de: agir com orientação para resultados; visão estratégica; discernimento; manter sigilo; agir com paciência; trabalhar em equipe; ter controle emocional; agir com ética e profissionalismo; agir com criatividade e inovação; negociação; comunicação; agir com discrição; trabalhar de forma interdisciplinar.

A conjugação dos direcionamentos fornecidos pela MCN com os princípios e conceitos contidos na DNISP – bem como com o perfil profissiográfico do profissional de ISP –, nos fornece referenciais para a organização de currículos para cursos que visam a qualificação deste profissional. Contudo, primeiramente, deve-se levar em consideração a atividade-fim da instituição a qual todo este contexto se insere. Nesse sentido, apontam Hamada e Moreira:

Nessa concepção, os referenciais que formam a base para a construção de currículos para cursos de capacitação de profissionais de ISP devem levar em consideração, primeiramente, as competências e missões das instituições de segurança pública, pois constituem a atividade-fim das organizações. A DNISP, por sua vez, aponta para a padronização de conceitos e técnicas especializadas utilizadas na atividade de ISP. Já a MCN, elaborada pela Senasp, tem a pretensão de ser um referencial teórico-metodológico, que

considera o ensino por competências como foco da formação de profissionais que atuam na segurança pública. Por último, o perfil profissiográfico dos profissionais de ISP como referencial demonstra as áreas de conhecimento e as habilidades que a capacitação deve atingir com prioridade. (HAMADA; MOREIRA, 2017, p. 75).

As competências e missões da instituição como referencial da organização de currículos para cursos voltados ao profissional de ISP são necessários tendo em vista o fim último da instituição. No âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), faz-se necessário recorrer ao Plano Estratégico (2011-2022) (PMDF, 2015, p. 21) que estabelece como Missão Institucional “promover a segurança e o bem-estar social por meio da prevenção e repressão imediata da criminalidade e da violência, baseando-se nos direitos humanos e na participação comunitária”. Além disso, na Visão Institucional, ressalta-se a menção à “qualidade profissional de seus integrantes”. Já no tocante aos valores da PMDF, ressaltam-se a honestidade, a ética-profissional, o cientificismo e o respeito aos direitos humanos.

Considerando a AI no âmbito da PMDF, temos que ações ou projetos que visam a qualificação de seus profissionais de ISP coadunam com a missão, visão e valores institucionais, conforme demonstrado. É de se ressaltar, entretanto, que a AI no âmbito da PMDF é regulamentada por normativas, em sua maioria, de caráter reservado. Como não é o objetivo deste trabalho o aprofundamento na estrutura organizacional e no funcionamento do Sistema de Inteligência, serão valorizadas principalmente as fontes abertas como fontes de informação, com o fito de se evitar a restrição do acesso ao conhecimento da presente pesquisa.

De forma geral, vale destacar que na PMDF, o Centro de Inteligência (CI) é um Órgão de Apoio, que presta assistência direta e imediata ao Comandante-Geral e ao Subcomandante-Geral, ao qual compete, conforme explana o Decreto nº 41.167, de 1º de setembro de 2020, em seu artigo 8º:

Art. 8º Ao Centro de Inteligência compete planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de inteligência e de contrainteligência no âmbito da Corporação e as ações relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos, em conformidade com a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. (DISTRITO FEDERAL, 2020, art. 8º)

Percebe-se, portanto, que é o CI o órgão responsável pela AI no âmbito da PMDF e, então, é em seu âmbito que o produto resultante do presente trabalho – Curso de Análise Comportamental nas Operações de Inteligência – deverá ser, ao final, proposto.

Após uma breve contextualização acerca da Inteligência aplicada no cenário policial militar, bem como da HUMINT como ferramenta fundamental ao CPC em uma conjuntura de Operações de Inteligência, com a conseqüente necessidade de sua qualificação constante e essencial ao êxito no cumprimento das missões atinentes à ISP, faz-se necessário aprofundar nas Ações de Busca e nas Técnicas Operacionais de Inteligência que guardam íntima e estreita relação à Análise Comportamental, as quais destacam-se a Entrevista e a Análise da Veracidade.

2.2 BUSCA E TOI: ENTREVISTA E ANÁLISE DA VERACIDADE

A DNISP (BRASIL, 2014a, p. 33) conceitua as Ações de Busca, ou simplesmente Busca, como “todos os procedimentos realizados pelo conjunto ou parte dos agentes do Elemento de Operações (ELO) de uma AI, a fim de reunir dados protegidos e/ou negados, num universo antagônico, de difícil obtenção”¹. Ressalta, ainda, que os procedimentos realizados na Busca podem provocar uma mudança no comportamento do alvo, a fim de que se consiga uma posição vantajosa, favorecendo a obtenção de novos dados. São procedimentos de Ações de Busca previstos na DNISP: reconhecimento, vigilância, recrutamento operacional, infiltração, desinformação, provocação, entrevista, entrada, ação controlada e interceptação de sinais.

Dentre os procedimentos de Busca, nos interessa ressaltar a Entrevista – que guarda íntima relação com a TOI da Análise da Veracidade, conforme será demonstrado ao longo deste trabalho –, que é conceituada como “a obtenção de dados por meio de uma conversação, mantida com propósitos definidos” (BRASIL, 2014a, p. 34). Insta salientar que, diferentemente da Análise da Veracidade, a gama de estudos, discussões e análises acerca da Entrevista é muito maior. Isso pode se dever ao fato de que, como apontam Melo, Bittencourt e Blanchet (2019, p. 18-19), a entrevista não se restringe à área policial, mas pode ser aplicada também por profissionais de vários campos do conhecimento como administração, psicologia, direito, medicina, jornalismo, entre outros, bem como ao fato de que, genericamente, as primeiras entrevistas foram realizadas na gênese dos hominídeos, uma vez que, a partir do momento em que a linguagem foi desenvolvida e alguém questionou o

¹ Elemento de Operações (ELO), segundo a própria DNISP (2014, p.33) é a denominação genérica dada à fração de uma AI que planeja e executa as Operações de ISP.

semelhante sobre determinado assunto, iniciou-se informalmente uma entrevista, com objetivos definidos e metodologia própria, com o objetivo de satisfazer sua necessidade de conhecimento.

Bingham e Moore (1960, p. 13) definem a Entrevista como uma conversa que possui um propósito definido e que não seja feita pela mera satisfação de conversar, sendo que aqui, “conversa” se aplica em seu sentido mais amplo. Tal definição é aplicada de forma genérica nos mais diversos contextos em que uma entrevista pode ser aplicada, guardando apenas bases comuns com o conceito apresentado pela DNISP, que conceitua a Entrevista enquanto procedimento de Busca, que visa a obtenção de dados a fim de subsidiar e integrar o CPC para que sirvam ao assessoramento do tomador de decisão.

Apesar da exposição do conceito amplo de entrevista, comumente o termo entrevista é confundido (ou erroneamente aplicado) com interrogatório. Nesse sentido, é importante destacar que a entrevista pode ser classificada quanto à sua formalidade, ao seu local, à sua confrontação e ao seu modo de execução. Segundo Melo, Bittencourt e Blanchet (2019, p. 74-78), quanto à formalidade, a entrevista pode ser formal ou informal; quanto ao local, pode ser classificada como de campo ou de departamento; quanto à confrontação, pode ser confrontacional ou não confrontacional; e, por fim, quanto ao modo de execução pode ser velada ou não velada. Assim, na entrevista confrontacional há um embate constante entre o entrevistador e o entrevistado, em que aquele confronta este com perguntas mais incisivas a fim de colocar em xeque as informações prestadas pelo entrevistado. A essas entrevistas confrontacionais é o que comumente se chama de interrogatório. Um interrogatório policial, no interior de uma delegacia, por exemplo, pode ser classificado como uma entrevista formal, de departamento, confrontacional e não velada.

No âmbito da entrevista – sobretudo pela amplitude de aplicações as quais foram demonstradas, em diversos contextos –, diversas técnicas e protocolos foram desenvolvidos, mesmo que fora do contexto de Operações de Inteligência. Dentre esses protocolos, roteiros, métodos ou técnicas de entrevistas (aqui, em sentido amplo, uma vez que algumas das técnicas apresentadas se amoldam mais a um contexto de entrevista confrontacional, i.e., ao interrogatório) é que podemos citar algumas como a técnica interrogativa REID, o método PEACE ou ainda técnicas mais conhecidas como a natural, objetiva, da indução, do convencimento, da contradição,

da comoção, da inversão da culpa e psicológica. Tem-se, ainda, técnicas de entrevistas que se aproximam muito (e/ou se utilizam) dos protocolos de Análise Comportamental na busca de pontos indicativos de interesse na análise da credibilidade e veracidade das afirmações de um entrevistado, como é, por exemplo, a técnica SUE de entrevista, o método Scharff de entrevista e o método BASIC, que combina técnicas de entrevista com técnicas de AC. Ao longo deste trabalho, a referência ao termo “técnica” será feita de forma ampla, abrangendo métodos e protocolos de entrevista, sem qualquer distinção entre tais termos.

Miguel Siguán, no prólogo da obra “Como entrevistar” advertia que (naquela época) acreditava-se que, com razão, os dados conseguidos por uma entrevista estariam maculados por um coeficiente de subjetividade que os tornariam discutíveis para um uso científico inclusive, ou ainda, quando a finalidade da entrevista era conhecer e emitir um julgamento sobre o entrevistado (BINGHAM; MOORE, 1960, p. 7). A entrevista, que outrora pode ter-se acreditado ser um meio complementar de se obter informações, com o avanço e desenvolvimento de técnicas a partir de inúmeros estudos, é hoje indiscutivelmente meio imprescindível para se obter informações, sobretudo porque é pela comunicação que se apoia todo o contato humano.

Ainda no tocante às técnicas de entrevista, importa salientar que essas não só podem, como devem, ser utilizadas de forma complementar, misturando e alternando umas às outras a fim de que se obtenha um maior êxito no objetivo a ser alcançado e a depender do contexto e/ou momento em que a entrevista estiver sendo desenvolvida. Com relação às técnicas mais comuns e mais utilizadas de entrevista, Melo, Bittencourt e Blanchet (2019, p. 86-91) detalham cada uma delas, a saber: a técnica natural consiste em deixar o entrevistado falar o mais livremente possível sobre o que bem desejar – muitas vezes fugindo até ao tema –, na qual o entrevistador estimula que o entrevistado continue falando principalmente por meio de perguntas abertas; a técnica objetiva, em oposição, consiste em realizar perguntas diretas e objetivas, a fim de que o entrevistado não discorra livremente, mas se prenda a responder determinados pontos questionados pelo entrevistador; a técnica da indução não deve ser utilizada para induzir respostas, o que prejudicaria a entrevista, mas, aqui, o objetivo do entrevistador é realizar perguntas astuciosas ao entrevistado, a fim de fazê-lo entrar em determinado assunto, somente percebendo o que forneceu de informação após tê-lo feito; a técnica do convencimento é usada normalmente quando o entrevistador já tem as respostas que necessita, mas ainda não as ouviu do

entrevistado; na técnica da contradição o entrevistador anota os pontos contraditórios durante a entrevista para depois obrigar o entrevistado a prestar informações corretas; na técnica da comoção o entrevistador apela para o lado emocional do entrevistado, fazendo-o sentir culpa, por exemplo; a técnica da inversão da culpa consiste em apresentar a um entrevistado, culpado por algo, argumentos que o defendam, como por exemplo atribuir a culpa à vítima, no caso de uma entrevista com um autor de um crime; por fim, na técnica psicológica, complementar e usada em conjunto com as demais, o entrevistador utiliza os dados psicológicos da vida particular do entrevistado a fim de se obter um melhor resultado na entrevista.

Afora as técnicas imediatamente acima descritas, ainda temos as outras retromencionadas como a BASIC, Scharff, Reid etc., que mais seriam protocolos ou a combinação de várias dessas técnicas a fim de se obter um melhor êxito na entrevista. Ressalta-se também que as técnicas a seguir expostas já começam a se aproximar e muitas vezes apresentar interseções de metodologias com a Análise da Veracidade e a Análise Comportamental, uma vez que todas elas visam a obtenção de informações úteis, congruentes e verdadeiras durante uma entrevista, em paralelo às análises de veracidade e credibilidade. A técnica Reid, por exemplo, foi desenvolvida para ser aplicada sobretudo em um contexto de interrogatório criminal na busca de confissões (INBAU *et al.*, 2015). Resumidamente, a técnica interrogativa Reid descreve nove passos a serem seguidos para que se obtenha uma confissão: confrontação direta; introdução e desenvolvimento do tema de interrogatório; reversão das negações; reversão das objeções; busca pela retenção da atenção; reconhecimento da resignação; apresentação da questão alternativa; obtenção da confissão oral; e, por fim, conversão para a confissão escrita.

Moscatelli (2020, p. 377-380) explica resumidamente cada passo da técnica Reid no sentido de que, primeiramente, apresentam-se os principais fatos do caso e é dito categoricamente ao suspeito que existem provas contra ele e que o crime já foi praticamente elucidado. No segundo passo, o interrogador desenvolve a sua hipótese do ocorrido, ao que se passa à reversão das negações (o método parte do pressuposto que o suspeito negará os fatos), na qual o interrogador impedirá que o interrogado apresente suas negativas. No quarto passo é possível que o suspeito possa contrapor questões de natureza lógica e não meramente negativas, momento em que o entrevistador fingirá aceitá-las como verdadeiras, a fim de utilizá-las a seu favor posteriormente. No quinto passo do método (que supõe que um inocente

permaneceria “preso” ao passo três – negando as afirmações), o culpado estaria calado, pensativo, recluso, momento em que o interrogador deverá diminuir a distância física entre eles, criando uma zona pessoal, com o emprego de contato visual e perguntas retóricas. O sexto estágio inicia uma postura mais passiva do interrogador, o que representa um convite para que o interrogado passe a se expressar – nesse momento é comum “choros” indicando remorso/culpa, ou ainda cabeça e ombros caídos, pernas relaxadas e olhares vagos por parte do interrogado. Após possivelmente o interrogador ter tido uma postura compreensiva com o interrogado, no sétimo passo oferece-se alternativas ao interrogado, estimulando-o para que dê mais detalhes do delito, criando opções boas e ruins, até que o suspeito demonstre com mais detalhes que escolherá uma delas. No oitavo passo inicia-se o objetivo principal a ser atingido no interrogatório, que é a confissão, no momento em que o suspeito escolhe uma das alternativas narradas pelo interrogador. Por fim, recomenda-se a redução a termo da confissão.

Apesar do método Reid ter a sua eficiência comprovada, pelo histórico da sua aplicação, bem como pelos eventuais blefes, pressões psicológicas, falsas promessas e constrangimentos emocionais utilizados como instrumentos a fim de se obter a confissão é que ela se tornou alvo de diversas críticas, sendo a principal delas que a implementação exaustiva do método Reid pode levar inocentes a confessar algo que não fizeram apenas para saírem da situação de estresse do interrogatório (MELO; BITTENCOURT; BLANCHET, 2019, p. 148; MOSCATELLI, 2020, p. 381). Em virtude disso, da evolução acerca da noção dos Direitos Humanos, sobretudo no contexto de interrogatórios, bem como dos estudos acerca das técnicas de entrevista e de Análise Comportamental é que foram desenvolvidas técnicas de entrevistas menos “invasivas” ou menos “confrontacionais”, mais pautadas na análise feita por parte do entrevistador do que em uma postura ativa deste, como é a técnica PEACE, Scharff ou SUE.

O método PEACE, segundo Melo, Bittencourt e Blanchet (2019, p. 148-149) originou-se com o objetivo de melhorar a identificação de mentiras por meio da análise do discurso e contrapõe-se à técnica Reid justamente pelo fato de que o interrogador tende a ouvir e analisar mais do que confrontar o interrogado – o próprio nome da técnica traduzido para o português significa “paz”, o que sugere que ela é menos confrontacional do que a Reid. O nome do método é um acrônimo em inglês formado a partir dos termos *preparation and planning, engage and explain, account, closure* e *evaluate* (preparação, engajamento, relato, finalização e avaliação).

A técnica Scharff, da mesma forma, ganhou notoriedade em razão de sua abordagem humana e não coercitiva. Hanns Joachim Scharff (1907-1992) foi um interrogador extremamente bem-sucedido no que concerne a interrogatórios, mas que surpreendentemente era um oficial da *Luftwaffe*, a divisão aérea da *Wehrmacht*, as Forças Armadas da Alemanha Nazista no período da 2ª Guerra Mundial (OLESZKIEWICZ; GRANHAG; MONTECINOS, 2014, p. 1). A maioria das pessoas as quais Scharff interrogou eram pilotos de guerra americanos e britânicos na então condição de prisioneiros de guerra e, basicamente, de forma empírica, através da observação e da tentativa e erro, Scharff desenvolveu uma inteligência humana na qual, essencialmente, o interrogador assumia a perspectiva da fonte (no caso, do prisioneiro).

A técnica Scharff consiste em cinco passos, os quais Zoë Arthurson-Mccoll (2017, p. 57-60) define resumidamente como: a abordagem amigável; a não confrontação pela informação; a ilusão de saber tudo; a tática da confirmação/não confirmação; e ignorando novas informações.² A abordagem amigável descreve uma entrevista não confrontacional, não coercitiva, na qual o entrevistador conversa com o entrevistado, fazendo-o ficar relaxado e confortável durante a entrevista – é similar ao conceito de estabelecer e manter *rapport* no contexto de um interrogatório investigativo. A não confrontação pela informação descreve uma natureza de *story-telling* no estilo de conversação do entrevistador, no qual o entrevistado é encorajado a adicionar mais detalhes durante a interação; consiste no fato de que o entrevistador não faz perguntas explícitas e diretas durante a entrevista, apenas perguntas amplas e genéricas. A terceira tática é a ilusão de saber tudo que consiste em o entrevistador criar um cenário em que o entrevistado acredita não poder contribuir na entrevista com novas informações que já não sejam de conhecimento do entrevistador. Aqui, cria-se a impressão de que tudo que a fonte sabe, o entrevistador já sabia previamente. No quarto passo tem-se a confirmação/não confirmação pelo entrevistado das alegações feitas no curso da história contada pelo entrevistador com as informações que já são conhecidas. Por fim, a última tática – incluída apenas nos estudos mais recentes sobre a técnica Scharff – consiste em ignorar novas informações, que é a tática de se minimizar a importância de informações novas e úteis quando o entrevistado as

² Tradução livre de: *the friendly approach; not pressing for information; the illusion of knowing it all; the confirmation/disconfirmation tactic; ignoring new information.*

revela, fazendo parecer com que essas informações ou não são importantes ou já eram de conhecimento do entrevistador.

Convém ressaltar, neste ponto, que Arthurson-Mccoll (2017, p. 56) realizou sua pesquisa acerca da técnica Scharff de entrevista em um contexto de “entrevistas HUMINT”, i. e., entrevistas em um cenário de Operações de Inteligência, por meio de um profissional de Inteligência. Nesse sentido, ele aponta que “No contexto de entrevistas HUMINT, o objetivo é extrair informações da fonte de uma forma que previna que a fonte perceba o real propósito daquela interação (Granahag et al., 2016)”³. É possível enquadrar nesse contexto de “entrevistas HUMINT” a entrevista classificada quanto ao modo de execução, conforme ensinam Melo, Bittencourt e Blanchet (2019, p. 77) como velada, por exemplo.

No sentido de que as técnicas de entrevista apresentadas foram sendo desenvolvidas a fim de se alcançar a verdade nas afirmações do entrevistado – aproximando cada vez, no contexto de Operações de Inteligência, a Ação de Busca da Entrevista à TOI da Análise da Veracidade –, Pamela Meyer (2017, p. 155) apresenta o método BASIC de entrevista, que segundo ela própria não se trata de uma técnica de interrogatório, mas um guia de conversação que “combina as melhores técnicas de reconhecimento de indicadores faciais, vocais e corporais com um sistema de interrogação destinado a extrair a confiança e cooperação de alguém que, você suspeita, está mentindo”. O método BASIC, da mesma forma que o método PEACE, trata-se de um acrônimo da língua inglesa formado pelos termos “*Basic Behaviour; Ask Open-ended Questions; Study the Clusters; Intuit the Gaps; Confirm*” (Comportamento básico; Faça perguntas abertas; Estude os agrupamentos; intua as lacunas; confirme).

Conforme se depreende do método BASIC de entrevista, tem-se que nos cinco passos apresentados (os quais Meyer chama de “cinco passos para a verdade”), há a mistura de técnicas de entrevista – como “faça perguntas abertas” – com técnicas de Análise da Veracidade/Análise Comportamental, como é o caso do primeiro passo: comportamento básico. Prestar atenção no comportamento básico de alguém lhe dá um ponto de referência confiável, um padrão que você pode usar para medir mudanças em seu comportamento (MEYER, 2017, p. 159). É o que se chama no

³ Tradução livre de: “In the HUMINT interviewing context, the goal is to elicit information from the source in a way that prevents the source from realizing what the actual purpose of the interaction is (Granahag et al., 2016).”

contexto de Análise Comportamental como definição da linha de base (ou *baseline*). Sobre a importância da definição de uma linha de base, Hartley e Karinch (2018, p. 130) advertem:

Você precisa começar definindo uma linha de base – ou seja, o processo para determinar como um indivíduo reage em uma situação sem estresse. Uma linha de base lhe permite criar um imagem do estilo natural de comunicação da pessoa quando ela fala sobre assuntos não estressantes, como o melhor restaurante da região. Isso lhe mostra como tal pessoa age quando se sente no controle do ambiente ao redor.

Após essa definição da linha de base é possível detectar estresse ou perda de controle naquela pessoa com um maior grau de certeza. Mais ainda, é possível identificar quais palavras ou ações suas estão causando estresse naquela pessoa, naquela situação. Da mesma forma que o primeiro passo do método BASIC está mais relacionado com a Análise Comportamental de fato do que com as técnicas de entrevista, o terceiro passo também aproxima-se desta, uma vez que estudar os agrupamentos (ou aglomerados) significa, após terem sido feitas as perguntas abertas, analisar os aglomerados de indícios faciais, comportamentais e verbais – o que é, em resumo, a própria Análise Comportamental com vistas a se analisar a veracidade e credibilidade que pode ser realizada também através de protocolos (como o SCAnS – *Six Channel Analysis System*; ou SCAnR – *Six Channel Analysis in Realtime*) de análises multicanais (o que coaduna com o estudo dos aglomerados de Meyer, em contraposição também ao mito do nariz de Pinóquio, que será melhor detalhado à frente).

Finalmente, a técnica *SUE*, sigla de *Strategic Use of Evidence* (uso estratégico das evidências)⁴ é uma técnica de entrevista voltada à “detecção de mentiras”⁵, sobretudo em contextos legais (investigação criminal ou abordagem policial, p.e.), uma vez que se utiliza da revelação de uma evidência contra o interrogado em momento oportuno, a fim de analisar alterações no seu discurso após saber quais provas existem contra ele. Hartwig *et al.* (2006) apontam que a revelação estratégica da evidência em momento oportuno durante o interrogatório (retendo a

⁴ Tradução livre.

⁵ O termo “Detecção de mentiras” aqui trata-se de referência expressa ao termo *Deception detection* usado comumente na literatura (ARTHURSON-MCCOLL, 2017; EKMAN *et al.*, 1972; EKMAN, 2009; GRANHAG; VRIJ, 2005; GRANHAG; STRÖMWALL; HARTWIG, 2007; GRANHAG; VRIJ; VERSCHUERE, 2015; HARTWIG *et al.*, 2006; VRIJ, 2015), mas que se entende tecnicamente, nesta pesquisa, como as técnicas de Análise da Veracidade, ou ainda, como técnicas de Análise Comportamental com vistas à avaliação da veracidade e credibilidade das afirmações.

evidência e realizando perguntas específicas sobre ela) fornece uma base melhor para a correta avaliação da veracidade do discurso do interrogado em comparação com uma revelação prematura desta evidência. Quando os suspeitos não sabem quais evidências existem contra eles, suspeitos inocentes e culpados tendem a agir de maneiras distintas. Um suspeito inocente comumente fornece mais detalhes e não esconde informações, uma vez que, muitas vezes, ele acredita que o interrogador consegue “ver” o seu estado interno ou “ler a sua mente” – o que Gilovich, Savitsky e Medvec (1998 *apud* HARTWIG *et al.*, 2006, p. 605) chama de “ilusão da transparência”⁶. Em oposição, os mentirosos sistematicamente evitam fornecer detalhes relacionados ao evento do crime e ainda entram em contradição com as evidências. Seus relatos costumam ser “mais pobres” em informações e mais curtos.

A eficácia da técnica SUE foi testada e validada por uma série de estudos conduzidos em pesquisas, nas quais aplicou-se um cenário paradigmático de um “crime simulado”⁷, onde metade dos participantes cometeu o crime simulado e a outra metade não, resultando tanto em suspeitos inocentes como culpados. A partir daí, os suspeitos foram interrogados, nesses estudos, ora por policiais experientes, por policiais em formação ou por sujeitos treinados na técnica. Os resultados dos estudos demonstraram que se os interrogadores aprenderem a usar evidências potencialmente incriminadoras, suas habilidades de “detectar mentiras” serão realçadas, sendo que, em suma, o funcionamento da técnica SUE reside no fato de que ela evidencia as estratégias dos suspeitos inocentes e culpados. Ainda, os resultados apontaram que os policiais em formação foram extremamente motivados a atingir bons resultados nos experimentos, mas não usaram nenhuma técnica que se aproximasse da técnica SUE, enquanto nem mesmo os policiais experientes souberam utilizar informações potencialmente incriminadoras de forma estratégica (GRANHAG; STRÖMWAL; HARTWIG, 2007).

Da mesma forma que outras técnicas de entrevista, como a técnica BASIC por exemplo, abrangem técnicas de Análise Comportamental ligadas à análise dos movimentos faciais ou à cinestesia (linguagem corporal), a técnica SUE está intimamente ligada à AC na medida em que realiza principalmente análise do conteúdo (verbal/discurso). Neste ponto de análise do conteúdo verbal, Vrij (2015) aponta algumas ferramentas que visam à AV como a SVA (*Statement Validity*

⁶ Tradução livre: *illusion of transparency*.

⁷ Tradução livre: *mock-crime*.

Analysis), RM (*Reality Monitoring*), CBCA (*Criteria-Based Content Analysis*) e SCAN⁸ (*Scientific Content Analysis*). Importa ressaltar alguns detalhes acerca da “Análise do Conteúdo Baseada em Critérios” (CBCA), uma vez que esse método será referenciado no capítulo 1.4 deste trabalho, como parte integrante do método de AC. A SVA é uma ferramenta criada para auxiliar os tribunais⁹ na avaliação da credibilidade de depoimentos de crianças vítimas de abuso sexual e consiste em 4 passos, a saber: análise dos arquivos do caso; entrevista semiestruturada; CBCA; avaliação do resultado da análise CBCA por meio de um controle de validade (*Validity Checklist*) (VRIJ, 2015, p. 5). Segundo Steller (1989 *apud* VRIJ, 2015, p. 7) o CBCA é baseado na hipótese, originalmente testada por Undeutsch, que uma afirmação derivada da memória de uma experiência vivida realmente difere no conteúdo e na qualidade de uma afirmação baseada em invenções ou fantasia, o que é chamado de Hipótese de Undeutsch.

O CBCA apoia-se em 19 critérios, sendo eles divididos em: características gerais (critérios 1 a 3); conteúdo específicos (4 a 7); características específicas do conteúdo (8 a 13); conteúdos relacionados com a motivação (14 a 18) e elementos específicos de ofensa (19). Destrinchando-os, tem-se que: 1 – coerência (estrutura lógica e solidez). 2 – produção verbal não estruturada ou espontânea. 3 – quantidade de detalhes e/ou suficiência de detalhes. 4 – contexto envolvente. 5 – descrição de interações. 6 – reprodução de conversações. 7 – relato de complicações inesperadas durante o incidente. 8 – detalhes inabituais. 9 – elementos supérfluos ou periféricos. 10 – detalhes dados que não são entendidos (especialmente em crianças). 11 – relação com acontecimentos externos. 12 – dados sobre o estado subjetivo do sujeito. 13 – atribuição de um estado mental ao perpetrador. 14 – correções espontâneas. 15 – admissão de falta de memória. 16 – levantar dúvida acerca do próprio testemunho. 17 – auto desvalorização. 18 – perdoar o perpetrador. 19 – detalhes característicos da ofensa (descrição de elementos do crime que são cedidos aos profissionais pelo

⁸ Ressalta-se, aqui, que SCAN faz referência à ferramenta de análise de veracidade verbal (do conteúdo ou discurso) desenvolvida por Avinoam Sapir, um operador de polígrafo aposentado da polícia Israelense, difundida por diversos países como Austrália, Bélgica, México, Holanda, Qatar etc. e utilizada por organizações como o FBI e CIA, apesar das poucas pesquisas sobre a ferramenta, falta de padronização e não comprovação de sua eficácia (VRIJ, 2015, p. 19-26). Importante alertar que o SCAN não se confunde com o protocolo SCAnS (*Six Channel Analysis System*) de AC, que consiste em uma análise multicanal do comportamento humano, desenvolvido por Dawn Archer e Cliff Lansley (2015) com validação científica para a avaliação da veracidade e credibilidade.

⁹ Segundo Vrij (2008 *apud* VRIJ, 2015, p. 5), análises pelo método SVA são aceitas como evidências em alguns tribunais dos EUA e em diversos tribunais criminais dos países do Oeste Europeu como Alemanha, Holanda, Espanha e Suécia.

tipo do crime em investigação, mas que são contra intuitivos à população em geral) (VRIJ, 2015, p. 7-9).

Além das técnicas acima mencionadas, cabe tecer ainda breves comentários acerca da chamada entrevista cognitiva, que não se trata de uma técnica em si, mas de uma maneira diferente de formular as perguntas durante a entrevista, a fim de ir mais a fundo nas memórias do entrevistado – e como as outras técnicas mencionadas, complementa-se a outras, devendo ser utilizada de forma conjugada a fim de se obter melhores resultados. Por meio dela, leva-se o entrevistado a lembrar fatos que não foram mencionados ou percebidos anteriormente e, assim como outras técnicas acima mencionadas, é extremamente eficaz para conduzir um mentiroso a se contradizer¹⁰ (MELO; BITTENCOURT; BLANCHET, 2019, p. 91).

Sucintamente, apontam-se três técnicas de entrevista cognitiva: a reinstalação do contexto do evento; a recordação do evento em sequência diferente; e, por fim, a visão em perspectiva diferente. Na primeira delas, o entrevistador não confronta diretamente o entrevistado sobre o fato em si (para que o entrevistado não lembre apenas as respostas já pensadas e ensaiadas), mas propõe outras perguntas abertas de técnica natural de entrevista com o fito de restabelecer o contexto total do fato, fazendo a pessoa lembrar do tempo, do ambiente, da atmosfera, do cenário e das experiências na ocasião do evento. Na segunda técnica de entrevista cognitiva – recordação do evento em sequência diferente –, o entrevistador estimula o entrevistado a relatar o evento em ordem cronológica diversa da “natural”, como por exemplo, contar a história de trás pra frente. Essa técnica baseia-se no fato de que se torna muito difícil para alguém que inventou uma memória (não vivida) relatá-la em ordem diversa da que ensaiou e conseguir sustentá-la. Por último, tem-se a visão em perspectiva diferente, na qual, p.e., em vez de o entrevistador perguntar a uma testemunha o que ela viu do fato, ele pode questioná-la sobre “o que outra pessoa teria visto de outro lugar” ou “o que uma câmera na parede teria captado” – da mesma forma, essa técnica ativa a memória real da pessoa, desvinculando-a das respostas ensaiadas (MELO; BITTENCOURT; BLANCHET, 2019, p. 92-93).

¹⁰ Nesse sentido apontam também Dawn Archer e Cliff Lansley, recomendando a combinação de técnicas de entrevista cognitiva com técnicas de AC e de avaliação da veracidade e credibilidade. (ARCHER; LANSLEY; 2015; LANSLEY *et al.*, 2016).

O presente estudo não tem o escopo de esgotar os assuntos atinentes à entrevista ou ao interrogatório, mas apenas demonstrar algumas técnicas de entrevista, apontando que essa última, enquanto Ação de Busca em um contexto de Operação de Inteligência, abarca em seu bojo técnicas de AC/AV, guardando íntima relação com essa TOI. Passa-se, assim, a tratar especificamente da Análise de Veracidade enquanto TOI, com suas especificidades e previsões na doutrina e na legislação. Insta salientar que, diferentemente da Entrevista, pouco se tem de estudos e pesquisas realizadas especificamente com relação à AV. Isso reflete sobretudo na previsão desta TOI no âmbito da ISP no Brasil.

Segundo o presidente do Instituto Brasileiro de Análise de Veracidade, Maurício Viegas Pinto, a Doutrina Brasileira de Inteligência – Bases Comuns (2004 *apud* PINTO, 2018) não define a técnica da AV, bem como não define qualquer outra TOI. Contudo, a DNISP (BRASIL, 2014a, p. 36 grifo nosso) a conceitua como técnica “utilizada para verificar, por meio de recursos tecnológicos **ou metodologia própria**, se uma pessoa está falando a verdade sobre fatos e situações”. Por outro lado, a Doutrina de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – DISPERJ (2015) faz referência à AV, no âmbito das TOI, como a “TOI utilizada para analisar, por meio de recursos tecnológicos, se há veracidade no que uma pessoa esteja falando” (*apud* PINTO, 2018). Pinto aponta as inúmeras diferenças entre os dois conceitos apresentados, como o fato de a DISPERJ limitar a AV apenas “por meio de recursos tecnológicos”, enquanto a DNISP além desta, prevê a utilização de “metodologia própria”, ou ainda o fato da DNISP utilizar o termo “verificar”, enquanto a DISPERJ menciona “analisar”, bem como o fato de que enquanto a DNISP restringe a AV a fatos e situações, a DISPERJ amplia a ideia no sentido de que a AV avalia o que uma pessoa esteja falando.

Apesar das diferenças conceituais existentes entre a DNISP e a DISPERJ, o que importa na presente pesquisa é demonstrar que no tocante aos recursos tecnológicos mencionados nos dois conceitos, importa apenas ressaltar que aqui enquadram-se os aparelhos que podem medir variáveis fisiológicas, como, por exemplo, o polígrafo (errônea e popularmente chamado de “detector de mentiras”), que mede, através de sensores colocados nas pontas dos dedos do entrevistado, alterações da atividade no sistema nervoso autônomo, como o ritmo da respiração, a pressão sanguínea, os batimentos cardíacos e o suor na pele do entrevistado – e, diga-se de passagem, está ultrapassado atualmente (EKMAN, 2009, p. 197). Sobre o

uso do polígrafo, Maurmann e Pinto (2020) fazem duas advertências: a primeira é que em alguns casos o sujeito, mesmo culpado, não apresente qualquer alteração psicofisiológica diante dos questionamentos feitos durante a entrevista; a segunda, em oposição, é que um sujeito inocente pode apresentar facilmente alterações psicofisiológicas decorrentes de outros motivos, ao ser submetido ao teste do polígrafo, ainda que esteja sendo completamente sincero em suas respostas. É cediço que a aplicação de recursos tecnológicos de forma isolada para a “detecção de mentira” é algo que funciona somente no imaginário popular ou nos filmes. Contudo, a combinação de recursos tecnológicos às técnicas de entrevista e de AC podem trazer bons resultados na AV, como se sugere a partir da combinação da técnica SUE com o sistema CVSA (*Computer Voice Stress Analyser*).¹¹ Porém, o foco real da presente pesquisa enfatiza o termo “metodologia própria” contido no conceito de AV da DNISP, a qual entendemos ser a Análise Comportamental com vistas à avaliação da veracidade e credibilidade de uma afirmação, por meio de técnicas e protocolos definidos e validados, aplicada ao contexto da HUMINT no âmbito das Operações de Inteligência.

Nesse sentido, Pinto (2020) faz algumas advertências acerca de como não fazer uma AV e dentre elas, destacamos que a AV não é sinônimo de “Detecção de Mentiras”. É justamente por isso que ao longo desta pesquisa o termo acima sempre foi usado entre aspas e com muita cautela, mesmo nos momentos em que foi necessário utilizá-lo como tradução livre de *deception detection* ou *detecting decept*. Isso porque a AV se trata de uma TOI, com metodologia própria, destinada à obtenção de dados, aos quais serão atribuídos diferentes graus de credibilidade e veracidade, ao passo em que a “detecção de mentiras”, segundo o próprio autor, “evoca uma condição especial de poder, na qual um indivíduo se diz capaz de determinar, a qualquer momento e em qualquer circunstância, quando alguém mente ou diz a verdade.” Apesar disso, a expressão “detecção de mentiras” tem um valor comercial muito maior do que AV, o que faz com que ela seja utilizada indiscriminadamente, sobretudo nos livros sem validação científica acerca da linguagem corporal e comunicação não-verbal. A segunda advertência que importa ressaltar é a relacionada ao mito do Nariz de Pinóquio – que é a ideia errônea de que existe um sinal único e universal que indique de forma irrefutável que uma pessoa esteja mentindo. Nesse

¹¹ Nesse sentido, ver: <https://www.cvsa1.com/interviewing-and-interrogation/strategic-use-of-evidence-sue-leading-into-the-cvsa-interview/>

mote, Pinto (2020, n.p.) assevera expressamente que: “Não existe [...] nenhum sinal único, verbal ou não verbal, que seja absolutamente categórico quanto à ocorrência de uma mentira”.

Acerca do mito do Nariz de Pinóquio, Maurmann e Pinto (2020, p. 122) advertem que não existe qualquer sustentação científica para concluir que determinados gestos isolados (levar a mão à face, braços cruzados, cerrar os olhos ou desviar o olhar para qualquer lado que seja, por exemplo) indiquem que a pessoa está mentindo, mas ao contrário, há estudos que apontam não haver relação alguma entre tais gestos e a veracidade das declarações feitas. Recomendam ainda que o profissional se concentre exclusivamente em apontar incongruências durante a avaliação de uma declaração, o que distingue-se completamente de apontar que alguém esteja mentindo. Isso corrobora a ressalva feita no presente estudo com relação à utilização do termo “detecção de mentiras”.

Insta salientar, ainda, que a adoção de métodos multicanais na AC se faz presente justamente como oposição extrema ao mito do Nariz de Pinóquio.

Ainda, importa ressaltar que existem poucos materiais escritos expressamente referentes à AV, diferentemente dos estudos acerca da Entrevista, como se depreende da própria constituição do presente trabalho. Decorre disso que, atualmente, no âmbito da PMDF, conforme se depreende do Plano Anual de Educação – PAE (PMDF, 2021) da Corporação, o Centro de Inteligência oferece seis cursos, sendo um curso de nível superior, a Pós Graduação *Lato Sensu* em Inteligência de Segurança Pública, e os outros cinco de nível misto, a saber: Curso de Entrevista (CE), Curso de Inteligência Policial (CIP), Curso de Operações de Inteligência (COI), Curso de Produção de Conhecimento (CPC) e Curso de Segurança Orgânica (Segor) (PMDF, 2021, p. 5), ressaltando-se que, hoje, a AC é ministrada brevemente aos operadores de inteligência, dentro de alguns cursos acima mencionados, tendo em vista que a referida área de estudo é relativamente nova, sendo que os conhecimentos embrionários da AC, com especial foco na comunicação não-verbal, remontam ao século XIX, com os estudos de Charles Darwin, mais especificamente em *A Expressão das Emoções nos Homens e nos Animais*, e atualmente – desde a década de 70 –, esses conhecimentos são detalhados e aprofundados sobretudo pelo psicólogo americano *Paul Ekman* (EKMAN, 2003, 2009, 2013; EKMAN; FRIESEN, 2003).

Ante todo o exposto no presente capítulo acerca da Entrevista – Ação de Busca fundamental e imprescindível na HUMINT – e suas técnicas, contendo em seu bojo, pontualmente, técnicas de AV, bem como acerca da própria AV enquanto TOI – seu conceito e as más interpretações acerca de sua concepção, é que se propõe um aprofundamento acerca da comunicação humana, com enfoque especial no seu maior componente (a comunicação não-verbal), perpassando pela análise das emoções e sua relação com a mentira, a fim de se apresentar as técnicas de AC, com protocolos bem definidos, como forma de realizar a avaliação da veracidade e credibilidade das informações, a fim de se operacionalizar (ou fornecer a “metodologia própria” para) a AV.

2.3 COMUNICAÇÃO NÃO-VERBAL, EMOÇÕES E “DETECÇÃO DE MENTIRAS”

A comunicação humana pode ser dividida em verbal e não-verbal. Ruesch e Kees (1956 *apud* KNAPP; HALL, 1999, p. 24) foram os precursores na criação de um sistema de classificação que considerava os elementos primários do estudo da comunicação não-verbal. Sua pesquisa serviu de embasamento para a maior parte do trabalho inicial desenvolvido no campo da comunicação não-verbal. Segundo Knapp e Hall (1999, p. 25-28), este esquema classificatório foi reorganizado, tendo-se as seguintes categorias que descrevem as áreas do estudo não-verbal: o ambiente da comunicação (incluindo-se nessa categoria os chamados “vestígios de ação”, como pontas de cigarro, p.e.); a aparência física do comunicador; a proxêmica ou territorialidade (estudo da utilização e da percepção do espaço social e pessoal); o movimento do corpo ou o comportamento cinestésico (incluindo-se aqui a linguagem corporal em sentido amplo – gestos, movimentos do corpo, expressões faciais, comportamento ocular, com direção e duração do olhar, o piscar e dilatação das pupilas, e a postura); e a paralinguagem (ou subcomunicação).

A riqueza de conhecimento no campo da Análise Comportamental se dá, sobretudo, pelo fato de que, segundo Burgoon (1980, p. 184 *apud* KNAPP; HALL, 1999, p. 32), após investigar numerosos estudos (Stiff, Hale, Garlick e Rogan, 1990; Tabor, 1970; Mehrabian, 1972; Bugental, 1974), concluiu que “...os canais não-verbais carregam mais informação e são mais críveis do que os verbais, e os sinais visuais, em geral, têm mais peso do que os vocais”. Muitos estudos e livros chegam a mencionar que a comunicação não-verbal assume 93% da comunicação humana,

enquanto apenas 7% seriam verbais. Contudo, conforme afirma Pires (2021), tal afirmação é uma reprodução imprecisa das pesquisas – desprovidas do rigor científico – conduzidas por Mehrabian (1972), que de tanto ser reproduzida sem o devido criticismo, muitos a assumem como verdade.¹²

Importante ressaltar que, segundo Argyle (1988 *apud* KNAPP; HALL, 1999, p. 29), existem quatro funções básicas do comportamento não-verbal na interação humana, a saber: expressar emoção; transmitir atitudes interpessoais (afeto/desafeto, p.e.); apresentar nossa personalidade ao outro; e acompanhar a fala com o propósito de controlar a alternância entre os interlocutores, o tema da conversa, a atenção etc. Ainda, segundo Leathers (1979 *apud* KNAPP; HALL, 1999, p. 31), quando somos confrontados com mensagens verbal e não-verbal contraditórias, reagimos por um processo comum de três passos: “1) a primeira reação é de confusão e incerteza, logo 2) buscamos informação adicional que esclareça a situação e, se não surgir esclarecimento algum, 3) provavelmente reagiremos com desprazer, hostilidade ou mesmo afastamento”. Tal processo de resposta evidencia o quão importante é saber identificar e classificar os sinais e mensagens não-verbais.

Uma vez evidenciado o protagonismo que a comunicação não-verbal assume no contexto da AC, resta necessário demonstrar de que forma as emoções adentram neste cenário de análise, bem como a sua relação com o processo de avaliação da veracidade e credibilidade da informação, i.e., a relação entre as emoções e a mentira.

Fexeus (2015 *apud* MELO; BITTENCOURT; BLANCHET, 2019, p. 155) afirma que as “emoções começaram como um sistema automático para nos livrar de situações ameaçadoras sem que precisássemos primeiro pensar sobre o que está acontecendo”. Portanto, as emoções são como um mecanismo de defesa natural do próprio ser humano, direcionado à sobrevivência e preservação da integridade. Por exemplo, o medo ou a raiva que uma criança pode sentir ao ser atacada por um cachorro pode fazer com que o instinto natural de autopreservação seja acionado no sentido de estimular fisiologicamente a criança a se defender. Nesse sentido, segundo Ekman (2003), as emoções determinam a nossa qualidade de vida e ao mesmo tempo em que elas podem salvá-la (em uma situação de risco), elas também podem nos causar danos reais.

¹² Nesse sentido, ver: <https://ibralc.com.br/albert-mehrabian/>. No mesmo sentido aponta a entrevista nº 3 da presente pesquisa.

Ekman (2013, p. 9-11) aduz que muitos pesquisadores tentaram definir emoção, levando-se em conta parâmetros distintos em cada conceituação, como: estímulos que induzem comportamentos; respostas fisiológicas, incluindo atividade visceral, alteração no sistema nervoso e alteração da atividade do hipotálamo; respostas motoras. A despeito da falta de uma definição clara e exata do termo, Ekman dedicou mais de 40 anos de sua vida com pesquisas que relacionadas às emoções humana, sobretudo através de diferentes culturas, bem como da relação das emoções à face (EKMAN, 2003, 2009, 2013; EKMAN; FRIESEN, 2003).

A fim de melhor subsidiar a presente pesquisa, serão explanadas brevemente algumas noções acerca das sete emoções humanas básicas e as suas formas de serem expressas na face, a saber: Tristeza; Raiva; Surpresa; Medo; Nojo; Desprezo; e Alegria. Antes, porém, é necessário ressaltar algumas constatações acerca da expressão das emoções na face e explicar brevemente sobre o *Facial Action Coding System* – FACS (Sistema de Codificação da Ação Facial), desenvolvido por Ekman e Friesen (EKMAN, 2013, p. 178-211; KNAPP; HALL, 1999, p. 269-271).

A primeira constatação acerca da relação entre emoções e comportamento facial consiste no fato de que é possível controlar ou disfarçar o comportamento da face, da mesma maneira que é possível “perder o controle” da expressão de uma emoção na face (EKMAN, 2013, p. 17; EKMAN; FRIESEN, 2003, p. 19). Esse ponto foi elencado em primeiro lugar pela relevância que esta constatação tem em correlacionar a identificação das emoções através da Análise Comportamental à mentira – que será melhor explanada no final deste capítulo. Em segundo lugar, importa ressaltar que duas ou mais emoções podem ser identificadas na face simultaneamente, bem como o comportamento facial pode indicar a mistura de duas ou mais emoções em um mesmo instante (EKMAN, 2013, p. 19). Em terceiro, a face é um sistema multisinal – providencia três tipos de sinais distintos: estático (como a cor da pele), devagar (como rugas permanentes) e rápido (como o levantar de sobrancelhas) – e também multimensagem, informando mensagens sobre emoções, humor, atitudes, personalidade, inteligência, atratividade, idade, sexo, raça etc., o que torna ainda mais difícil a AC por pessoas que desconhecem sobre o assunto ou não são treinadas nas respectivas técnicas (EKMAN; FRIESEN, 2003, p. 10-11). Na quarta advertência, importa ressaltar que, segundo Ekman e Friesen (EKMAN, 1964; EKMAN; FRIESEN, 1967), as emoções são primariamente exibidas pelas expressões faciais, mas que o corpo com frequência carrega os mais precisos indicadores do nível

de emoção (KNAPP; HALL, 1999, p. 34). Por fim, salienta-se que apesar de alguns estudos indicarem provas de campo contraditórias e confusas, as pesquisas mais recentes de Ekman e Friesen (1999, p. 271) apontam no sentido de haver indícios consistentes de que o julgamento da emoção a partir do comportamento facial é acurado. Importa ressaltar, contudo, que apesar de haver essa precisão no julgamento de uma emoção a partir do comportamento facial, não se pode prever por qual motivo o alvo da análise ou qual gatilho o levou a sentir e a expressar aquela emoção – a não ser certas vezes em razão da obviedade presente no contexto ou na situação em que a análise está sendo realizada.

Estabelecidas tais premissas acerca da expressão das emoções na face, apresenta-se em apertadíssima síntese o sistema FACS desenvolvido por Ekman e Friesen, que é um sistema taxonômico da face que se propôs a relacionar todos os músculos relacionados aos movimentos da face (não só aqueles relevantes à expressão das emoções) (EKMAN, 2013, p. 207). O sistema FACS codifica os movimentos da face em 44 “Unidades de Ação”¹³ (AUs), sendo que a intensidade de cada movimento desses é codificada através de letras de “A” a “E” (EKMAN, 2013, p. 178-211; EKMAN; FRIESEN; HAGER, 2002; KNAPP; HALL, 1999, p. 269-271). Ressalta-se que as expressões faciais significativas (que podem indicar emoções) são formadas, na maioria das vezes, por uma combinação de AUs. Para a codificação do manual do FACS, foram analisadas e examinadas em torno de 4 mil a 5 mil combinações dessas (EKMAN, 2013, p. 189).

¹³ Tradução livre: Action Units.

Figura 1 - Exemplo de Unidades de Ação (AU)

AU number	FACS name	Muscular basis
1	Inner brow raiser	<i>Frontalis, pars medialis</i>
2	Outer brow raiser	<i>Frontalis, pars lateralis</i>
4	Brow lowerer	<i>Depressor glabellae; depressor supercili; corrugator</i>
5	Upper lid raiser	<i>Levator palpebrae superioris</i>
6	Cheek raiser	<i>Orbicularis oculi, pars orbitalis</i>
7	Lid tightener	<i>Orbicularis oculi, pars palpebralis</i>
8	Lips toward each other	<i>Orbicularis oris</i>
9	Nose wrinkler	<i>Levator labii superioris, alaeque nasi</i>
10	Upper lip raiser	<i>Levator labii superioris, caput infraorbitalis</i>
11	Nasolabial furrow deepener	<i>Zygomatic minor</i>
12	Lip corner puller	<i>Zygomatic major</i>
13	Cheek puffer	<i>Cantinus</i>
14	Dimpler	<i>Buccinator</i>
15	Lip corner depressor	<i>Triangularis</i>
16	Lower lip depressor	<i>Depressor labii inferioris</i>
17	Chin raiser	<i>Mentalis</i>
18	Lip puckerer	<i>Incisivii labii superioris; incisivus labii inferioris</i>
20	Lip stretcher	<i>Risorius</i>
22	Lip funneler	<i>Orbicularis oris</i>
23	Lip tightener	<i>Orbicularis oris</i>
24	Lip pressor	<i>Orbicularis oris</i>
25	Lips part	<i>Depressor labii, or relaxation of mentalis or orbicularis oris</i>
26	Jaw drops	<i>Masseter; temporal and internal pterygoid relaxed</i>
27	Mouth stretches	<i>pterygoids; digastric</i>
28	Lips suck	<i>Orbicularis oris</i>
38	Nostril dilator	<i>Nasalis, pars alaris</i>
39	Nostril compressor	<i>Nasalis, pars transversa and depressor septi alae nasi</i>
41	Lids droop	<i>Relaxation of levator palpebrae superioris</i>
42	Eyes slit	<i>Orbicularis oculi</i>
43	Eyes close	<i>Relaxation of Levator palpebrae superioris</i>
44	Squint	<i>Orbicularis oculi, pars palpebralis</i>
45	Blink	<i>Relaxation of levator palpebrae and contraction of orbicularis oculi, pars palpebralis</i>
46	Wink	<i>orbicularis oculi</i>

Fonte: Ekman (2013, p. 186).

A Erro! Fonte de referência não encontrada. apresenta algumas AUs como aparecem no manual FACS, relacionando o código da AU com o nome do movimento e os músculos envolvidos na formação do movimento facial. Assim, como forma de exemplificar de maneira prática a aplicação do FACS, consideremos a emoção da alegria, que durante um sorriso espontâneo envolve as seguintes musculaturas: contração do orbicular do olho (AU 6), contração do zigomático maior (AU 12) e relaxamento do orbicular da boca (AU 25), tem-se que essa face pode ser representada pelo Manual FACS como “AU 6 + 12 + 25”. Esta breve explanação acerca do FACS se faz necessária, uma vez que na Análise dos Seis Canais da Comunicação (SCANs) que será melhor detalhada no capítulo 1.4 deste trabalho, utiliza-se o FACS quando da análise do canal “face” (F).

Da mesma maneira, insta apresentar de forma breve alguns detalhes que mais caracterizam, de forma geral, as expressões das principais emoções básicas universais que podem ser identificadas na face (CASTILHO, 2011, p. 49-82; EKMAN, 2003, 2009, 2013; EKMAN; FRIESEN, 2003; EKMAN; FRIESEN; HAGER, 2002; MELO; BITTENCOURT; BLANCHET, 2019, p. 155-157; MEYER, 2017, p. 88-93). A primeira delas é a tristeza.

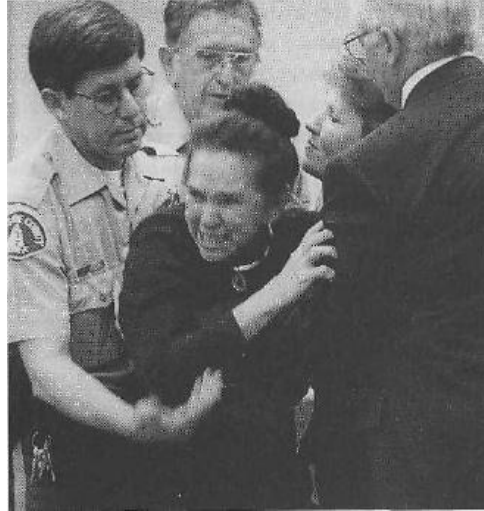
Figura 2 - Tristeza



Fonte: Ekman (2003, p. 83)

A figura 2 mostra claramente sinais de tristeza (e agonia – quando a tristeza, que se caracteriza por um sofrimento mudo e passivo, passa a ser ativo, sonoro). Trata-se de Betty Shirley, a mãe de um garoto, dentre vários, que foi sequestrado, torturado e morto por uma quadrilha homossexual de assassinos em uma chacina (EKMAN, 2003, p. 83-84). A tristeza é a emoção mais longa que sentimos (no quesito tempo de duração). Com relação à intensidade, ela pode variar de uma leve melancolia até ao luto causado pela perda de um ente querido, que pode fazer com que a tristeza perdure por meses ou anos, sendo que o prolongamento dessa emoção pode levar a uma patologia: a depressão. Na face, a tristeza pode ser percebida pelos cantos internos das sobrancelhas estarem levantados, podendo estar unidos; os cantos internos das pálpebras superiores se elevam, enquanto as inferiores podem aparecer erguidas; os cantos dos lábios ficam curvados para baixo e algumas vezes os lábios podem aparecer tremendo; na maioria das vezes, o olhar aponta para baixo. Pelo FACS, a tristeza envolve os seguintes movimentos musculares: contração do corrugador do supercílio (AU 4), contração do frontal na parte interna das sobrancelhas (AU 1), contração do depressor da ponta dos lábios (AU 15) e contração do mento (AU 17) – que faz surgir o enrugamento na região do queixo.

Figura 3 - Raiva



Fonte: Ekman (2003, p. 116)

A figura 3 apresenta Maxine Kenny e demonstra o exato momento em que ela foi segurada, pelo seu marido e por policiais, após agredir David Lynn Scott III, durante o julgamento deste. Scott estava sendo julgado pelo estupro e assassinato da filha de Maxine (EKMAN, 2003, p. 155). A raiva é uma emoção que prepara o organismo para uma possível reação, que, às vezes, nos leva a atitudes psicológica e fisicamente violentas. Fisiologicamente, a raiva pode gerar o aumento da atividade (aumento do fluxo sanguíneo, p. e.) nas áreas periféricas do corpo, como membros superiores e inferiores, nos preparando para lutar ou reagir. Os motivos a levarem alguém a sentir raiva são dos mais variados, como impedir alguém de fazer algo que queira, a frustração ou o comportamento indesejado de outrem. Na face, a raiva pode ser identificada pelas sobrancelhas puxadas para baixo, pálpebras superiores erguidas, pálpebras inferiores puxadas para cima e lábios tensionados – podendo estar abertos, em formato quadrado, caso a pessoa esteja gritando ou fechados e estreitos –, puxados para dentro. Em muitos casos, a raiva pode gerar uma ruga vertical entre os olhos ou sobrancelhas (mas não na testa). No FACS, a raiva pode ser identificada pela seguinte combinação de atividade muscular: corrugador dos supercílios com prócero (juntando e abaixando as sobrancelhas) (AU 4), levantador da pálpebra superior (AU 5), retrator da pálpebra inferior (AU 7), orbicular da boca – responsável por afinar e pressionar a boca (AUs 23 + 24) e contração do mento (AU 17), que realiza o levantar do queixo.

Figura 4 - Surpresa



Fonte: Ekman (2003, p. 149)

A figura 4 é uma foto de Lou Liotta, então fotógrafo do *The New York Post*. Ele conseguiu capturar o momento em que uma dublê acidentalmente despencou de um cabo, a uma altura aproximadamente de 10 metros, caindo sobre algumas tábuas de madeira e registrou a surpresa estampada na face dos dois homens (EKMAN, 2003, p. 148-149). Para que a expressão da surpresa seja genuína, o evento que a gerou deve ser repentino e inesperado, como o que ocorreu na foto. É uma emoção de curtíssima duração e, como o seu gatilho é inesperado, é difícil de escondê-la ou mascará-la, mesmo que quiséssemos. Normalmente, após processarmos o evento que a gerou, a surpresa se transforma em outra emoção. Na face, as sobrancelhas se curvam e sobem, podendo surgir rugas horizontais e longas na testa. Importa ressaltar que erguer as sobrancelhas, por si só, não indicam surpresa, apontando um sinal emblemático de dúvida ou questionamento. Os olhos ficam muito abertos, expondo a esclera (parte branca do globo ocular) e as pálpebras inferiores ficam relaxadas enquanto as superiores se erguem. A mandíbula cai, abrindo os lábios – que estão relaxados – e os dentes, deixando a boca relaxada. Pelo FACS, os movimentos musculares são: frontal – parte interna e externa das sobrancelhas – levantado (AUs 1 + 2), levantador da pálpebra superior (AU 5), relaxamento do masseter (AU 26) que faz a mandíbula cair, relaxando a região da boca.

Figura 5 - Medo



Fonte: Ekman (2003, p. 162)

A figura 5 representa o patinador Charlie O'Connell sofrendo uma queda após sofrer uma colisão com o outro patinador, Bill Groll, em uma competição mundial no Estádio Shea (EKMAN, 2003, p. 162). O medo é uma emoção que visa à preservação da vida e da integridade física. Ela pode gerar uma contração dos membros inferiores e superiores, levando a um “congelamento” que impede alguém de seguir adiante. Da mesma forma, fisiologicamente há um aumento do fluxo sanguíneo nas pernas, o que favorece a reação de fuga. O medo difere-se da surpresa na medida em que a surpresa é causada por algo repentino e inesperado, o medo não necessariamente, bem como pelo fato do medo estar associado a uma experiência negativa e a surpresa não. Na face, as sobrancelhas se erguem rapidamente, retas, quase unidas uma à outra, formando-se rugas, mas que não atravessam a testa, como na surpresa. Os olhos se abrem, a pálpebra superior se ergue e a inferior tensiona – a tensão da pálpebra inferior pode erguê-la a ponto de cobrir parte da íris. A mandíbula cai e a boca se abre, com os lábios ficando esticados, tensos, com os cantos puxados para trás. Pelo FACS, os movimentos das musculaturas envolvidas são: frontal – interno e externo – levantado (AU 1 + 2), corrugador dos supercílios (AU 4) que aproxima as sobrancelhas, levantador da pálpebra superior (AU 5), relaxamento do orbicular da boca (AU 25), contração do risório (AU 20) e contração do platisma no pescoço (AU 21).

Figura 6 - Nojo

Fonte: Ekman (2003, p. 173)

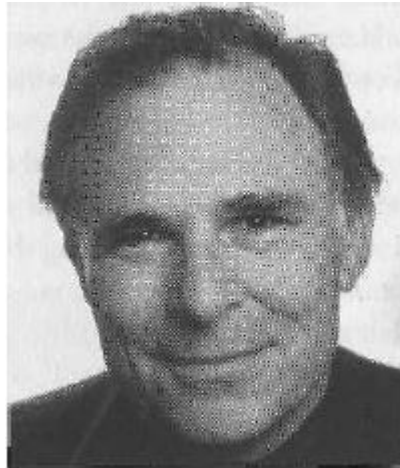
A figura 6 é uma foto que demonstra um nativo da Papua Nova Guiné observando Ekman comendo uma lata de comida americana que ele havia levado consigo em sua viagem com propósitos de pesquisar as emoções através de diferentes culturas. O nojo demonstrado nesta foto aponta a relação desta emoção com sensações desagradáveis decorrentes de repulsa a um alimento podre ou aos produtos corporais como fezes, vômito, urina, vísceras. A aparência da expressão faz parecer como se estivéssemos trancando as narinas diante do que estamos observando e, de fato, a expressão facial que denota nojo envolve esse movimento facial. O nojo é muitas vezes tratado como aversão, porque sua função é nos afastar daquilo que nos causa repulsa. Apesar do nojo ter certa proximidade com o desprezo, a grande diferença entre eles é que o desprezo é sentido por pessoas ou comportamentos, e não por gostos, cheiros e sensações. Na expressão facial do nojo, o lábio superior se ergue e o inferior pode erguer-se e projetar-se para a frente – no caso da boca estar fechada – ou abaixar-se e projetar-se para a frente, no caso da boca estar aberta. O nariz se enruga nos lados e na parte que se liga com a testa (por essa região, o nojo muitas vezes é confundido com a raiva). As bochechas ficam erguidas, gerando o enrugamento da região abaixo dos olhos, as pálpebras inferiores se erguem e as sobrancelhas geralmente permanecem abaixadas. No FACS temos os seguintes movimentos musculares: levantador do lábio superior e da asa do nariz (AU 9), levantador do lábio superior (AU 10) e relaxamento do orbicular da boca (AU 25).

Figura 7 - Desprezo



Fonte: Ekman (2003, p. 185)

A figura 7 representa Eve Ekman (EKMAN, 2003, p. 185) em uma clara expressão de desprezo. O desprezo, diferentemente de todas as outras expressões das emoções apresentadas neste trabalho, é uma expressão assimétrica e fruto da racionalidade. Trata-se de uma manifestação de superioridade, i.e., na maioria das vezes que sentimos desprezo com relação a alguém, nos julgamos moralmente superior a essa pessoa. Diferentemente do nojo, não tem a função de nos afastar ou evitar contato com aquela pessoa ou situação que julgamos degradante. Na face, distingue-se pela boca fechada, com os lábios podendo estar levemente apertados, ocasionando o erguimento dos cantos de um dos lados da boca. O lábio superior pode se erguer num dos lados também, de forma leve e discreta, expondo os dentes, indicando escárnio/desdém, que é uma variação do desprezo, no sentido que a pessoa ou o comportamento dela objeto do desprezo é ridicularizado, ou seja, trata-se do desprezo acrescentado de um elemento jocoso, de humor. No FACS, trata-se da codificação do AU 14 (contração do bucinador).

Figura 8 - Alegria

Fonte: Ekman (2003, p. 207)

A figura 8 representa um genuíno “sorriso Duchenne”. O nome deste sorriso genuíno e verdadeiro foi dado em homenagem ao neurologista francês Duchenne de Boulogne, que descobriu como um sorriso verdadeiro de contentamento se diferenciava dos outros tipos de sorriso que não representam contentamento. Já em 1862, estudando como os músculos faciais reagem a estímulos elétricos, Duchenne escreveu: “A emoção da alegria franca é expressa na face por uma combinação da contração do músculo *zygomaticus major* e do *orbicularis oculi*. O primeiro obedece a vontade, mas o segundo só é ativado pelas doces emoções da alma”¹⁴ Acrescenta ainda que a inércia do *orbicularis oculi* em uma alegria fingida ou em uma risada forçada desmascara um falso amigo (EKMAN, 2003, p. 204-206). Assim, é possível afirmar que os sorrisos podem ser usados para mascarar emoções negativas e também podem ser exibidos de maneira deliberada, mesmo quando não se está sentindo nada (o famoso “xis” para tirar fotos, p.e.). O sorriso é máscara mais comumente utilizada para disfarçar outras emoções: a uma, porque serve como opositora a todas as emoções negativas (raiva, nojo, tristeza etc.); a duas, porque sorrir é parte do cumprimento padrão, que normalmente é requerido na boa educação. Ainda, em um contexto de análise, existe o *duping delight* (sorriso de satisfação), que trata-se de uma mistura de desprezo (ponta do lábio tensionado) com um ligeiro sorriso e retrata a satisfação que um mentiroso demonstra após ver que a sua mentira foi aceita como verdade. Quando se refere neste trabalho à emoção da alegria, faz-

¹⁴ Tradução livre: “The emotion of frank joy is expressed on the face by the combined contraction of the *zygomaticus major* muscle and the *orbicularis oculi*. The first obeys the will but the second is only put in play by the sweet emotions of the soul.”

se de forma extremamente ampla, referindo-se ao que Ekman chama de “emoções agradáveis”.¹⁵ Isso porque, para Ekman essas emoções agradáveis abarcam mais de uma dúzia de estados emocionais – e não necessariamente cada uma delas é, de fato uma emoção –, relacionados e próximos à alegria e a dificuldade na precisa conceituação desses decorre de dois motivos: o fato de a alegria ser a emoção menos estudada dentre as outras apresentadas aqui, bem como por uma barreira linguística¹⁶ na definição desses estados emocionais (EKMAN, 2003, p. 190-212). Por ora, importa apenas ressaltar que na face a alegria é representada pelos lábios juntos ou separados (ocasião em que os dentes e gengivas podem aparecer), com as pontas elevadas e puxadas para trás. No nariz, formam-se dobras que descem em direção aos cantos dos lábios. As bochechas são elevadas, gerando rugas nos cantos dos olhos – os conhecidos pés de galinha – e linhas sob as pálpebras inferiores. No FACS, temos: contração do orbicular do olho (AU 6), contração do zigomático maior (AU 12) e relaxamento do orbicular da boca (AU 25) – o que vai de encontro ao que Duchenne havia constatado já em 1862.

Tendo sido feita uma breve explanação acerca de como as sete emoções básicas humanas se expressam na face, resta o questionamento: qual é a relação entre a expressão das emoções e a mentira? Para responder tal pergunta, é necessário ressaltar que uma emoção pode ser identificada pela expressão completa ou total de fato, por uma expressão atenuada, parcial ou por uma microexpressão (EKMAN, 2003, p. 242). Quando uma emoção está apenas começando a ser experimentada e não é intensa, forma-se uma expressão atenuada na qual os músculos não se contraem muito, ou então pode-se perceber uma expressão parcial, evidentemente em apenas uma parte da face e não por toda ela como em uma expressão completa – observe-se que nem todas as emoções iniciam-se em baixa intensidade; uma explosão de raiva, fúria repentina pode desde a sua gênese ser intensa, por exemplo. Quando alguém tenta regular uma expressão emocional ou diminuir algum indicativo do que esteja sentindo, pode ocorrer uma expressão atenuada ou parcial. Portanto, quando vemos uma expressão atenuada ou parcial, podemos assumir que ou ela está iniciando naquele exato momento ou está sendo regulada para aparentar ser mais fraca. Agora, quando alguém tenta eliminar qualquer

¹⁵ Tradução livre: Enjoyable emotions.

¹⁶ No inglês, temos como alguns desses estados emocionais agradáveis: amusement, contentment, excitement, relief, wonderment, ecstasy, fiero, naches, elevation, gratitude e schadenfreude.

indicativo que seja acerca da emoção que esteja sentindo, isso pode resultar também em uma microexpressão, que é quando a expressão é vista apenas de forma muito breve, normalmente por apenas um quinto de segundo ou menos. As microexpressões ocorrem quando uma pessoa tenta, conscientemente, esconder todos os sinais indicativos do que ela está sentindo ou ainda quando a supressão da expressão se dá inconscientemente, ou seja, quando a pessoa conscientemente não sabe o que ela está sentindo. As microexpressões são caracterizadas por serem extremamente breves, contudo podem ser expressões totais ou atenuadas, parciais. (EKMAN, 2003, p. 242). Vale ressaltar que a combinação dos três tipos de expressão – micro (extremamente breve), parcial (em apenas uma porção da face) e atenuada (baixa contração muscular) é a mais difícil de ser analisada.

Saindo especificamente do âmbito da face, é necessário responder à questão de como a relação entre mentira e emoção pode contribuir para a Análise de Veracidade/Análise Comportamental. Importa, então, tecer alguns comentários acerca da mentira.

A mentira pode ser conceituada como a escolha deliberada de induzir quem quer que seja a erro, sem dar qualquer aviso da intenção de se fazer isso. Há diversas formas de mentira, mas as duas principais formas são a omissão (ocultar ou deixar de fora informações verdadeiras) e a falsidade (mentira em sentido estrito, i.e., apresentar informações inverídicas como se fossem verdade) (EKMAN, 2009, p. 41). A fim de se identificar possíveis “indicadores de mentira” (entre aspas porque, tecnicamente, o que de fato um analista busca são pontos de interesse que indicam incongruências), é necessário saber reconhecer os “vazamentos e as pistas de dissimulação”¹⁷. O vazamento é uma traição da emoção que a pessoa está tentando esconder, na qual a pessoa inadvertidamente revela a verdade, e as pistas de dissimulação informam que está acontecendo uma intervenção na expressão e o comportamento mentiroso revela apenas que o que ela está dizendo é inverídico (EKMAN, 2009, p. 42). Importa ressaltar que nem sempre uma mentira falha, às vezes um mentiroso sucede em enganar o seu alvo, contudo alguns motivos que levam uma

¹⁷ Ekman faz referência a *leakage* (vazamento) e *deception clues* (pistas de dissimulação) como as duas formas de *clues to deceit*. A totalidade das *clues to deceit*, por sua vez, muitas vezes são referenciadas por Ekman como *hot spots*, que é o que na AC são os chamados Pontos de Interesse (PINs) (LANSLEY *et al.*, 2016).

mentira a falhar em seu propósito apontam a relação existente entre a mentira e as emoções, conforme se demonstra a seguir.

As mentiras podem falhar por diversos motivos diferentes. O primeiro deles é a construção falha de uma mentira, i.e., um mentiroso nem sempre se antecipa sobre o que ele mentirá, nem sempre há tempo suficiente para ensaiar e memorizar a mentira. Da mesma forma, ainda que a mentira tenha tido uma construção lógica e racional com uma boa linha de desenvolvimento, nem sempre o mentiroso é habilidoso suficientemente para antecipar todas as perguntas que lhe podem ser feitas ou as respostas que ele deveria dar. O primeiro motivo muitas vezes leva a um segundo motivo, que é o medo de ser descoberto. Aqui, tem-se a primeira relação entre emoção e mentira. Um nível moderado de medo pode produzir sinais comportamentais notáveis a um analista habilidoso e, em um nível mais alto, o medo de ser descoberto produzirá um nervosismo ainda maior, justamente o que o mentiroso não quer. Outra relação entre mentira e emoções é justamente mentir sobre o que se está sentindo, como já visto mais detalhadamente no tocante à expressão das emoções. Contudo, nem todas as mentiras envolvem diretamente esconder ou dissimular uma emoção, mas mesmo quando a mentira é sobre alguma outra coisa, as emoções podem também se envolver no contexto: um homem vaidoso de quarenta anos, por exemplo, pinta seus cabelos brancos e se diz seis anos mais novo. Esse homem pode muito bem sentir vergonha de sua vaidade, então para ser bem-sucedido em sua mentira, ele deve mentir, além da sua idade, mas também a fim de tentar esconder a sua vergonha. Uma outra relação entre mentira e emoção é o sentimento de culpa que a pessoa pode demonstrar ao mentir. Por fim, além desses sentimentos negativos relacionados à mentira, em oposição, temos o já citado *duping delight*, que é o sorriso de satisfação decorrente da boa sensação que o mentiroso tem ao ver o seu propósito cumprido (EKMAN, 2009, p. 43-80).

Ademais, importa ressaltar que a mentira faz parte de nossas vidas desde a mais tenra idade, quando por exemplo um bebê com apenas seis meses de idade finge chorar mesmo sem ter nada errado, pois sabe que seu comportamento causará uma reação do seu cuidador (MEYER, 2017, p. 57), e de forma mais presente do que imaginamos, com por exemplo a presença das chamadas “mentiras brancas”¹⁸ em nosso cotidiano, como mentiras que visam a boa relação em uma interação ou visam

¹⁸ Tradução livre de *White lies*. Popularmente chamadas de “mentirinhas” e aparentemente socialmente inofensivas, mas que não deixam de ser mentiras também.

não desapontar os outros. Estatisticamente, alguns estudos também revelam que as mentiras são parte muito grande de nossas vidas: um em cada quatro americanos acredita que não há problema em mentir para um segurador; um terço de todos os currículos contém informação falsa; um em cada cinco funcionários diz estar ciente da existência de fraude em seu trabalho; mais de três quartos das mentiras não são detectadas; a mentira custa às empresas 994 bilhões de dólares por ano – mais ou menos 7% de sua renda anual; e, segundo estudos feitos por diversos pesquisadores diferentes, a maioria das pessoas encontra quase duzentas mentiras por dia (MEYER, 2017, p. 27-28). Em um contexto de Segurança Pública, os danos são ainda maiores: os perpetradores do ataque às Torres Gêmeas foram exaustivamente entrevistados, desde a retirada do visto, à fiscalização de imigração e outros profissionais do aeroporto antes deles cometerem os atentados. Se alguma de suas mentiras houvesse sido descoberta, parte (se não o todo) do desastre de 11 de setembro teria sido evitado. Isso, de fato, quase ocorreu, quando posteriormente um segurança de aeroporto revelou ter desconfiado de um dos autores dos atentados, mas que o treinamento que ele havia recebido não lhe deu a confiança de agir baseado em suas suspeitas, no sentido de abordar o criminoso a fim de realizar uma verificação mais detalhada (EKMAN, 2003, p. 224-225). Ressalta-se, inclusive, que desde o atentado às Torres Gêmeas, emergiu-se um interesse revigorado e fervoroso com relação à prevenção criminal, sobretudo com foco na qualificação das fontes humanas, mormente no tocante à habilidade de avaliar a veracidade e credibilidade das declarações de vontade/intenções (GIOLLA; GRANHAG; VRIJ, 2015, p. 155)¹⁹.

Por fim, é de extrema relevância ressaltar que, em diversos momentos dessa pesquisa buscou-se alertar acerca da distinção entre os termos “detecção de mentiras” e “avaliação da veracidade e da credibilidade”²⁰ de uma mensagem, i.e., da utilização de técnicas de AC/AV pelo analista a fim de identificar Pontos de Interesse (PINs) que possam indicar alguma inconsistência. Tecnicamente, há distinções inclusive entre os termos credibilidade e veracidade também, mas que não cabe se ater detalhadamente, apenas ressaltar que uma mensagem pode ser verdadeira, mas não ser crível, i.e., não possuir (ou possuir baixo grau de) credibilidade.

¹⁹ Nesse mesmo sentido, aponta informação obtida na entrevista nº3 na presente pesquisa.

²⁰ Esse termo é adotado por Ekman como ETaC – *Evaluating Truthfulness and Credibility* – que é a técnica e o nome do seu curso de AC (LANSLEY *et al.*, 2016).

Diferentemente, faz-se extremamente necessário ressaltar alguns pressupostos indispensáveis na realização da AC/AV a fim de avaliar a veracidade/credibilidade de uma mensagem. O mais importante de todos os pressupostos relaciona-se ao mito do “Nariz de Pinóquio” já apresentado. Por não haver um sinal universal da mentira, a AC/AV são análises multicanais que analisam o processo da interação como um todo (comunicação verbal, não verbal, o ambiente, o cenário, o contexto etc.) e devem levar em consideração ainda diversos aspectos relacionados à face do alvo, ao corpo (cinésica), ao canal vocal, ao estilo interacional, ao conteúdo e às alterações psico-fisiológicas (ARCHER; LANSLEY, 2015). Um segundo pressuposto é a definição de uma “linha de base”²¹ que é como o indivíduo se comporta em uma situação normal, sem estresse, e conseqüentemente, quando está dizendo a verdade. A definição de uma linha de base é de vital importância para saber quando e como aplicar estresse no entrevistado e potencializar a AC/AV (HARTLEY; KARINCH, 2018, p. 129-134; MEYER, 2017, p. 158-161; NAVARRO; KARLINS, 2008, p. 12-13 e 219). Por fim, levando-se em consideração todo o exposto até o momento neste trabalho, vale notar que, em um contexto de Inteligência, aplicando-se a AC em uma entrevista ou mesmo em uma conversa informal, estaríamos diante da AV, que por se tratar de uma TOI, jamais seria aplicada de forma isolada. Ou seja, a AV estará sendo aplicada em conjunto com diversas outras TOIs, (como, p.e., o Emprego de Meios Eletrônico – EME –; a Observação, Memorização e Descrição – OMD; o Disfarce; a Estória-Cobertura – EC) e ainda com outros procedimentos de Ações de Busca, como a Entrevista ou a Vigilância, por exemplo, potencializando ainda mais, através da criação de sinergia, a obtenção de dados relevantes ao CPC e, conseqüentemente, ao tomador de decisão.

Ressalva-se que a qualificação de um profissional de ISP em técnicas de AC incute e aprimora técnicas e habilidades, sobretudo de observação e análise de fontes humanas, que podem ser aproveitadas nos mais diversos contextos da Inteligência, como por exemplo no recrutamento e seleção de fontes humanas.²² Nesse sentido aponta Pinto (2019, p. 102-103), tratando especificamente acerca da perfilação operacional de alvos através da metodologia de *Intelligence Profiling* no recrutamento de fontes humanas, ao demonstrar que o sucesso da seleção e recrutamento de um alvo reside, em grande parte, na observação e análise dos comportamentos deste por

²¹ Do inglês, *baseline*.

²² Informação corroborada pela Entrevista nº 2 da presente pesquisa.

um período razoável de tempo, considerando-se o contexto em que o alvo se insere, a fim de se traçar – levando em conta a estabilidade e constância dos traços – o perfil comportamental do alvo. A relevância da perfilação operacional no recrutamento de fontes humanas é tamanha que Pinto inclusive sugere a sua inserção no rol de TOIs e Ações de Busca empregadas na Atividade de Inteligência (PINTO, 2019, p. 113).

Demonstrada a relevância da comunicação, sobretudo a não-verbal, de forma preponderante a carregar a maior parte das mensagens dentro do todo no processo comunicacional, bem como a importância de saber identificar a expressão das emoções nos outros e a relação entre as emoções e a mentira, a fim de que se possa realizar uma Análise Comportamental com vistas à avaliar a veracidade e a credibilidade de uma mensagem, sobretudo no contexto de Segurança Pública e de ISP, corroborada pela demonstração da necessidade de qualificação dos profissionais de ISP, passa-se, então a apresentar a fundamentação de fato do produto desta pesquisa: a proposta de um Plano de Ensino de Análise Comportamental nas Operações de Inteligência aplicado em um protocolo específico e cientificamente validado.

2.4 ANÁLISE COMPORTAMENTAL NAS OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA E OS SEIS CANAIS DA COMUNICAÇÃO (SCANR)

A AC mencionada em todo o corpo do presente trabalho não se trata de uma análise clínica sob uma perspectiva pura do behaviorismo-radical, com finalidades terapêuticas, apesar dos estudos de Skinner, mormente acerca da relação entre “sentimentos” (*sic*) e comportamento (HÜBNER; MOREIRA, 2012, p. 88), contribuirão à chamada “Análise Experimental do Comportamento” no âmbito da Psicologia Comportamental (CARVALHO NETO, 2002, p. 3-4), o que se aproxima um pouco mais da análise aqui defendida, mas também não a define. Da mesma forma, a AC aqui defendida não se trata de uma atividade exclusiva ou privativa de um profissional da área de Psicologia (informação verbal)²³, uma vez que pode ser realizada por qualquer um que se proponha a analisar e investigar o comportamento de alguém durante o processo de comunicação em uma interação humana.

²³ Informação fornecida por Ana Paula Alves no Curso de Capacitação em Análise dos Seis Canais de Comunicação – Veracidade e Credibilidade, promovido pela Escola de Governo do Distrito Federal em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, em Brasília, em novembro de 2018.

A AC ora apresentada, e conforme já demonstrado, trata-se de uma abordagem interdisciplinar que interessa a diversos campos do conhecimento como a própria psicologia, a oratória, a neurociência, a programação neurolinguística (PNL), mas também e sobretudo, ao campo da comunicação, verbal e com maior relevância ao campo da sinergologia com as suas abordagens – proxêmica como o estudo da utilização e da percepção do espaço social e pessoal; cronêmica como o estudo do tempo pelo comunicador; cinesiologia, que inclui estudo dos gestos, da postura, dos movimentos faciais (expressões e microexpressões); e, estudo da paralinguagem ou dos sinais vocais não-verbais (subcomunicação) (KNAPP; HALL, 1999, p. 24-28), fundamentada principalmente nos estudos de Ekman acerca da relação entre as emoções humanas e suas expressões físicas (EKMAN, 2003, 2009, 2013; EKMAN; FRIESEN, 2003).

Sob outra perspectiva, a AC apresentada inserida no contexto de Operações de Inteligência, realizada por um profissional de ISP devidamente qualificado e treinado para a realização desta análise, tem por fim último o desenvolvimento de conhecimentos, técnicas e habilidades fundamentais para a avaliação da veracidade e credibilidade – ETaC – (EKMAN, 2003, p. 213) de uma mensagem, através de protocolo específico de identificação e análise de PINs ou *hot spots* em diversos canais de comunicação simultaneamente, servindo assim, como a metodologia própria à AV, conforme previsto na DNISP (BRASIL, 2014a, p. 36).²⁴

A análise proposta, portanto, demanda um protocolo específico, que possua validação científica, o que necessariamente exige uma análise multicanal. Nessa ideia, enquadra-se o sistema desenvolvido por Dawn Archer e Cliff Lansley (2015): *Six Channel Analysis System* (SCAnS) ou “Análise dos Seis Canais da Comunicação”. Trata-se da análise de vinte e sete critérios relacionados aos seis canais, onde o analista é treinado para codificar como PINs as inconsistências identificadas quando comparadas ao relato que o alvo está emitindo – a história que ele está arguindo para tentar convencer –, a sua linha de base e o contexto em que se está inserido (ARCHER; LANSLEY, 2015, p. 231).

²⁴ Conforme a entrevista nº 3 da presente pesquisa, para o entrevistado, a distinção entre AC e AV recai sobre o fato de que a AC é feita de forma mais ampla, mesmo quando não esteja ocorrendo uma interação entre o analista e a pessoa objeto da análise; já na AV (além de estar inserida no contexto de Inteligência como uma TOI), há uma interação entre os dois e o entrevistado está intencionalmente emitindo mensagens ao analista.

Em um cenário totalmente ideal, a aplicação do SCAnS deveria ser realizada na análise das gravações em vídeo – inclusive por mais de uma câmera, em diferentes ângulos –, áudio e por escrito (transcrição do relato), de uma entrevista em ambiente controlado e especificamente preparado para isso (entrevista de departamento, p.e.), por diversos analistas compondo uma equipe multidisciplinar (com formações e bagagem profissional distintas) e com o recurso temporal senão ilimitado, extremamente dilatado.²⁵ Na vida real, sobretudo no contexto da Atividade de Inteligência, na qual o próprio CPC demanda por si só um certo período de tempo e o consumidor final deste conhecimento – o tomador de decisão – necessita dele muitas vezes com urgência, esse cenário ideal inviabilizaria por completo o sucesso de uma Operação de Inteligência. Assim, o SCAnR (*Six Channel Analysis in Realtime*) foi desenvolvido para ser aplicado por profissionais que possuem um tempo limitado para tomarem decisões de alto risco no contexto de suas profissões (o que inclui a Atividade de Inteligência, segurança alfandegária e de fronteira, segurança pública, negociação, militares, investidores, investigadores etc.) (ARCHER; LANSLEY, 2015, p. 231-232; LANSLEY *et al.*, 2016).

No SCAnR, o analista basicamente é orientado a: ignorar comportamentos consistentes com o “relato” do entrevistado; identificar potenciais PINs nos vários canais de comunicação que possam sugerir inconsistências – especialmente através do agrupamento desses PINs entre os canais – que não podem ser explicadas por sua aparente/emergente linha de base e pelo contexto; focar especial atenção no comportamento da pessoa (dentre os diversos canais) imediatamente após – i.e., em até sete segundos – o estímulo através de uma afirmação ou pergunta por parte do analista (ARCHER; LANSLEY, 2015, p. 232). Para facilitar a análise, o SCAnr possui um método de referência alfanumérica na classificação dos canais e dos possíveis PINs, em que cada um dos seis canais de comunicação é referenciado por uma letra, a saber: psicofisiológico/sistema nervoso autônomo (P); face (F); corpo (B); vocal (V); estilo interacional (S); e conteúdo (C)²⁶. Dentro de cada um desses canais, os possíveis PINs são referenciados pelos números (ARCHER; LANSLEY, 2015, p. 236-238), conforme serão demonstrados em apertada síntese a seguir.

²⁵ A entrevista nº 1 da presente pesquisa corrobora esta ideia.

²⁶ As letras referentes a cada canal provêm do inglês: *psychophysiological/ANS channel* (P) ou (ANS); *facial movements* (F); *body movements* (B); *voice* (V); *interactional style* (S) ou (IS); e *linguistic content* (C).

O canal psicofisiológico (P) é responsável por sete, dos vinte e sete possíveis PINs, dos quais cinco demonstram alterações fisiológicas que podem ser percebidas “a olho nu” (ver ou ouvida sem aparelhos): temperatura (P3), pressão sanguínea visível nas veias (P4), respiração (P5), digestão – boca seca e aumento da deglutição, p.e. – (P6) e pupila (P7). P1 (frequência cardíaca) e P2 (transpiração das mãos) estão relacionados a alterações que geralmente utilizam a tecnologia para serem detectadas (frequencímetro ou polígrafo, p.e.).

No canal da face (F) analisam-se os movimentos faciais a partir das seguintes perspectivas: FACS²⁷ (F1), duração das expressões (F2), simetria das expressões (F3), sincronia das expressões – entre a contração muscular e a emoção experimentada (F4) e o perfil de expressão facial do alvo – uma “linha de base” facial (F5).

No canal do corpo (B) tem-se que: gestos (B1) que incluem micro gestos, deslizes gestuais subconscientes indicadores de vazamentos e gestos assíncronos à fala; evidências de mudanças no padrão dos gestos ilustradores (B2) e manipuladores (B3); evidências de tensão muscular no corpo (B4); e mudanças no comportamento ocular (B5) – contato visual, movimentos, piscadas, oclusão dos olhos etc.

O canal vocal (V) possui três possíveis PINs com eventuais alterações a serem analisadas: *pitch* ou frequência da voz (V1), volume (V2) e tom (V3), mas o analista também pode observar outras alterações como a voz falhando ou “voz trêmula” por exemplo.

O estilo interacional (S) é o rótulo dado para os fenômenos como pausas ou pausas preenchidas, gaguejar, estratégias de evasão (repete o questionamento, p.e.), velocidade do discurso, mudança na utilização de pronomes (usa a terceira pessoa em vez da primeira pessoa, afastando-se da situação), despersonalização etc. A fluidez do discurso (S1) engloba as pausas, pausas preenchidas, hesitação, gagueira, i.e. o ritmo do discurso; evidências de evasão, ambiguidade e equívocos (S2) compreendem as posturas de responder outros questionamentos que não foram feitos, repetir a pergunta, falhar em entender perguntas simples, ataque ao entrevistador ou à pergunta, referenciar o comentário anterior etc. E o gerenciamento de impressão (S3) refere-se às estratégias de utilizar-se de qualificadores de

²⁷ Conforme já detalhado no capítulo 1.3.

credibilidade (“acredite em mim...”, “para ser honesto...”, referências religiosas), polidez excessiva e estrutura das provas/evidências.

No último canal, conteúdo linguístico (C), há quatro possíveis PINs, a saber: mudanças na *baseline* ou uso inapropriado do tempo verbal (C1); distanciamento linguístico (C2) como menos autorreferências a fim de se distanciar do objeto do seu discurso, alterações no sujeito, eufemismo de termos emocionais, preocupação inadequada ou ampliação do foco – de “eu” para “nós”, por exemplo; CBCA²⁸ aplicado de forma adaptada (C3) visando a análise de incoerência, estruturação e reprodução não espontânea, detalhes inapropriados ou supérfluos especialmente no ponto central da história, falta de incorporação contextual, admissão de memória fraca ou correção espontânea de erros de memória (sem avisar) e auto depreciação; deslize verbal (C4), como a alegação “quando eu vi quebrar, já estava assim” ao apontar um objeto quebrado, por exemplo.

Salienta-se, ainda, que, conforme apontam Archer e Lansley (2015, p. 231), as abordagens multicanais têm o potencial de levar a taxas maiores de precisão de “detecção de mentiras” do que quando comparadas à utilização individual de métodos de detecção e/ou quando foca-se apenas em um canal de comunicação independente, mormente quando combinadas com técnicas de entrevista cognitiva. Nesse mesmo sentido aponta a pesquisa realizada por Lansley *et al.* (2016, p. 1-5), onde foi analisado o desempenho de 23 indivíduos, antes e depois de 56 horas de treinamento em ETaC combinado com SCAnR e com uma estratégia de conversação cognitiva em tempo real (RC2), aplicados em um contexto de decisões de alto risco em ambiente aeroportuário. No pré-teste (antes do treinamento), observou-se uma precisão de 55,1% nos resultados e, após 4 dias de treinamento em ETaC, 2 dias de treinamento em AC (SCAnR) e 2 dias de técnicas de entrevistas (RC2), aplicou-se um pós-teste que revelou 84,67% de eficácia, sendo que a possibilidade de os resultados terem ocorridos de forma aleatória foi de 2%.

Assim, demonstra-se a validação científica das técnicas (em sentido amplo) expostas como construto lógico do escopo a fundamentar a elaboração da ementa do curso de Análise Comportamental como base para eventual proposta de curso novo

²⁸ Conforme já detalhado no capítulo 1.2, com a ressalva de que apesar de o CBCA ter sido criado inicialmente com a finalidade de auxiliar tribunais na avaliação da credibilidade de testemunhos transcritos de crianças vítimas de abuso sexual, também tem sido utilizado para avaliar relatos de adultos em outros contextos além dos de abuso sexual (ARCHER; LANSLEY, 2015, p. 238).

no âmbito do Centro de Inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal. Os demais detalhes – acerca da carga horária, do público-alvo, dos pré-requisitos, dos objetivos etc. necessários à formulação do plano de ensino levarão em conta a necessidade institucional da PMDF (considerando-se os seus valores, missão e visão institucional), os princípios e conceitos previstos na DNISP, os Eixos articuladores e as competências previstas na MCN a serem desenvolvidas no profissional de Segurança Pública e o perfil profissiográfico do profissional de ISP – serão mais detalhados no capítulo referente à elaboração do produto. Ainda, serão analisadas também instituições que oferecem cursos semelhantes atinentes aos temas abordados, como *Paul Ekman Group (PEG)*, *Emotion Intelligence Academy (EIA)*, *Manchester Metropolitan University (MMU)* e Instituto Brasileiro de Linguagem Corporal (IBRALC).

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, serão demonstradas as principais particularidades da investigação, assim como o cenário em que a pesquisa se desenvolveu, os participantes, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de coleta e análise dos dados.

3.1 NATUREZA DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho de conclusão de curso é um trabalho científico e, como tal, deve obedecer ao processo técnico científico para se chegar à coleta de dados por meio de uma pesquisa científica. Nesse sentido, a presente pesquisa visa, ainda que inicialmente, ser capaz de responder ao questionamento levantado por este pesquisador no projeto de pesquisa, a fim de que sejam atingidos os objetivos respectivos. Desse modo, leciona GIL (2008, p. 8):

A ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos. Neste sentido não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade.

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento.

Percebe-se que o ponto central em um trabalho científico é a pesquisa, realizada por método científico próprio, pois é por meio dela que o pesquisador será

capaz de coletar dados que comprovem ou não a tese anteriormente levantada, com possibilidade de verificação posterior deste conhecimento. Assim, a pesquisa como ponto central de um trabalho científico não tem por fim último tão somente a busca pela verdade, mas também a investigação de hipóteses, por meio dos problemas levantados, a fim de que sejam encontradas respostas para as questões elencadas. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2021, p. 44) conceitua pesquisa como:

[...] uma atividade que se realiza para a investigação de problemas teórico ou práticos, empregando métodos científicos. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando procedimentos científicos.

A busca por tais respostas, entretanto, é precedida por normas, passos e processos previamente estabelecidos e consagrados, a fim de que haja uma padronização e uma continuação lógica do desenvolvimento do conhecimento científico. Tais processos são chamados de processos científicos.

Assim, conforme entendimento de William Costa Rodrigues (2007, p. 3), a pesquisa científica é:

A realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência; uma atividade voltada para a solução de problemas, através do emprego de processos científicos; uma atividade voltada para a solução de problemas, através do emprego de processos científicos, ou seja, de forma bem simples, procurar respostas para indagações.

Dessa forma, vale ressaltar que os processos acima mencionados estão enquadrados no que se chama de método científico, ao qual toda pesquisa deve estar pautada, a fim de se buscar uma mínima credibilidade para ser reconhecida no mundo científico, sob pena de poder-se incorrer em falhas teóricas, técnicas, metodológicas e/ou científicas. Desse modo, leciona Matias-Pereira (2016, p. 46):

A metodologia é a lógica do procedimento científico e tem um caráter normativo, que se diferencia claramente da teoria (substantiva). Mas os instrumentos e procedimentos usados na investigação sociológica devem satisfazer os critérios metodológicos, pressupondo, logicamente, uma teoria substantiva. Por isso, na prática da investigação, é muito difícil separar teoria e método. É inegável que uma investigação desprovida de premissas teóricas não é só infrutífera, mas impossível.

Assim, respeitando o rigor inerente ao método científico, este trabalho coletou e manejou um relativo volume de dados em um contexto social e temporal limitados que, categorizados e quantificados, foram analisados a fim de se obter uma

compreensão aprofundada do objeto de estudo. Quanto à abordagem, portanto, estamos diante de uma pesquisa que pode ser classificada como mista ou qualitativa-quantitativa.

Sob uma perspectiva qualitativa, realizou-se uma extensa pesquisa bibliográfica e entre especialistas das áreas afetas à temática a ser desenvolvida no trabalho, mais precisamente nas áreas da ISP e da Análise Comportamental, por meio de entrevista semiestruturada, bem como nas normas, regulamentos e nos estudos na seara da Inteligência, e aplicou-se um teste de identificação de emoções através do reconhecimento de expressões faciais a policiais militares da PMDF, a fim de subsidiar também, de forma integrada, a abordagem quantitativa da pesquisa.

Além disso, conforme ensina Gil (2008, p. 27), trata-se de uma pesquisa social, categorizada quanto à natureza, como uma pesquisa aplicada, uma vez que sua principal característica é o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas do conhecimento gerado, i.e., mudar a realidade atual com a proposta de um curso de Análise Comportamental no âmbito do Atividade de Inteligência da PMDF.

Gil (2008, p. 51) aponta a importância da pesquisa bibliográfica no estudo exploratório, especialmente no tocante à extensão da amplitude dos objetos de estudo, o que se mostra relevante ao integrar estudos da área do comportamento não-verbal com a seara da Inteligência, ambos campos dotados de interdisciplinaridade:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

O presente projeto tem, dentre suas finalidades, o objetivo de levantar e analisar dados acerca do nível de habilidade que policiais militares possuem na capacidade de reconhecer emoções a partir de expressões faciais, como pressuposto à avaliação de veracidade e credibilidade. Ademais, inicialmente a pesquisa se propunha a realizar a comparação por meio da análise dos resultados obtidos entre grupos distintos e independentes da PMDF, a saber: policiais inseridos na Atividade de Inteligência em comparação a policiais alocados na atividade-fim da corporação.

Em razão do quantitativo dos dados obtidos, optou-se por realizar mudanças na categorização dos dados, conforme será demonstrado na contextualização da pesquisa.

Importa ressaltar ainda que no tocante ao fato da pesquisa ser quantitativa, Creswell e Clark (2013, *apud* GISELE, 2019, p. 135) indicam que esta abordagem de pesquisa deve possuir as seguintes fases:

1. coletar e analisar rigorosamente os dados quantitativos e qualitativos;
2. integrar os dois tipos de dados ao mesmo tempo, combinando-os;
3. priorizar uma ou ambas as formas de dados, conforme o que a pesquisa enfatiza;
4. usar esses procedimentos em um único estudo ou em múltiplas fases de um programa de estudo;
5. estruturar os procedimentos de acordo com as visões de mundo;
6. combinar os procedimentos em projetos de pesquisa específicos que direcionam o plano para a condução do estudo.

Nesse sentido, insta salientar que a coleta de dados no presente trabalho foi realizada de forma integrada, por meio de instrumentos específicos para tal: um questionário e um teste aplicados de forma integrada e simultânea a policiais da PMDF, bem como entrevistas realizadas com especialistas, a fim de que, ao final, todos os resultados obtidos pudessem servir como fundamentação na elaboração das bases para eventual proposta de curso de AC no âmbito da Atividade de Inteligência da Corporação.

Gil (2008, p. 121) define, em sua obra, o questionário no método científico:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

Os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes. Costumam, nesse caso, ser designados como questionários auto-aplicados. Quando, porém, as questões são formuladas oralmente pelo pesquisador, podem ser designados como questionários aplicados com entrevista ou formulários.

A fim de se minimizar eventuais erros ou falhas na aplicação do teste e do questionário, bem como potencializar a coleta de dados e a interação entre o pesquisador e os participantes em busca de uma maior validação dos instrumentos de pesquisa utilizados, um pré-teste foi aplicado, buscando-se ajustar qualquer situação relacionada à ininteligibilidade no tocante às questões, aos direcionamentos

à realização do teste ou a eventuais falhas de apresentação e *layout* do teste, por exemplo.

O questionário e o teste foram aplicados entre os meses de junho a setembro. O teste, por sua vez, a ser aplicado juntamente com o questionário e de forma integrada, consistirá em 14 (quatorze) questões contendo, cada uma, a imagem de um rosto demonstrando uma expressão facial. O participante deverá atribuir uma dentre sete opções que indicam, cada uma delas, uma emoção predominante dentre as sete possíveis. As alternativas consistem nas seguintes emoções: raiva, medo, alegria, desprezo, surpresa, tristeza e aversão/nojo. A fim de se aproximar da realidade, em uma Análise Comportamental na comunicação em tempo real, será designado um tempo específico para a análise da imagem e a marcação da opção escolhida. A fim de se parametrizar um tempo médio para responder a cada questão é que, também, se fez necessária a aplicação do teste piloto ou do pré-teste, de forma prévia à aplicação de fato do questionário-teste. A entrevista, semiestruturada, por sua vez, foi realizada de forma presencial ou por ligação telefônica, a depender da disponibilidade dos especialistas entrevistados.

3.2 QUESTIONÁRIO-TESTE E ENTREVISTA

O questionário-teste foi aplicado para policiais da Polícia Militar do Distrito Federal, enquanto as entrevistas foram realizadas com especialistas notadamente reconhecidos em suas áreas, tanto na seara da Inteligência, quanto na seara da Análise Comportamental. Optou-se por aplicar o teste de reconhecimento das emoções a partir da análise de expressões faciais como um pressuposto inicial da AC/AV, para que futuras pesquisas possam aprofundar-se em investigar mais detalhes acerca da relação entre os policiais e suas habilidades na “detecção de mentira” / avaliação da veracidade.

3.2.1 Teste Piloto

O teste piloto foi utilizado como forma de controle, na qual aplicou-se um pré-teste a um grupo de controle contendo 12 indivíduos convidados aleatoriamente por meio de grupos de *WhatsApp*, com idades entre 28 e 59 anos, para avaliar a execução do teste. Aplicou-se o mesmo teste que será mais bem detalhado no tópico

“Instrumento e Procedimento de Coleta de Dados”, com algumas alterações que foram aprimoradas após análise dos resultados do pré-teste.

Após a aplicação do pré-teste, obteve-se um total de 52 respostas corretas, 81 erradas e 35 “nulas”. Verificou-se que a média de acertos foi de 4,33, a de erros de 6,75 e as questões perdidas em decorrência de não ter respondido antes do cronômetro acabar (chamadas na presente pesquisa de questões “nulas”) foi de 2,91. Observou-se também que dos 12 participantes do pré-teste, 7 especificaram que o motivo por não terem acertado mais questões foi “o tempo curto”, 2 especificaram “formatação e apresentação do teste/tela do celular” e 1 especificou “dúvida entre qual emoção a foto representava”; 2 não responderam a esse quesito.

Após analisar os resultados do pré-teste, optou-se por reestruturar alguns pontos do teste: ampliação do tempo de resposta de 7 segundos por questão para 10 segundos; reformulação do layout do teste a fim de se adequar melhor às telas dos celulares; adequação do texto de apresentação inicial do teste; correções linguísticas nas perguntas.

3.2.2 Participantes

Convidou-se, por meio de grupos de *WhatsApp* e listas de transmissão neste mesmo aplicativo, diversos policiais militares da Polícia Militar do Distrito Federal a participarem, de forma voluntária, da pesquisa. Inicialmente, os convites foram feitos apenas a policiais integrantes do Centro de Inteligência e policiais do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Brasília. A fim de se obter uma amostra mais significativa, a pesquisa abarcou posteriormente policiais recém egressos dos Cursos Iniciais de Carreira. Assim, participaram da pesquisa 106 policiais militares da ativa, sendo 94 homens e 12 mulheres. Ainda, dos 106 participantes, 59 (55,6%) encontra-se em formação no Curso de Formação de Oficiais, 9 (8,5%) são profissionais do Centro de Inteligência e os demais (35,9%) estão distribuídos nas diversas unidades da corporação, mas são denominados “egressos” por terem formado há menos de 1 ano e 8 meses, no máximo, da Academia de Polícia, à época da aplicação do teste.

Na segunda parte da pesquisa, foram entrevistados 3 especialistas nas áreas de Análise Comportamental e Inteligência de Segurança Pública, a fim de se investigar mais a fundo os detalhes que envolvem o presente trabalho.

3.2.3 Fontes Documentais

A construção do presente teste foi baseada na avaliação *Reading Faces – The Test* apresentada no apêndice do livro *Emotions Revealed* (EKMAN, 2003, p. 241-262), realizando as adaptações necessárias a uma versão “virtual” do teste, e para a elaboração dos quesitos do questionário, levou-se em consideração o Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal (Lei nº 7.289/1984) e o Plano Estratégico da PMDF (2021-2022). Tanto na confecção do questionário-teste quanto do roteiro de entrevista, levou-se em consideração toda a revisão bibliográfica apresentada na fundamentação teórica deste trabalho.

3.2.4 Instrumento e Procedimento de Coleta de Dados

Conforme visto, a investigação utilizou-se de dois instrumentos distintos de coleta de dados: um questionário-teste, no qual a parte referente ao questionário visou obter dados e informações acerca dos participantes e suas percepções e a parte “teste” visou avaliar o nível de habilidade do participante em reconhecer emoções através das expressões faciais; e uma entrevista, aplicada a especialistas nas áreas temáticas atinentes ao contexto da pesquisa.

Para a coleta dos dados necessários à realização da pesquisa, elaborou-se um questionário-teste, contendo, na parte referente ao questionário, 12 perguntas distribuídas em: perguntas de dados pessoais (nome, idade, sexo) – perguntas de 1 a 3, dados profissionais (lotação e tempo na polícia) – perguntas de 4 a 7, percepções dos participantes acerca da importância do assunto da pesquisa para a Instituição Policial (perguntas de 8 a 10) e percepções acerca das dificuldades na realização do teste (11 e 12). As perguntas constantes do questionário encontram-se no Apêndice A.

A parte teste consistiu em 14 questões, sendo que em cada uma delas era apresentada a foto de um rosto contendo expressões faciais na qual o participante deveria identificar qual a expressão predominante demonstrada pela pessoa na foto e selecionar apenas uma de sete alternativas, contendo cada alternativa uma expressão facial básica, a saber: Alegria, Tristeza, Raiva, Medo, Surpresa, Desprezo e Nojo. Em cada questão, o participante teve 10 segundos para ver a foto, identificar a emoção através da expressão facial e escolher uma dentre as sete alternativas propostas. Quando o participante não selecionava nenhuma alternativa e o cronômetro “zerava”,

o teste automaticamente pulava para a questão seguinte e não era atribuído nenhum score à pergunta perdida (a qual denominou-se nula). Para cada acerto, o participante pontuava 1 score, portanto a pontuação máxima possível no teste é de 14 scores. As fotos utilizadas no teste foram todas da mesma pessoa (*Eve Ekman*) e em preto e branco para evitar que outros detalhes componentes da face servissem de distração durante a análise, assim como são apresentadas no livro *Emotions Revealed* (EKMAN, 2003, p. 241-262). Ressalta-se, ainda, que diversos outros estudos científicos que objetivaram observar a análise das emoções na face se utilizaram das análises de imagens em preto e branco, bem como também da análise de esboços, desenhos de perfil, desenhos de *cartoons*, fotos em preto e branco por taquistoscópio e rostos na televisão, p.e. (EKMAN, 2013, p. 284). Dentre as 14 fotos utilizadas no teste, 4 representavam raiva, 2 nojo, 1 alegria, 1 desprezo, 3 tristeza, 2 medo e 1 aceitava medo e surpresa como resposta. A grande dificuldade deste teste reside no fato de que a maioria das emoções apresentadas são parciais, sutis e, em alguns casos, trata-se de duas emoções misturadas simultaneamente.

O questionário-teste foi elaborado por meio de um site específico, o qual possuía, antes do início da avaliação, um texto de apresentação da pesquisa e das instruções para a realização do teste. Ao clicar no botão “Iniciar teste”, o teste seguia pelas questões automaticamente, com o lapso de 10 segundos por questão. Ao término do teste, o resultado era apresentado ao participante na mesma tela contendo o questionário. No texto de apresentação inicial, sugeriu-se ao participante que não quisesse se identificar, que colocasse apenas um ponto (.) no campo “nome”.

O tempo escolhido de 10 segundos por questão decorreu de dois motivos. O primeiro deles é que no teste original contido no livro *Emotions Revealed* (EKMAN, 2003), aplicado de forma mecânica, pode-se aplicar o teste como uma microexpressão – na qual o avaliado visualiza a imagem por apenas uma fração de segundo – e, em segundo momento, como uma expressão facial comum – onde possibilita-se ao avaliado visualizar a imagem por 1 segundo. O segundo motivo foi para tentar reduzir o número de questões nulas em cada teste, do teste piloto ao teste principal, o que foi conseguido conforme explicado no capítulo intitulado Apresentação e Análise dos Resultados. Por limitações tecnológicas, sobretudo ao fato de o carregamento da imagem no site depender, em grande parte, da internet e do meio eletrônico utilizado na realização do teste, não foi possível realizar o teste de forma a apresentar a imagem por uma fração de segundo ao respondente e deixá-lo com o

‘tempo livre’ para escolher uma dentre as sete alternativas. Assim, levou-se em consideração que no tempo estipulado de 10 segundos, o respondente deveria ver a imagem e processá-la no cérebro, identificar a emoção, descer a barra de rolagem para visualizar todas as alternativas disponíveis, escolher uma delas e clicar na opção desejada.

Já o roteiro de entrevistas foi elaborado de forma semiestruturada apenas para conduzir uma entrevista natural com 7 perguntas feitas em comum a todos os entrevistados e 1 pergunta exclusiva para cada entrevista em específico, aprofundando na especialização de cada um dos entrevistados. Foi dada preferência por entrevistas presenciais, em virtude de poder se coletar mais dados e com menos ruídos na comunicação na interação face a face. Contudo, as entrevistas foram realizadas presencialmente na medida da disponibilidade dos entrevistados e do pesquisador. Sendo assim, a Entrevista nº 1 foi realizada por telefone, enquanto as Entrevistas nº 2 e nº 3 foram realizadas presencialmente. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, totalizando mais de 1 hora e 40 minutos de gravação.

De forma geral, buscou-se analisar por meio das entrevistas as percepções e opiniões dos especialistas acerca: do desenvolvimento científico da Análise Comportamental no Brasil e no contexto da ISP; da possibilidade de se desenvolver habilidades de AC por meio de cursos e treinamentos; da relação entre reconhecimento de emoções e AV; da aplicação de técnicas de AC/AV no contexto da ISP; e componentes curriculares indispensáveis em cursos desta área.

3.2.5 Procedimento de Análise dos Dados

Os dados levantados através do questionário-teste foram compilados e organizados em planilha eletrônica, por meio do software Excel, a fim de serem melhor apresentados dentro das categorias estipuladas pelos questionamentos expostos. Foram confrontados os resultados obtidos com os conhecimentos construídos na fundamentação teórica deste trabalho e nos resultados das entrevistas realizadas.

Já os dados das entrevistas foram registrados em tempo real durante as entrevistas e melhor organizados por meio da análise das gravações em áudio. O resultado delas foi apresentado em forma de resumo específico, a fim de subsidiar o presente trabalho e também de forma a complementar a fundamentação teórica da pesquisa.

Com relação à análise quantitativa, adotou-se inicialmente como população finita o efetivo da Academia de Polícia Militar de Brasília como um grupo independente e o efetivo do Centro de Inteligência como outro grupo, a fim de que os resultados fossem comparados entre si. Em consulta ao Departamento de Gestão de Pessoas da PMDF, por meio do Sistema de Gestão de Pessoal (SGPol), verificou-se que o efetivo da APMB era, ao tempo da pesquisa, de 196 policiais e o do CI, 144 policiais. Em virtude de apenas 9 policiais do Centro de Inteligência terem respondido o questionário-teste, em um universo de 106 participantes, optou-se por considerar os respondentes “egressos”, bem como não confrontar o resultado entre os dois grupos como principal análise desta pesquisa, mas destrinchar os resultados entre as categorias estabelecidas como um mesmo grupo de análise, a fim de se obter uma amostra mais relevante. Assim, a amostra de 106 respondentes em um universo de 340 policiais (APMB e CI) apresenta um nível de confiança de 95% e erro amostral estimado em 6,33%. Foi possível traçar o perfil dos respondentes pelas categorias: gênero, faixa etária, tempo de serviço, lotação, bem como suas percepções sobre o assunto. Verificou-se, ainda, o nível de habilidade dos respondentes no tocante ao reconhecimento das emoções na face.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os resultados da análise dos dados obtidos, baseando-se nos construtos teóricos expostos na Fundamentação Teórica, por meio da metodologia exposta no capítulo 2, a fim de que seja atingido o objetivo geral da presente pesquisa, qual seja: investigar o nível de afinidade e de domínio dos policiais militares às técnicas de Análise Comportamental, as necessidades institucionais do PMDF, por meio do seu Centro de Inteligência, no tocante ao assunto, bem como avaliar o quão importante se mostra a capacitação dos policiais, sobretudo empregados na Atividade de Inteligência, nos temas apresentados neste trabalho.

A fim de facilitar a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa, este capítulo está organizado em três partes: na primeira, são apresentados os resultados do questionário-teste, bem como já são feitos comentários pontuais e específicos acerca das informações apresentadas, confrontando-os com os construtos teóricos desenvolvidos na pesquisa; na segunda parte são apresentados os resultados das

entrevistas realizadas em forma de resumos destas; e, por fim, na terceira parte, são feitas as considerações finais acerca dos resultados obtidos, de maneira global, integrando-se, assim, os resultados obtidos tanto nos questionários, quanto nas entrevistas.

5 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO-TESTE

Responderam à pesquisa 106 policiais militares da ativa da PMDF, que foram divididos em razão de sua lotação (APMB, CI e outros), no qual as outras lotações diferentes do CI representam policiais recentemente egressos dos Cursos de Formação da corporação, sendo que os que se formaram há mais tempo, o fizeram há 1 ano e 8 meses (ao tempo da pesquisa) e estes constituem a menor parte dos egressos. A maior parte dos egressos formou há menos de 1 ano, quando aplicado o questionário-teste.

Primeiramente, importa apontar que, de forma global, a média de acertos no teste do reconhecimento das emoções foi de 6,3 (45%), enquanto a média de erros ficou na ordem de 6,5 (46%) e a média das questões nulas foi de 1,2 (8%). Nesse ponto, importa considerar que em relação ao pré-teste, a média das questões nulas teve uma grande redução de 2,91 para 1,2, elevando-se também a média do número de acertos consideravelmente de 4,33 para 6,3, o que muito provavelmente ocorreu principalmente pelo aumento do tempo das questões de 7 segundos para 10.

Conforme aduz Ekman (2003, p. 261), geralmente, a maioria das pessoas não acerta nem 5 questões – quando aplicado como forma de microexpressão, i.e., possibilitando que o avaliado veja a foto somente por uma fração de segundo –, e não acerta nem 10 questões – quando aplicado em um segundo momento, possibilitando que o avaliado analise a imagem por 1 segundo.

Tabela 1 – Lotação dos Participantes

Situação Participantes	
APMB	59
CI	9
Outros	38

Fonte: resultado da pesquisa

Conforme demonstrado na tabela acima, aproximadamente 56% dos respondentes são cadetes do Curso de Formação de Oficiais lotados na APMB,

enquanto 36% constituem os egressos recém-lotados nas mais diversas unidades da corporação e apenas 8% são policiais do Centro de Inteligência.

Apesar do baixo volume de dados obtidos no Centro de Inteligência, importa ressaltar os dados acerca da identificação pessoal dos respondentes. Dos 106 participantes, 9 não se identificaram (colocaram um ponto final no campo “nome”, conforme sugestão na apresentação da pesquisa). Comparando as respostas obtidas no CI com todo o restante dos participantes, a falta de identificação pessoal no âmbito da Inteligência ficou em aproximadamente 22%, enquanto no restante da amostra girou em torno de 7%.

Novamente, não é possível fazer qualquer afirmação em face do volume de dados obtidos, contudo esses resultados podem apontar indícios para o fato da discrição ser uma competência atitudinal da MCN, que é corroborada pelo que se espera de um profissional de inteligência, seu perfil profissiográfico e suas características previstas na DNISP, conforme demonstrado no capítulo 1.1 deste trabalho. Ainda, a baixa adesão à pesquisa, sobretudo no âmbito da Inteligência, pode indicar a desconfiança que paira acerca de pesquisas acadêmicas em ambientes policiais (BAYLEY, 2001, p. 1). Outra variável que pode influenciar neste ponto é o fato de que a maioria dos respondentes que não são do Centro de Inteligência serem cadetes da APMB e, por conseguinte, trabalharem diretamente e conhecerem pessoalmente este pesquisador, podendo tal fato tê-los deixados mais à vontade em se identificarem na realização da pesquisa. Contudo, apenas novas pesquisas poderão afirmar com precisão os indícios apontados acima.

Vale ainda ressaltar que quando comparados os resultados entre os policiais do CI com o restante dos participantes (APMB e egressos), houve uma notável diferença. A média de acerto entre os policiais do CI girou em torno de 8,6 (61%), de erros em 4,3 (31%) e questões nulas 1,1 (8%). Já no tocante aos policiais de fora da Atividade de Inteligência, os resultados foram de 6,1 (46%) para acertos, 6,7 (50%) para os erros e nulos 1,2 (9%). Novamente, não é possível realizar qualquer afirmação precisa em face da pequena amostra coletada, entretanto pode-se levantar como questionamento para futuras pesquisas se tais indícios podem se dever ao fato de os policiais do CI respondentes eventualmente possuírem algum tipo de treinamento na área, ou ainda, pelo fato de que dentre os policiais do CI que participaram da pesquisa, o que possuía menos tempo de serviço na PMDF assinalou a resposta ‘Entre 10 a 15

anos', enquanto no restante dos respondentes a maioria possui menos de 5 anos de serviço, sobretudo por se tratarem de cadetes em formação na APMB.

Tabela 2 – Tempo de Serviço na PMDF

Tempo	Participantes
Até 10 anos	87
Acima de 10 anos	19

Fonte: resultado da pesquisa

De forma semelhante apontam os resultados quando comparados os tempos de serviço entre os participantes. Apesar de no questionário o respondente ter 5 opções diferentes para optar no tocante ao “tempo de serviço na PMDF”, quando da análise dos resultados, optou-se por categorizá-los em apenas duas a fim de se ter uma amostra mais significativa, uma vez que a maior parte dos respondentes possuem menos de 5 anos de serviço. Ressalta-se, ainda, que o fato de um cadete estar em curso na APMB não significa que ele possua necessariamente “menos de 5 anos de serviço”, uma vez que ele pode ingressar no Curso de Formação de Oficiais, mesmo sendo um ex-praça da Corporação, i.e., um soldado, um cabo, ou sargento, p.e.

Dito isso, as diferenças de resultados podem apontar algum indício de relação entre o a experiência profissional na área policial e a habilidade no reconhecimento das expressões faciais. Considerando os policiais com mais de 10 anos de serviço, a média da ordem entre acertos, erros e nulos foi, respectivamente, aproximadamente de: 7,05 (50%), 5,63 (40%) e 1,32 (9%). Já com relação a policiais com menos de 10 anos de serviço: 6,15 (44%), 6,70 (48%) e 1,15 (8%). Tais indícios apontam em contrário à relação entre experiência profissional em contextos de segurança, em sentido amplo, e detecção de mentira/avaliação da veracidade, conforme apontada por Lansley *et al.* (2016) e Archer e Lansley (2015), que aduzem que não há relação entre tal experiência profissional e um resultado melhor em detecção de mentira/avaliação da veracidade, sobretudo por dois motivos principais: os poucos cursos oferecidos na área são insuficientes e muitas vezes reproduzem técnicas e conhecimentos não científicos, divulgados e reproduzidos massivamente, ou então porque na maioria das vezes estes profissionais se apoiam somente em suas

experiências empíricas e não se utilizam de técnicas de AC/AV com técnicas de entrevista, como observado em seus experimentos.

Quando da análise do resultado da pesquisa no tocante ao tempo de serviço, observou-se uma questão que pode ser aprimorada em pesquisas futuras com relação ao intervalo de tempo das opções apresentadas aos respondentes. Percebeu-se que um policial que possua exatamente 10 anos de serviço pode ter assinalado tanto a opção “entre 5 e 10 anos” como “entre 10 e 15 anos”. Portanto, recomenda-se em futuras pesquisas que os intervalos sejam definidos a evitar-se qualquer dúvida ao respondente, quando da aplicação do instrumento de coleta de dados.

Passa-se, então, a analisar os resultados separando os participantes em razão do gênero.

Tabela 3 – Gênero dos Participantes

Sexo	Participantes
Masculino	94
Feminino	12

Fonte: resultado da pesquisa

Resultado interessante se apresenta ao realizar uma comparação dos dados obtidos entre homens e mulheres. A média de acertos entre os homens foi de 6 (43%), enquanto a de erros foi de 6,7 (48%) e de questões nulas 1,2 (9%). Já com relação às mulheres, as médias de acertos e erros foram significativamente melhores: a média dos acertos ficou na ordem de 8,4 (60%), a de erros 4,8 (34%) e a de nulas 0,8 (6%).

Levando em consideração que as imagens utilizadas no teste tratam-se de expressões sutis (EKMAN, 2003, p. 261), tais resultados apontam no mesmo sentido que aponta Hoffman *et al.* (2010) ao realizarem um experimento de reconhecimento de emoções e comparar seus resultados com diversos outros estudos como os de Hess *et al.* (1997), Montagne *et al.* (2007) e Hall e Matsumoto (2004), no sentido de que não há distinções significativas de resultado quando se utilizam emoções totais no teste, mas quando trata-se de emoções sutis como estímulo na aplicação do teste, as investigações apontam para uma melhor percepção por parte das mulheres. É o que Hall e Matsumoto (2004 *apud* HOFMANN *et al.*, 2010, p. 282) designaram como

a habilidade feminina de perceber as emoções em um modo “Gestalt fashion”²⁹ para realizar julgamentos automáticos de forma mais rápida.

Tabela 4 – Participantes por Faixa Etária

Idade	Participantes
Até 30 anos	48
31 anos e acima	58

Fonte: resultado da pesquisa

Dividindo os participantes por faixa etária, verificou-se que não houve distinção significativa nos resultados. Os participantes que possuíam até 30 anos ao tempo da pesquisa realizaram a seguinte média de scores: 6 (42,6%) para acertos, 7 (49,9%) para os erros e 1,1 (7,6%) para as questões nulas. Enquanto os participantes acima de 30 anos (31 anos ou mais), obtiveram os seguintes resultados: 6,6 (47%) para acertos, 6,1 (44%) para erros e 1,3 (9%) para as questões nulas.

Nesse ponto, comparando tais resultados com as divisões acerca da experiência profissional (Tabela 2), bem como uma eventual especialização (Tabela 1), pode haver indícios de que tanto a experiência profissional quanto a especialização podem carregar um peso maior do que a diferença de idade, que poderia sugerir uma eventual experiência de vida a mais dentro desse grupo. Contudo, novamente, apenas novas pesquisas poderiam corroborar e comprovar cientificamente tais indícios.

Discutidos os dados e resultados obtidos com relação ao teste, faz-se necessário apresentar as percepções dos participantes com relação ao assunto abordado e a sua importância.

Tabela 5 – Relevância do assunto

Importância	Participantes
Sim	100
Não	6

Fonte: resultado da pesquisa

²⁹ No sentido de observar-se um “todo unificado” quando são apresentados diversos detalhes. Se refere a um princípio da teoria Gestalt, na qual as pessoas, quando observam um grupo de objetos, verão o todo antes de ver as partes individuais.

Quando questionados se saber reconhecer quando alguém está mentindo ou não está dizendo a verdade é uma habilidade importante na atividade policial, apenas 6 policiais (5%, aproximadamente) responderam que essa não é uma habilidade importante. Contudo, verificou-se que dos 6 que responderam “não” para essa pergunta, 4 afirmaram não saber reconhecer quando alguém está mentindo e quando perguntados se achavam importante que a PMDF oferecesse um curso sobre o assunto, 5 responderam “sim” e apenas 1 deixou esta resposta em branco. Assim, pode-se sugerir que dentre esses 6 policiais pode ter havido algum erro no preenchimento da resposta ou na compreensão da pergunta.

Tabela 6 – Motivos dos Erros

Motivo	Participantes
Dúvidas quanto às emoções	80
Formatação/Apresentação/Celular	8
Tempo curto	17
Outros	1

Fonte: resultado da pesquisa

Quando perguntados os motivos que poderiam ter levado os respondentes a errarem questões do teste, a maioria (75%) apontou a dúvida entre qual emoção a foto representava como principal motivo. Seguido, em segundo lugar, como motivo do erro, o tempo curto (17%), e em terceiro lugar, a formatação e apresentação do teste ou o motivo do respondente ter respondido a pesquisa pelo celular (7,5%). Apenas um participante respondeu “outros”, mas não especificou o motivo.

Como havia um campo aberto para especificar outros motivos, 4 participantes acrescentaram comentários adicionais, sendo que 1 comentário referiu-se ao “tempo curto”, 2 à dificuldade relacionada a identificação das emoções, por falta de padrão ou de parâmetro nas expressões e 1 comentário mencionou o fato de que “às vezes parecia ser uma emoção diferente das disponíveis”, o que de fato pode ser evidenciado pelo motivo de algumas imagens apresentarem uma mistura de duas emoções ou a tentativa de reprimir uma emoção através da expressão (EKMAN, 2003, p. 261).

Tabela 7 – Saber reconhecer mentiras

Sabe reconhecer?	Participantes
Sim	97
Não	8

Em branco 1
Fonte: resultado da pesquisa

Perguntados acerca de suas percepções pessoais se acreditam saber reconhecer quando alguém está mentindo, a maioria (91,5%) respondeu possuir essa habilidade, enquanto apenas 7,5% disseram não saber reconhecer e apenas 1 indivíduo não respondeu a essa pergunta.

Levando em consideração um contexto em que pode se estar presente frente a uma flagrante mentira (evidenciada pelo cenário, por exemplo) – a criança gritando dizendo que está sentindo a dor da injeção em um hospital, antes mesmo do médico se aproximar – é de se imaginar que a maioria se julgaria apta a identificar a situação inverídica.

Contudo o resultado apresentado acerca desta percepção dos participantes vai de encontro a todo o construto teórico exposto neste trabalho, no sentido da dificuldade que se existe na “detecção de mentira”/avaliação da veracidade e credibilidade de uma mensagem, sobretudo em um contexto de tempo real ou que envolva decisões de alto risco, bem como da necessidade da utilização de métodos altamente complexos e cientificamente validados para a realização de uma AC/AV. Tal percepção, ainda, pode indicar um dos motivos pelos quais os temas abordados nesta pesquisa são tão desconhecidos ao público em geral e incipientes no âmbito acadêmico, uma vez que uma pessoa julgando ter conhecimento de determinada área ou deter certa habilidade, pode fazer com que ela não se aprimore. Ressalta-se, ainda, que o risco do resultado dessa percepção reside no fato, já apresentado na Fundamentação Teórica, acerca da divulgação massiva de informações não embasadas cientificamente ou embasadas em pseudociências. Este cenário se torna ainda pior, conforme aponta Denault *et al.* (2020) quando em se tratando de um contexto de Segurança Pública ou de justiça forense.

Ainda assim, importa ressaltar que do total dos policiais que participaram da pesquisa, 104 participantes (98%) disseram que acredita ser importante que a PMDF ofereça um curso sobre o assunto abordado e apenas 2 deixaram de responder a esta pergunta, não tendo nenhum participante se manifestado no sentido que “não acredita ser importante que a instituição forneça um curso sobre o assunto”.

5.1 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Conforme já exposto, as entrevistas foram conduzidas a partir de roteiro semiestruturado a fim de balizar as entrevistas, através de técnica natural, com 7 tópicos (Apêndice A – Quadro 2) questionados em comum a todos os entrevistados e 1 pergunta exclusiva para cada entrevista em específico, objetivando aprofundar na especialização de cada um dos entrevistados. Foi dada preferência por entrevistas presenciais, em virtude de poder se coletar mais dados e com menos ruídos na comunicação na interação face a face. Contudo, as entrevistas foram realizadas presencialmente na medida da disponibilidade dos entrevistados e do pesquisador. Sendo assim, a Entrevista nº 1 foi realizada por telefone, enquanto as Entrevistas nº 2 e nº 3 foram realizadas presencialmente. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, totalizando mais de 1 hora e 40 minutos de gravação. Em todas as entrevistas, foi apresentado e detalhado, inicialmente, o contexto da pesquisa, foi informado aos entrevistados que a entrevista seria gravada por áudio, confirmada a voluntariedade na participação da pesquisa (inclusive com a possibilidade de divulgação dos dados referentes a seus nomes e currículos), bem como foram levantadas as experiências (acadêmicas/profissionais) dos entrevistados. Todos foram convidados a participarem da pesquisa, por *WhatsApp*.

Com relação ao resultado das entrevistas, os dados foram obtidos através de anotações em tempo real, bem como a partir da análise e registro das gravações em áudio feita posteriormente pelo pesquisador. Em razão da limitação temporal concernente à realização da pesquisa, optou-se por não realizar a degravação das entrevistas na íntegra, mas apresentar os resultados em síntese. Os registros acerca dos dados de cada entrevista, individualmente, foram feitos por meio de notas de rodapés em cada Seção.

5.1.1 Entrevista Nº 1³⁰

A mentira está ligada com as emoções. A mentira consciente é sempre uma decisão moral (o mentiroso quer influir no processo decisório de alguém, tirar vantagem, ou esconder algo que tenha feito, por exemplo). Então, o tema de base de

³⁰ Entrevista realizada com o Dr. Sérgio Senna Pires, Doutor em Psicologia pela Universidade de Brasília (2007) e presidente do Instituto Brasileiro de Linguagem Corporal, no dia 15/08/2021 por meio telefônico.

qualquer análise da mentira é entender como funciona o desenvolvimento moral e as decisões morais de uma pessoa, mas isso não é cognitivo – as emoções permeiam todo o contexto da nossa decisão moral. O nosso sistema emocional está no centro das nossas motivações e, conseqüentemente, do nosso processo decisório.

Com relação ao desenvolvimento dos estudos acerca da AC/AV no Brasil hoje, tem-se dois grupos: acadêmicos e pessoas que desenvolvem o tema voltado ao entretenimento. O primeiro grupo é responsável por levar informações seguras, sólidas ao senso comum e desenvolvem o conhecimento. O segundo, por sua vez, não é composto por especialistas e não realizam de fato a AC/AV, mas contribuem no sentido de despertar uma curiosidade inicial no público, de forma geral, o que pode levar, posteriormente, à busca por um conhecimento mais profundo.

Existem duas dificuldades com relação às pesquisas na área: a falta de investimentos, bolsas de estudos, a quem se propõe a pesquisar sobre o assunto e o fato de a AC/AV ser muito complexa, maçante, o que desestimula o desenvolvimento de pesquisas na área e, por outro lado, contribui para o desenvolvimento dessa área no âmbito do entretenimento (que é um caminho mais fácil e glamoroso, que gera status e renda).

O comportamento humano possui vários níveis de análise, mas existe a profissão do Analista do Comportamento, que é exclusiva de psicólogos. Na comunidade de Inteligência há uma carência de psicólogos, então muitas vezes o analista assume a função – sendo ou não bacharel em psicologia. O fato de todos nós termos um comportamento humano faz com que nós analisemos o comportamento uns dos outros, mas essa análise não é técnica. O que se precisa dentro da comunidade de Inteligência é uma análise técnica. Porém, por outro lado, o comportamento humano não é propriedade dos psicólogos, o que é exclusivo é a análise dos processos psicológicos. A análise do comportamento humano pode envolver um sociólogo, por exemplo.

Então, defende-se que tenha uma equipe multidisciplinar no âmbito da Inteligência nessas seções de análise comportamental, mas que obrigatoriamente tenha um profissional de psicologia compondo esta equipe. Por isso, recomenda-se que não haja distinções em vistas da estrutura organizacional de uma instituição a fim de restringir o acesso do material humano a essas equipes (por exemplo, que uma vaga dessas não seja destinada somente a oficiais, a fim de que se possa aproveitar as praças que possuam formação específica de interesse da área).

No tocante a ser possível desenvolver habilidades dentro da AC/AV por meio de cursos e treinamentos, existe essa possibilidade, ainda que algumas pessoas possuam habilidades naturais aprimoradas (como ocorre nos casos de pessoas com um histórico de condições complexos relacionados a fatores ligados à criação, como o crescimento em um lar com relações abusivas, por exemplo). Ressalta-se que um curso na área serve apenas como pontapé inicial, mas que o treinamento constante – com repetição, aplicação das técnicas aprendidas, disciplina e alta frequência – é o que de fato fará diferença ao aluno. Um treinamento diário é capaz de treinar a atenção de um estudante da área para três fatores: reconhecimento dos PINs, seleção do que interessa (redução da quantidade de fatores que foram observados) e interpretação do que foi visto³¹.

Constatou-se que trabalho do analista é, sem dúvida alguma, muito melhor aproveitado e muito mais eficaz quando compartilhado. Debater um estudo entre analistas faz surgir elementos novos (que em um primeiro momento podem ter passado despercebidos). Portanto, recomenda-se que a análise seja feita sempre em equipe, mas que isso acarreta uma maior complexidade. No tocante à complexidade da análise, entra a questão do tempo. Uma gravação em vídeo de uma interação não resolve todos os problemas do analista. Isso porque, empiricamente, uma hora de vídeo acabam se transformando em dez horas de análise. No âmbito da Inteligência, o tipo de análise que é feito acaba sendo limitado, uma vez que a necessidade do processo decisório condiciona o produto, que por sua vez condiciona a análise. Ao mesmo tempo, a AC/AV deve também se preocupar com os cenários de contrainteligência, desinformação (alimentar o sistema de Inteligência com informações falsas a fim de mobilizar um efetivo policial a um determinado local, para realizar atos criminosos em outro local com menos policiamento, p.e.), o que aumenta ainda mais a demanda de trabalho nesse contexto.

Observou-se que não existe notoriamente conhecido um método infalível de acesso direto ao centro da verdade. Toda a análise (comportamental, neurológica, fisiológica) é mediada por algo. Aqui reside, p.e., o erro em chamar o polígrafo de “detector de mentiras”, quando na verdade ele é apenas um detector de dos sinais do sistema nervoso autônomo. Por outro lado, quando uma pessoa mente, ela sai do seu

³¹ Tal constatação coaduna-se fortemente com a proposta do método SCANR de análise, detalhado no capítulo 1.4.

estado normal e há alterações nos sinais do SNA. Mas a mentira não é o meio exclusivo para ativar o SNA.

A mentira possui algumas características básicas e uma delas é que a mentira precisa ser consciente. Nem tudo que é alteração de uma história é uma mentira, assim ela precisa ser consciente. Existem psicopatologias que podem fazer parecer com que a pessoa esteja consciente, mas que na verdade ela não tem consciência do que está falando. Além de manipular a informação de forma consciente, para que exista a mentira, é preciso que o mentiroso tenha um objetivo, i.e., que ele tente influenciar o processo decisório de outra pessoa. Assim, muitas vezes uma situação chega a um analista, mas que na verdade deveria estar sendo tratada por um psicólogo ou psiquiatra no âmbito clínico.

No contexto de um policiamento ostensivo e repressivo, ele acaba realizando de forma prática a AC, sobretudo nos contextos de mediação, que frequentemente são vistos sendo realizados pela Polícia Militar. Portanto, a AC serve também a um policial em diversos contextos como na mediação, na análise dos níveis de violência de uma ocorrência etc. No tocante ao profissional de ISP, com técnicas de AC/AV, ele estará mais capacitado e terá melhor condições de analisar um vídeo ou redes sociais a fim de produzir informações ou identificar situações que possam estar relacionadas à contrainteligência.

Com relação à criação de um curso de AC, recomendou-se a estruturação de diversos cursos menores, divididos separadamente, a fim de obter-se maior facilidade em captar um aluno interessado, a facilidade na gestão de a chefia liberar o profissional para a realização do curso e uma vez que o sistema pedagógico se subordina ao sistema administrativo. A divisão de um curso mais extenso em cursos menores contribuiria também para o treinamento do aluno, uma vez que o treinamento em AC é demorado, pois precisa ser desenvolvida uma habilidade. É imprescindível que nos cursos sejam realizadas análises em vídeos, i.e., que o vídeo seja um instrumento de apoio pedagógico. Nominalmente, sugeriu-se a estruturação da divisão dos assuntos em cursos como “Reconhecimento das Emoções”, “Reconhecimento da Linguagem Corporal”, “Identificação de Indicadores de Mentira”, “Tentativa de Manipulação” etc. Assim, um aluno que completasse o ciclo de cursos na área estaria apto a trabalhar na seção/unidade correspondente.

5.1.2 Entrevista Nº 2³²

No Brasil, os estudos acerca da AC/AV têm evoluído muito, mas comparados a outros países, como a Alemanha e outros países europeus, p.e., estamos atrasados. Ainda, existe uma grande demanda de que os profissionais de Segurança Pública se engajem nesses temas a fim de aproveitarem melhor seus resultados. Importa ressaltar que a AC/AV é aproveitada nos mais diversos contextos relacionados às fontes humanas, não somente lidando como TOI, em Ações de Busca como em entrevistas, mas também no caso do recrutamento e seleção de fontes humanas ou ainda dentro do contexto de gestão de fontes humanas, dentro de uma mesma equipe por exemplo e até mesmo na análise da escrita. A AC/AV contribui muito para a gestão da instituição.

Afirmou-se ser possível desenvolver habilidades relacionadas à AC/AV por meio de treinamentos e cursos específicos, uma vez que nestes são apresentadas metodologias e ferramentas próprias, com a ressalva da necessidade do treinamento constante e continuado, a fim, inclusive, de fomentar a memória organizacional da instituição.

Da mesma forma que na Entrevista nº 1, ressaltou-se que a necessidade de um treinamento continuado reside no fato de que estamos tratando do desenvolvimento e aprimoramento de uma habilidade, ainda que algumas pessoas já possuam tal habilidade de forma inata.

A AC/AV está completamente ligada com a análise da comunicação, tanto verbal quanto não verbal, apesar de não existir uma técnica específica chamada de “detecção de mentira”. Nesse contexto, a análise das expressões faciais fornece indicadores de consistência ou inconsistência do discurso, que pode ou não ser uma mentira e cabe ao analista ou ao entrevistador que estiver aplicando a técnica julgar se aquele ponto de inconsistência deve ou não ser explorado. Da mesma forma, existe uma relação entre as emoções e a mentira, principalmente quando alguém tenta reprimir ou ocultar uma emoção – indicativo muito importante na análise da veracidade e credibilidade.

³² Entrevista realizada com MsC. Ana Paula Alves Ferreira Botelho, Mestre em Análise do Comportamento, Credibilidade e Comunicação pela Manchester Metropolitan University (2021), realizada na sede do Departamento Penitenciário Nacional em 10/09/2021.

Questionada sobre quais temas seriam indispensáveis em um curso de AC/AV para profissionais de ISP, obteve-se a ideia de abordar os canais da comunicação (por meio de metodologia própria que o profissional de ISP possa se aproveitar – muito se fala em AC, mas sem uma metodologia específica com critérios e parâmetros para que todas as pessoas possam se utilizar, não só um profissional da psicologia). O método SCAnR, por exemplo, ajuda o profissional de ISP a recorrer a uma metodologia própria – não para engessá-lo, mas para orientá-lo – para averiguar o comportamento da pessoa após ser dado um determinado estímulo, a fim de ser analisada a inconsistência daquela mensagem. A cada pergunta ou gatilho, aplicam-se os seis canais para aquele determinado estímulo, o que faz, ao fim de uma entrevista, que se tenha traçado um perfil comportamental do alvo, mas esse não é o objetivo da AC proposta. Apostar em uma AC baseando-se em apenas um canal da comunicação é muito temerário. Por isso, recomenda-se uma análise multicanal.

Por fim, ressaltou-se que o termo “Análise Comportamental” se refere a uma metodologia de análise (como o SCAnS, p.e.) que pode ser aplicado por diversas pessoas (não só psicólogos ou psicanalistas, p.e.), em diversas situações – entrevistas, recrutamentos –, enquanto a “Análise do Comportamento” é uma análise do indivíduo com vieses de Teorias da Personalidade, mais ampla, voltada exclusivamente para o campo clínico como o da psicologia.

5.1.3 Entrevista Nº 3³³

No âmbito das atividades de Inteligência, até 2001, as fontes humanas vinham sendo relegadas a um segundo plano. Observou-se até que os EUA não estavam abastecendo suas fontes humanas como deveriam, sobretudo pelo advento de novas tecnologias. Após o 11 de setembro, restou evidenciada a importância das fontes humanas. O presente trabalho está intimamente ligado às fontes humanas, no tocante à capacitação das fontes humanas. Hoje em dia, as melhores doutrinas de Inteligência mencionam a utilização de fontes integradas – não se deve mais comparar qual fonte seria melhor, mas sim integra-las. A retomada, portanto, da importância das fontes humanas torna a presente pesquisa atual, oportuna e relevante.

³³ Entrevista realizada com MsC. Maurício Viegas Pinto, Máster Internacional em Operações de Inteligência e Contraineligência pela UDIMA (Espanha) e presidente do Instituto Brasileiro de Veracidade – IBRAV. Entrevista realizada no Supremo Tribunal Federal em 15/09/2021.

Atualmente, vem sendo feito muito pouco com relação às pesquisas no Brasil, existem alguns expoentes que vêm estudando de forma séria há alguns anos, como a professora Ana Paula³⁴, mas ainda assim, de forma geral é muito pouco o que se fala sobre a AC. Agora, em se tratando de AV, deve-se ter em mente que estamos lidando com uma TOI. Ao folhearmos a DNISP e a DISPERJ, no rol das TOIs, existe a previsão da AV. Contudo, ela é uma TOI muito pouco conhecida, estudada e menos ainda aplicada. Assim, no senso comum, não é raro ver as pessoas se referindo à AV como “detecção de mentiras”, ou seja, vulgarizando e banalizando uma TOI. AV e “detecção de mentiras” não são sinônimos. Lamentavelmente, até há alguns anos, inclusive em cursos, ministrados em Centros de Inteligência, de AV ou de Entrevista (uma técnica irmã, grosso modo), era possível ver instrutores ministrando técnicas de detecção de mentiras. Então, em termos de pesquisa, são pouquíssimos profissionais que tratam do assunto com profissionalismo, seriedade e profundidade. Um outro grande problema com que se depara é a falta de qualificação de profissionais nessa área nos órgãos de Segurança Pública, fazendo com que não haja instrutores, multiplicadores do conhecimento nas academias e centros de instrução.

Sem sombra de dúvidas é possível desenvolver habilidades atreladas à AC/AV por meio de cursos e treinamentos específicos para tal. Contudo, deve-se ter em mente que a linguagem corporal, as expressões faciais são parte de uma área maior: a comunicação não verbal. Aquelas não representam o todo. Até uma AC deve levar em conta a comunicação como um todo, não somente a não verbal, mas de forma integrada verbal e não verbal. Ainda, em um contexto de Inteligência, o estudo da Comunicação Não Verbal é muito importante não só pensando na observação do alvo, mas tendo como perspectiva os próprios agentes. A partir de conhecimentos da comunicação não verbal, é possível a um encarregado de caso ou a um responsável por uma Operação, observar um agente de campo aplicando técnicas de estória-cobertura, p. e., e analisar se ele está confortável ou não utilizando aquela estória-cobertura. Ressalta-se que pouco se ouve falar sobre essa aplicação no contexto de Inteligência.

Ademais, existe uma relação entre reconhecimento das emoções e análise da veracidade e credibilidade das informações, mas exige-se cautela: de 10 anos atrás aos dias de hoje, houve uma banalização das técnicas relacionadas ao assunto.

³⁴ Entrevistada na Entrevista Nº 2 da presente pesquisa.

Idealmente, em uma análise, deve-se trabalhar com vídeos em vez de fotos. Isso porque o “falar” pode alterar grupos musculares capazes de induzir uma confusão com a ativação dos mesmos músculos que são ativados em alguma emoção. Na própria metodologia de codificação das expressões faciais de Ekman (FACS) existem AUs relacionadas ao “falar”. Ainda, é de extrema importância que se defina previamente uma *baseline*, i.e., que seja traçado um perfil não verbal do alvo. Atualmente é possível vermos análises de casos sendo feitas em diversos canais de entretenimento, mas que em 100% dessas análises não há o estabelecimento de uma linha de base prévia, ou sejam, não passam de “chutes”. Portanto, em um cenário de Inteligência, recomenda-se que o emprego da AC/AV seja combinado com outras técnicas – como a vigilância, por exemplo, a fim de se obter imagens anteriores do alvo para se traçar um perfil não verbal deste.

Questionado de que forma conhecer essas técnicas poderia ajudar um profissional de ISP, obteve-se resposta no sentido de que há grande importância no tocante ao contato com as fontes humanas. Isso porque as fontes que fornecem dados com certa regularidade possuem diversas motivações, entre elas, o dinheiro. Em sendo assim, a depender da necessidade, a fonte pode começar a inventar informações para obter a contrapartida. Da mesma forma, um profissional de ISP pode aproveitar-se das técnicas de AC/AV, p.e., para realizar a análise de um vídeo publicado em uma rede social por um indivíduo dizendo que cometerá um ataque ou um atentado.

Acerca de quais conteúdos seriam indispensáveis em um curso de AC/AV, obteve-se a seguinte resposta: Teoria Geral do Comportamento. Comunicação Não Verbal (Cinestesia, Proxêmica, Ráptica, Aparência, Oculésia, Cronêmica etc.); assim como o Comportamento Verbal – deve-se estudar a comunicação de forma integrada (verbal e não verbal), sobretudo para identificar as incongruências entre o que está sendo observado e o que o interlocutor está dizendo. Quem insiste na tendência de estudar o comportamento somente apenas sob a ótica do comportamento não verbal se apoia na ideia (falaciosa) de Mehrabian de que 93% da comunicação humana é não verbal e apenas 7% seria verbal³⁵.

Por fim, ressalta-se que, para o entrevistado, a AV exige necessariamente uma mensagem, com os elementos da comunicação (emissor, receptor, canal,

³⁵ Conforme apontamos o erro desta ideia na Fundamentação Teórica.

mensagem, eventuais ruídos etc.), enquanto a AC é mais abrangente e não necessariamente implica na emissão de uma mensagem. Todos nós nos comunicamos a todo momento, mas a comunicação intencional ocorre somente em alguns momentos: a AC não está relacionada à emissão de uma mensagem de forma intencional.

5.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme restou demonstrado, o desenvolvimento de estudos acerca da AC/AV no Brasil carece ainda de muitas pesquisas, trabalhos e discussões. Esse cenário se torna ainda mais alarmante quando consideramos a aplicação de tais técnicas em contextos críticos como o de Segurança Pública e de ISP, sobretudo também pelo fato da divulgação massiva de conhecimentos errôneos ou de pseudociências, estarem sendo retransmitidos internamente no âmbito da Segurança Pública.

Ainda, somado ao desconhecimento (ou conhecimento insuficiente, equivocado) demonstrado pelo baixo desempenho no teste de reconhecimento das expressões faciais aplicado (45%) – como pressuposto (uma pequena parte) das diversas técnicas empregadas na AC –, a falta de capacitação de profissionais na área em comento associada à percepção pessoal que os policiais possuem acerca de suas habilidades em avaliar a veracidade e credibilidade de uma informação (mais de 91% dos entrevistados responderam que se julgam aptos a “detectar mentiras”) colabora para o não desenvolvimento sério e aprofundado dos assuntos pertinentes à temática.

Por outro lado, a partir das análises dos resultados obtidos, urge uma demanda acerca da necessidade de capacitação dos profissionais de ISP em técnicas de AV/AC, tanto para aplicação no contexto de Operações de Inteligência, como também com o aproveitamento dessas técnicas em outras áreas como a gestão de fontes humanas, por exemplo: em recrutamento e seleção, análise dos próprios agentes de inteligência etc. Reforçando tal fato, ressalta-se a percepção dos policiais acerca do oferecimento de um curso na área pela Polícia Militar do Distrito Federal, na qual dos 106 policiais questionados, 104 apontaram no sentido de acharem importante um curso nesse sentido, enquanto apenas 2 deixaram tal resposta em branco.

Assim, após a análise e reflexão acerca dos resultados obtidos nesse trabalho, percebe-se que esta pesquisa não teve o propósito de esgotar os assuntos que permeiam a Atividade de Inteligência e a Análise Comportamental, com seus assuntos correlatos, ao contrário, procurou-se estabelecer o pontapé inicial a fim de gerar uma reflexão acerca da importância do tema para a Atividade de Inteligência na Polícia Militar do Distrito Federal. Assim, a apresentação de um Plano de Ensino e uma Ementa de Curso como fundamento basilar para um Proposta de Curso Novo na corporação se mostra atual, relevante e necessária.

6 DO PLANO DE ENSINO E EMENTA DO CURSO

A partir da análise dos resultados obtidos, seja por meio da aplicação dos instrumentos do questionário e do teste em uma abordagem quantitativa, seja por meio do construto teórico apresentado na Fundamentação Teórica e das entrevistas realizadas como fundamento das hipóteses levantadas e/ou como base teórica e propedêutica para a análise dos dados obtidos, é que serão elaborados o Plano de Ensino e a Ementa do Curso de Análise Comportamental nas Operações de Inteligência, no âmbito do Centro de Inteligência da PMDF.

Por óbvio, a presente pesquisa não teve o ambicioso escopo de esgotar o assunto, nem tampouco entregar a versão final de um produto já pronto e acabado desde a sua gênese, em face da escassez do tempo e dos recursos dispendidos na elaboração deste trabalho, bem como das limitações fáticas, burocráticas e de competência que este pesquisador enfrentaria, sobretudo por se tratar de uma pesquisa realizada no âmbito de uma Instituição Policial Militar, onde naturalmente deve-se imperar os princípios basilares castrenses, como o da hierarquia e da disciplina.

Ademais, demonstrada a validação científica das técnicas (em sentido amplo) expostas como construto lógico do escopo a fundamentar a elaboração da ementa do curso de Análise Comportamental, para a estruturação dos demais detalhes – acerca da carga horária, do público-alvo, dos pré-requisitos, dos objetivos etc. necessários à formulação do plano de ensino, levou-se em conta a necessidade institucional da PMDF (considerando-se os seus valores, missão e visão institucional), os princípios e conceitos previstos na DNISP, os Eixos articuladores e as competências previstas na MCN a serem desenvolvidas no profissional de Segurança Pública e o perfil

profissiográfico do profissional de ISP, bem como analisou-se outras instituições que oferecem cursos semelhantes atinentes aos temas abordados, como *Paul Ekman Group* (PEG), *Emotion Intelligence Academy* (EIA), *Manchester Metropolitan University* (MMU) e Instituto Brasileiro de Linguagem Corporal (IBRALC).

Segundo a DNISP (BRASIL, 2014a, p. 49), os analistas deverão se destacar pela objetividade, capacidade intelectual e analítica e a qualificação do profissional de ISP deverá ser feita por meio de “específicos e sistemáticos programas de formação, de especialização, de aperfeiçoamento continuado e treinamento permanente”.

Segundo a MCN (BRASIL, 2014b, p. 68), os planos de ensino das disciplinas, anexos aos currículos dos diferentes cursos, devem conter os objetivos educacionais a serem alcançados, a justificativa, os conteúdos programáticos, as cargas horárias previstas, a frequência mínima exigida, as práticas didáticas a serem adotadas, bem como a descrição do processo e instrumentos de avaliação.

Assim, o objetivo geral do curso visa capacitar o aluno a aplicar técnicas de Análise Comportamental no contexto das Operações de Inteligência, i.e., empregando as técnicas de análise combinada com outras técnicas e Ações de Busca, como a Entrevista, a fim de obter dados, sobretudo através da análise da veracidade e credibilidade. O objetivo geral foi destrinchado em objetivos específicos relacionados à aplicação de técnicas no sentido de definir a linha de base do alvo, aplicar o protocolo SCANR a fim de se identificar e analisar PINs, bem como desenvolver a interação por meio de técnicas de Entrevista a fim de se realizar a AC/AV.

No tocante à justificativa do curso, o domínio de técnicas de Análise Comportamental e Análise de Veracidade, por metodologia própria, pelos profissionais de Inteligência de Segurança Pública, associado a técnicas de avaliação da veracidade e credibilidade e a técnicas de Entrevista, contribui para a Atividade de Inteligência na medida em que favorece a obtenção de dados, sobretudo em um contexto no qual o alvo aponta sinais de inconsistência, fornecendo, assim melhores informações ao Ciclo de Produção do Conhecimento e, em consequência, ao tomador de decisão.

A partir das entrevistas realizadas, bem como da análise de cursos semelhantes oferecidos nas outras instituições já mencionadas, pôde-se desenvolver ideias de formas de se estruturar os conteúdos a serem ministrados no curso, com sua distribuição, carga-horária etc. Como o objetivo do curso não é transformar o profissional de inteligência em um perito facial ou conferir um diploma de Análise

Comportamental a ele, mas apenas introduzi-lo aos conceitos e técnicas pertinentes, bem como em capacitá-lo em aplicar tais técnicas em situações reais, o que demanda o desenvolvimento e prática de uma habilidade, optou-se por estruturar o curso em 4 módulos de 6 horas cada, totalizando 24 horas de curso. Sugere-se que cada módulo seja ministrado em um dia, a fim de que possa proporcionar uma melhor assimilação por parte do aluno, bem como permitir tempo para a realização dos treinamentos práticos.

Assim, o módulo I, a ser ministrado no primeiro dia do curso, com duração de 6 horas, consiste dos seguintes conteúdos: Apresentação do Curso e Contextualização; Introdução às Operações de Inteligência; Revisão: Técnicas de Entrevista (focalizando a entrevista cognitiva); Comportamento e Comunicação Humana – a fim de contextualizar o aluno para os conceitos que serão apresentados nos módulos seguintes, abordando conceitos gerais da comunicação verbal e não verbal (Cinestesia, Proxêmica, Ráptica, Aparência, Oculésia, Cronêmica etc.). No módulo II (dia 2; 6 horas), serão abordadas as Emoções e sua relação com a Avaliação da Veracidade e Credibilidade (ETaC), bem como serão apresentados os conceitos gerais acerca da verdade e da mentira (modelos psicológicos da mentira, fundamentos da mentira, aspectos sociais e neurobiológicos), os 6 canais da comunicação (introdução), detalhamento do CBCA (apresentando os 19 critérios) e linguagem corporal. No módulo III (dia 3; 6 horas) aborda-se a face: Expressão das Emoções na Face; Microexpressões e Expressões Sutis; Apresentação e Introdução ao FACS; e, por último, treinamento prático focado na face, com a utilização de softwares específicos como o *METT – Micro Expressions Training Tool* e o *SETT – Subtle Expressions Training Tool*. No último módulo (dia 4; 6 horas) apresenta-se o método SCAnR, com os seus 27 critérios, ensina-se o aluno a definir uma linha de base e a identificar os Pontos de Interesse, e utilizando do conhecimento acumulado nos outros dias de curso, realiza oficinas práticas de análise de vídeo e áudios de cenários reais e casos criminais; atividades práticas em dupla, com simulações; exercícios em grupo de decisões de alto risco para aplicação do método em tempo real.

Quanto à avaliação, recomenda-se a utilização de atividades práticas e testes (utilizando-se da tecnologia como instrumento de apoio pedagógico) na qual o aluno colocará o que aprendeu em prática. Sugere-se uma análise em vídeo na qual o aluno deverá codificar utilizando o FACS as expressões faciais apresentadas, bem como

definir uma linha de base do alvo analisado e identificar os possíveis PINs indicadores de inconsistência. Como muitas das atividades são realizadas em grupos, sugere-se um sistema de avaliação do tipo *peer review*, na qual discutem-se os resultados e atribuem-se pontos a cada um dos avaliados pelos próprios pares, em conjunto com os instrutores.

Com relação à metodologia sugerida, por se tratar de um curso voltado à capacitação e ao desenvolvimento de uma habilidade, sugere-se a utilização de estudos de caso, com o apoio de instrumentos tecnológicos como vídeos ou ainda softwares específicos de treinamento como o *METT* e o *SETT*, bem como a realização de atividades práticas em dupla, ou em grupos, envolvendo análises em tempo real e decisões de alto risco em exercícios simulados.

A frequência mínima é estabelecida pela MCN (BRASIL, 2014b, p. 68) na ordem de 75%.

Como depreende-se do Plano Anual de Educação (PMDF, 2021, p. 28), o Centro de Inteligência fornece um Curso de Entrevista (CE) e por se tratar de técnicas inter-relacionadas, recomenda-se que o CE seja um pré-requisito para o curso aqui proposto.

Por fim, conforme aponta a MCN (BRASIL, 2014b), a ementa do curso tem por objetivo subsidiar a prática pedagógica dos formadores, de maneira a estabelecer uma unidade de pensamento e ações formativas dentro da segurança pública. Assim, elaborou-se a ementa do curso tendo como base os padrões estipulados na MCN, incorporando todos os itens constantes do plano de ensino que a embasa, com o acréscimo do Mapa de Competências e dos aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais a serem trabalhados. As competências são: capacidade de agir demonstrando conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia, capacidade de persuasão e argumentação e capacidade de coletar/analisar dados isolados, transformando-os rapidamente em informações úteis, segundo o contexto de atuação e a finalidade. De modo a operacionalizar o desenvolvimento das competências, são elencados aspectos conceituais como “conhecer os aspectos da comunicação humana”, aspectos procedimentais (realizar a Análise Comportamental em tempo real) e aspectos atitudinais (reconhecimento das técnicas de Análise Comportamental como fator importante na obtenção de dados).

O plano de ensino proposto foi estruturado no Apêndice B e a ementa do curso no Apêndice C.

BEHAVIORAL ANALYSIS IN INTELLIGENCE OPERATIONS

ABSTRACT

The current work has the scope of investigating the level of affinity and domain of the military police officers of the Federal District Military Police (more specifically of the Brasília Military Police Academy and the Intelligence Center) with Behavioral Analysis techniques, the institutional needs of the Intelligence Center on the subject, as well as evaluating how important is the training of Public Security Intelligence professionals in specific methodologies for the evaluate of veracity and credibility using Behavioral Analysis techniques. As for the approach, it was based on quali-quantitative research. In the qualitative part, a vast literature review was carried out in order to develop a theoretical foundation from a logical construct. Interviews with subject experts were also carried out. In the literature review, numerous articles and works were consulted in order to relate the areas affected by Behavioral Analysis to the context of Intelligence Activity. For this, some interview techniques were presented, as a Data Collection, associating them with the various theories by Ekman - such as FACS - as well as a multichannel analysis protocol specifically designed for situations involving high-stake decisions within a limited time frame: Analysis of the Six Channels of Real-Time Communication (SCANR) developed by Dawn Archer and Cliff Lansley. In the quantitative approach, a questionnaire was applied to 106 military police officers from the PMDF in order to assess, among other items, the participants' ability to recognize emotions from facial expressions. From the results obtained, it appears that the military police did not reach an average score significantly higher than the general population (6.5); that most responding police officers believe they are able to identify a lie (91.5%); and that 98.1% of the participants believe in the importance of the educational institution taking a course on the subject. In addition, a survey pointed out other important signs, which corroborate previous research, such as that women have improved skills in recognizing subtle facial expressions when compared to men, for example. Finally, the importance and need for qualification of Public Security Intelligence professionals in Behavioral Analysis techniques was verified. As this is an

applied research - a logical and theoretical structuring was made in order to support the eventual implementation of the Behavioral Analysis in Intelligence Operations course at PMDF.

Keywords: Military Police Intelligence; Human Intelligence; Behavioral Analysis; Veracity Assessment.

REFERÊNCIAS

AFONSO, L. S. Fontes abertas e Inteligência de Estado. **Revista Brasileira de Inteligência**, v. 2, n. 2, p. 49-62, abr. 2006.

ANDRADE, F. S. Inteligência Policial: efeitos das distorções no entendimento e na aplicação. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 37-54, jul./dez. 2012.

ARCHER, D.; LANSLEY, C. A. Public appeals, news interviews and crocodile tears: an argument for multi-channel analysis. **Corpora**, Edinburgh University Press, v. 10, n. 2, p. 231-258, 2015.

ARTHURSON-MCCOLL, Z. **Human intelligence interviewing with the Scharff Technique**. 2017. Dissertation (Degree of Doctor of Philosophy) – University of Florida, USA, 2017.

BAYLEY, D. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa**. Tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: USP, 2001.

BINGHAM, W. V. D.; MOORE, B. V. **Como Entrevistar**. Tradução: Manuel y Rosalía Vázquez. Madrid: Ediciones Rialp, 1960. Título original: How to Interview.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 30 jun. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8793.htm. Acesso em: 2 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.777, de 24 de agosto de 2021. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 25 ago. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10777.htm Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984. Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, p. 19036, 19 dez. 1984.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina nacional e inteligência de segurança pública - DNISP**. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2014a.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014b.

CARVALHO NETO, M. B. Análise do comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 13-18, jan./jun. 2002.

CASTILHO, W. **Mentira, um rosto de muitas faces**. São Paulo: Matrix, 2011.

CEPIK, M. A. C. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

DENAULT, V. *et al.* The Analysis of Nonverbal Communication: The Dangers of Pseudoscience in Security and Justice Contexts. **Anuario de Psicología Jurídica**, Madrid, v. 30, n. 1, p. 1-12, 2020.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 41.167, de 1º de setembro de 2020. Regulamenta a aplicação do inciso II, do artigo 48, da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal, nº 167**, Brasília, DF, 2 set. 2020. Disponível em: <https://intranet.pmdf.df.gov.br/controlLegislacao2/PDF/2391.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

DYSARSZ, L. I. **O uso de informações na gestão das ações de Segurança Pública**. 2018. Monografia (Pós-graduação em Gestão Integrada de Segurança Pública) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Belém, 2018.

EKMAN, P. **Emotions Revealed**. Recognizing Faces and Feelings to Improve Communication and Emotional Life. New York: St. Martin's Press, 2003.

EKMAN, P. **Telling Lies**. Clues to deceit in the marketplace, politics, and marriage. New York: Norton, 2009.

EKMAN, P. (ed.). **Emotions in the human face**. USA: Malor Books, 2013.

EKMAN, P. FRIESEN, W. V. **Unmasking the face**. A guide to recognizing emotions from facial expressions. USA: Malor Books, 2003.

EKMAN, P. FRIESEN, W. V.; HAGER, J. C. **Facial Action Coding System: The Manual**. USA: Network Information Research Corporation, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOLLA, E. M.; GRANHAG, P. A.; VRIJ, A. Discriminating between True and False Intentions. *In*: GRANHAG, P. A.; VRIJ, A. VERSCHUERE, B (ed.). **Detecting Deception: Current Challenges and Cognitive Approaches**. USA: Wiley-Blackwell, 2015. p. 155-173.

GISELE, L. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

GONÇALVES, J. B. **Sed Quis Custodiet Ipsos Custodes?** O controle da Atividade de Inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá. 2008. Tese

(Pós-graduação em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GRANHAG, P. A.; STRÖMWALL, L. A.; HARTWIG, M. The SUE technique: The way to interview to detect deception. **Forensic Update**, UK: 2007, v. 88, p. 25-29, jan. 2007.

GRANHAG, P. A.; VRIJ, A. Deception Detection. *In*: BREWER, N.; WILLIAMS, K. D. (ed.). **Psychology and Law: An Empirical Perspective**. New York: Guilford Press, 2005. p. 43-92.

GRANHAG, P. A.; VRIJ, A.; VERSCHUERE, B (ed.). **Detecting Deception: Current Challenges and Cognitive Approaches**. USA: Wiley-Blackwell, 2015.

HAMADA, H. H.; MOREIRA, R. P. Contexto da Inteligência Policial Militar como espécie da Inteligência de Segurança Pública no Brasil. **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 30, n. 77, p. 163-200, jul./dez. 2020.

HAMADA, H. H.; MOREIRA, R. P. Referenciais básicos para a capacitação de profissionais de Inteligência de Segurança Pública no Brasil. **Revista Brasileira de Inteligência**, n. 12, p. 65-76, dez. 2017.

HARTLEY, G.; KARINCH, M. **Por que as pessoas mentem: como identificar rapidamente quando alguém está mentindo**. Tradução: Leonardo Castilhone. São Paulo: Universo dos Livros, 2018. Título original: How to spot a liar.

HARTWIG, M.; GRANHAG, P. A.; STRÖMWALL, L. A.; KRONKVIST, O. Strategic Use of Evidence during police interviews: When training to detect deception works. **Law and Human Behavior**, USA: 2006, v. 30, p. 603-619, 2006.

HOFFMANN, H.; KESSLER, H.; EPPEL, T.; RUKAVINA, S.; TRAUE, H. C. Expression intensity, gender and facial emotion recognition: Women recognize only subtle facial emotions better than men. **Acta Psychologica**, USA, 2010, v. 135, p. 278-283, 2010.

HÜBNER, M. M. C.; MOREIRA, M. B. (org.). **Fundamentos de Psicologia: Temas Clássicos de Psicologia Sob a Ótica da Análise do Comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2140-0/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

INBAU, F. E.; REID, J. E.; BUCKLEY, J. P.; JAYNE, B. C. **Essentials of the Reid technique: criminal interrogation and confessions**. 2nd ed. USA: Jones & Barlett Learning, 2015. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=HZywAAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=reid+interrogation+technique&ots=wT-8sDZxZ8&sig=e5u_REg0J7hoZTf5hTEqEHoABkA&redir_esc=y#v=onepage&q=reid%20interrogation%20technique&f=false Acesso em: 22 ago. 2021.

KNAPP, M. L.; HALL, J. A. **Comunicação não-verbal na interação humana**. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: JSN Editora, 1999. Título original: Nonverbal communication in human interaction.

LANSLEY, C. A.; GARNER, A. J.; VOINOPOL, M. L.; DIMU, R.; LOSNI, S. The impact of ETaC/SCAnR training on real-time lie/truth decisions in the high-stake airport context. **Emotional Intelligence Academy**, UK: White Paper Series: EIA/SRI/OTP, p. 1-9, jan. 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MARTINS, E. F. S. O papel da Escola de Inteligência para o avanço dos estudos em Inteligência no Brasil. **Revista Brasileira de Inteligência**, n. 10, p. 9-19, dez. 2015.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/> Acesso em: 18 mar. 2021.

MAURMANN, A. P.; PINTO, M. V. **Guia de Entrevista Investigativa: uma coletânea das melhores práticas para a obtenção de testemunhos e declarações**. Brasília: Pró-Consciência, 2020.

MELO, F. P.; BITTENCOURT, J. C.; BLANCHET, L. R. **Técnicas de Entrevista e Interrogatório**. Curitiba: InterSaberes, 2019.

MEYER, P. **Detector de mentiras: técnicas de interpretação da linguagem corporal e da fala**. Tradução: Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2017. Título original: Liespotting: proven techniques to detect deception.

MOSCATELLI, L. Y. N. Considerações sobre a confissão e o método Reid aplicado na investigação criminal. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 361-394, jan./abr. 2020.

NAVARRO, J.; KARLINS, M. **What every BODY is saying: na ex-FBI agent's guide to speed-reading people**. USA: HarperCollins, 2008.

OLESZKIEWICZ, S.; GRANHAG, P. A.; MONTECINOS, C. The Scharff-Technique: Eliciting Intelligence from Human Sources. **Law and Human Behavior**, USA, v. 38, n. 5, p. 478-489, 2014.

PINTO, M. V. Análise de Veracidade: diferentes abordagens doutrinárias no âmbito da Inteligência de Segurança Pública. **Instituto Brasileiro de Análise de Veracidade**, 1º ago. 2018. Disponível em: <https://www.ibrav.org.br/artigoanalisedeveracidade>. Acesso em: 12 set. 2021.

PINTO, M. V. Perfilação Operacional: Aplicações no Recrutamento de Fontes Humanas. **Revista Brasileira de Inteligência**, n. 14, p. 101-115, dez. 2019.

PINTO, M. V. Como não fazer uma Análise de Veracidade. **Instituto Brasileiro de Análise de Veracidade**, 20 maio 2020. Disponível em: <https://www.ibrav.org.br/comonaofazerumaanalisedeveracidade>. Acesso em: 12 set. 2021.

PIRES, S. F. S. Albert Mehrabian – 93% da comunicação é não-verbal. **Instituto Brasileiro de Linguagem Corporal**, 16 maio 2021. Disponível em: <https://ibralc.com.br/albert-mehrabian/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Plano Estratégico (2011-2022)**. 2. ed. ed. rev. e atual. Brasília: PMDF, 2015.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Regulamento Geral de Educação (RGE) da Polícia Militar do Distrito Federal**. Brasília: PMDF, 2019.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Plano Anual de Educação**. Brasília: PMDF, 2021.

PYTLOWANCIV, D. F. S. **A inteligência como suporte às ações e operações da Polícia Militar do Paraná**. 2018. Monografia (Pós-graduação em Inteligência de Segurança) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Curitiba, 2018.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia científica**. Paracambi: Faetec/IST, 2007. Disponível em: http://pesquisaeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

SILVA, C. M. C. R. M. HUMINT – Do conceito ao emprego em contexto militar. **Revista de Ciências Militares**, Portugal, v. 7, n. 1, p. 15-43, maio 2019.

TZU, S. **A arte da guerra**. Tradução: Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2016. Título original: L'art de la guerre.

VRIJ, A. Verbal Lie Detection Tools: Statement Validity Analysis, Reality Monitoring and Scientific Content Analysis. *In*: GRANHAG, P.A.; VRIJ, A.; VERSCHUERE, B (ed.). **Detecting Deception: Current Challenges and Cognitive Approaches**. USA: Wiley-Blackwell, 2015. p. 3-35.

APÊNDICE A – ROTEIROS: QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA

Quadro 1 - Questionário

Perguntas	Respostas
1 – Nome:	Resposta aberta.
2 – Idade:	Resposta aberta.
3 – Sexo:	Masculino ou Feminino.
4 – Você é policial militar?	Sim ou Não.
5 – Em caso afirmativo, você é de qual UPM?	CI ou Outros.
6 – Se outros, qual?	Resposta aberta
7 – Há quanto tempo você está na polícia?	Menos de 5 anos Entre 5 e 10 anos Entre 10 e 15 anos Entre 15 e 20 anos Mais de 20 anos
8 – Você acha importante que a PMDF ofereça cursos de capacitação/especialização para os policiais?	Sim ou Não.
9 – Você acredita que saber reconhecer quando alguém está mentindo é uma habilidade importante na atividade policial militar?	Sim ou Não.
10 – Você acredita que saber reconhecer quando alguém não está sendo completamente honesto é uma habilidade importante na atividade policial militar?	Sim ou Não.
11 – O que impediu que você alcançasse uma pontuação melhor no teste de reconhecimento das emoções?	O tempo curto. Dúvida entre qual emoção a foto representava. Formatação e apresentação do teste/tela do celular. Outro.
12 – Se outros, qual?	Resposta aberta.

Quadro 2 - Roteiro de Entrevista

Tópicos/perguntas
1 – Detalhamento e contexto da pesquisa.
2 – Comente acerca da experiência (acadêmica/profissional) do(a) senhor(a) na área da pesquisa.
3 – Como o(a) senhor(a) percebe o desenvolvimento de estudos acerca da análise do comportamento/análise da veracidade no Brasil hoje? E o desenvolvimento de tais estudos aplicados em um contexto de Inteligência de Segurança Pública (no mundo e no Brasil)?
4 – É possível desenvolver habilidades atreladas à análise do comportamento (análise da linguagem corporal, da veracidade, das expressões e microexpressões faciais etc.) por meio de cursos ou treinamentos? Se sim, como?
5 – Existe alguma relação entre o reconhecimento de emoções (sobretudo através da análise do comportamento facial) e a análise de veracidade e credibilidade de uma informação?
6 – De que forma conhecer técnicas e desenvolver habilidades na área da análise do comportamento/análise de veracidade pode contribuir para o trabalho do profissional de Inteligência de Segurança Pública?
7 – Na sua opinião, o que – ou quais temas – seria indispensável em um curso de análise do comportamento/análise da veracidade para profissionais de Inteligência de Segurança Pública?
Entrevista nº 1: Além de fundador e professor do Instituto Brasileiro de Linguagem Corporal desde 2010, atualmente o senhor é Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados nas áreas de Segurança Pública e Direitos Humanos. De forma geral, como os estudos acerca da Linguagem Corporal podem contribuir para a área de Segurança Pública?
Entrevista nº 2: No curso “Análise dos seis canais da comunicação”, a senhora faz uma distinção entre os termos “Análise do Comportamento” e “Análise Comportamental”. Poderia explicar melhor essa diferença?
Entrevista nº 3: Em uma das publicações do senhor, há a apresentação do conceito de AV, enquanto TOI, tanto da DNISP quanto da DISPERJ. A partir desses conceitos, existe alguma diferença entre AV e AC por meio de protocolos específicos, como o SCAns por exemplo, a fim de se avaliar a veracidade e credibilidade de uma informação? Se sim, qual(is) seria(m) essa(s) diferença(s)?

APÊNDICE B – PLANO DE ENSINO

PLANO DE ENISNO	
Nome do Curso	Análise Comportamental nas Operações de Inteligência
Carga horária total:	24h/aula
Objetivos:	<p>Objetivo geral: O curso, destinado a policias militares integrantes do SIPOM, tem por objetivo capacitar o aluno a aplicar técnicas de Análise Comportamental no contexto das Operações de Inteligência, i.e., empregando as técnicas de análise combinada com outras técnicas e Ações de Busca, como a Entrevista, a fim de obter dados, sobretudo através da análise da veracidade e credibilidade.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicar técnicas no sentido de definir a linha de base do alvo; - Aplicar o protocolo SCANR (Seis Canais da Comunicação) a fim de se identificar e analisar Pontos de Interesse; - Desenvolver a interação por meio de técnicas de Entrevista a fim de se realizar a AC/AV.
Justificativa:	A capacitação e o treinamento em técnicas de Análise Comportamental e Análise de Veracidade, por metodologia própria, pelos profissionais de Inteligência de Segurança Pública, associados a técnicas de avaliação da veracidade e credibilidade e a técnicas de Entrevista, contribuem para a Atividade de Inteligência na medida em que favorecem a obtenção de dados, sobretudo em um contexto no qual o alvo aponta sinais de inconsistência, fornecendo, assim melhores informações ao Ciclo de Produção do Conhecimento e, em consequência, ao tomador de decisão.
Conteúdos programáticos:	<p><u>Módulo I:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do Curso; - Introdução às Operações de Inteligência; - Técnicas de Entrevista; - Comportamento e comunicação humana. <p><u>Módulo II:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Emoções e Avaliação da Veracidade e Credibilidade; - A verdade e a mentira (modelos psicológicos); - 6 canais da comunicação (CBCA; BL) <p><u>Módulo III:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Expressões Faciais; - Microexpressões, Expressões sutis e Parciais; - FACS: Introdução; - Prática: METT e SETT. <p><u>Módulo IV:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - SCANR (introdução e 27 critérios); - Definição de Baseline; - Identificação de PINs ou <i>hotspots</i>; - Prática: final (compilado).
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> - Oficinas práticas de análise de vídeo e áudios de cenários reais e casos criminais; atividades práticas em dupla, com simulações; exercícios em grupo de decisões de alto risco para aplicação do método em tempo real. - Utilização de estudos de caso, com o apoio de instrumentos tecnológicos como vídeos ou ainda softwares específicos de treinamento como o METT e o SETT.

Avaliação:	Sugere-se uma análise em vídeo ao final do curso na qual o aluno deverá codificar utilizando o FACS as expressões faciais apresentadas, bem como definir uma linha de base do alvo analisado e identificar os possíveis PINs indicadores de inconsistência. Como muitas das atividades são realizadas em grupos, sugere-se um sistema de avaliação do tipo peer review, na qual discutem-se os resultados e atribuem-se pontos a cada um dos avaliados pelos próprios pares, em conjunto com os instrutores.
Frequência mínima:	75%.
Referências:	ARCHER, D.; LANSLEY, C. A. Public appeals, news interviews and crocodile tears: an argument for multi-channel analysis. Corpora , UK: Edinburgh University Press, v. 10, n. 2, p. 231-258, 2015. EKMAN, P. Emotions Revealed . Recognizing Faces and Feelings to Improve Communication and Emotional Life. New York: St. Martin's Press, 2003. _____; FRIESEN, W. V.; HAGER, J. C. Facial Action Coding System: The Manual . USA: Network Information Research Corporation, 2002.

APÊNDICE C – EMENTA DO CURSO

EMENTA DO CURSO	
Nome do Curso	Análise Comportamental nas Operações de Inteligência
Mapa de Competências:	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de agir demonstrando conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia; - Capacidade de coletar/analisar dados isolados, transformando-os rapidamente em informações úteis, segundo o contexto de atuação e a finalidade; - Capacidade de persuasão e argumentação.
Carga horária:	24h/aula
Objetivos:	<p>Objetivo geral:</p> <p>O curso, destinado a policias militares integrantes do SIPOM, tem por objetivo capacitar o aluno a aplicar técnicas de Análise Comportamental no contexto das Operações de Inteligência, i.e., empregando as técnicas de análise combinada com outras técnicas e Ações de Busca, como a Entrevista, a fim de obter dados, sobretudo através da análise da veracidade e credibilidade.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aplicar técnicas no sentido de definir a linha de base do alvo; - Aplicar o protocolo SCANR (Seis Canais da Comunicação) a fim de se identificar e analisar Pontos de Interesse; - Desenvolver a interação por meio de técnicas de Entrevista a fim de se realizar a AC/AV.
Descrição do curso	<p>A capacitação e o treinamento em técnicas de Análise Comportamental e Análise de Veracidade, por metodologia própria, pelos profissionais de Inteligência de Segurança Pública, associados a técnicas de avaliação da veracidade e credibilidade e a técnicas de Entrevista, contribuem para a Atividade de Inteligência na medida em que favorecem a obtenção de dados, sobretudo em um contexto no qual o alvo aponta sinais de inconsistência, fornecendo, assim melhores informações ao Ciclo de Produção do Conhecimento e, em consequência, ao tomador de decisão. O curso está alinhado ao desenvolvimento das competências profissionais estabelecidas na Matriz Curricular Nacional, por meio de aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais, conforme relacionados a seguir:</p> <p>Aspectos conceituais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os aspectos da Comunicação Humana; - Definir a linha de base de um alvo. <p>Aspectos procedimentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar a Análise Comportamental em tempo real - Identificar Pontos de Interesse - Utilizar técnicas específicas para avaliar a veracidade e credibilidade <p>Aspectos atitudinais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento das técnicas de Análise Comportamental como fator importante na obtenção de dados

	- Importância em se distinguir conhecimentos técnicos e científicos do tema daqueles apoiados no senso comum/pseudociência
Conteúdos programáticos:	<p>Módulo I:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do Curso; - Introdução às Operações de Inteligência; - Técnicas de Entrevista; - Comportamento e comunicação humana. <p>Módulo II:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Emoções e Avaliação da Veracidade e Credibilidade; - A verdade e a mentira (modelos psicológicos); - 6 canais da comunicação (CBCA; BL) <p>Módulo III:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expressões Faciais; - Microexpressões, Expressões sutis e Parciais; - FACS: Introdução; - Prática: METT e SETT. <p>Módulo IV:</p> <ul style="list-style-type: none"> - SCAnR (introdução e 27 critérios); - Definição de Baseline; - Identificação de PINs ou <i>hotspots</i>; - Prática: final (compilado).
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> - Oficinas práticas de análise de vídeo e áudios de cenários reais e casos criminais; atividades práticas em dupla, com simulações; exercícios em grupo de decisões de alto risco para aplicação do método em tempo real. - Utilização de estudos de caso, com o apoio de instrumentos tecnológicos como vídeos ou ainda softwares específicos de treinamento como o METT e o SETT.
Avaliação da aprendizagem	Sugere-se uma análise em vídeo ao final do curso na qual o aluno deverá codificar utilizando o FACS as expressões faciais apresentadas, bem como definir uma linha de base do alvo analisado e identificar os possíveis PINs indicadores de inconsistência. Como muitas das atividades são realizadas em grupos, sugere-se um sistema de avaliação do tipo peer review, na qual discutem-se os resultados e atribuem-se pontos a cada um dos avaliados pelos próprios pares, em conjunto com os instrutores.
Referências:	<p>ARCHER, D.; LANSLEY, C. A. Public appeals, news interviews and crocodile tears: an argument for multi-channel analysis. Corpora, UK: Edinburgh University Press, v. 10, n. 2, p. 231-258, 2015.</p> <p>EKMAN, P. Emotions Revealed. Recognizing Faces and Feelings to Improve Communication and Emotional Life. New York: St. Martin's Press, 2003.</p> <p>_____; FRIESEN, W. V.; HAGER, J. C. Facial Action Coding System: The Manual. USA: Network Information Research Corporation, 2002.</p>
